



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM Nº 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N.º 02/2015

## CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM Nº 02/2015

### Anexo 30

### SANÇÕES

#### Anexo 30

##### São Paulo (Sede)

Rua Quinze de Novembro, 244 - Centro  
CEP 01013-000 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3113-4700

##### São Bernardo do Campo

Rua Joaquim Casemiro, 290 - Planalto  
CEP 09890-050 - São Bernardo do Campo - SP  
Telefone: (11) 4341-1433

##### Campinas

Rua Leopoldo Amaral, 263 - Vila Marieta  
CEP 13042-210 - Campinas - SP  
Telefone: (19) 3736-5700

##### Baixada Santista

Av. Presidente Kennedy, 11.080 - Vila Mirim  
CEP 11707-000 - Praia Grande - SP  
Telefone: (13) 3478-1300

##### Vale do Paraíba e Litoral Norte

Av. João Batista de Souza Soares, 510 - Parque Industrial  
CEP 12235-200 - São José dos Campos - SP  
Telefone: (12) 3933-5644



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM Nº 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N.º 02/2015

### Infrações Leves:

Infração	Critério de Imposição da Sanção
1.1. Não manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão.	Por item e por dia de constatação.
1.2. Não enviar a EMTU/SP no prazo máximo de dez dias úteis, anteriores à data prevista para cada vistoria de garagens, se substituídas, a relação do(s) respectivo(s) endereço(s), da(s) planta(s) e do(s) alvará(s) de construção ou conservação.	Por documento e por dia de constatação.
1.3. Empregado operacional em serviço (motorista, etc.) estar sem uniforme completo ou o uniforme estar em condições inadequadas de asseio.	Por empregado em situação irregular e por dia de constatação.
1.4. Não executar os serviços de limpeza nas estações / terminais na periodicidade estabelecida no Anexo 17 - Especificação Básica para Operação das Estações e Terminais Metropolitanos.	Por item não executado e por ocorrência.
1.5. Empregado operacional (motorista, etc.) não portar crachá indicativo de suas funções.	Por empregado em situação irregular e por dia de constatação.
1.6. Parar irregularmente no ponto ou fora dele.	Por veículo e por ocorrência.
1.7. Utilizar na limpeza interna do veículo/estação/terminal substância que prejudique o conforto do usuário ou da tripulação	Por veículo/estação/terminal e por dia de constatação.
1.8. Trafegar com porta aberta.	Por veículo e por ocorrência.
1.9. Fumar ou permitir que se fume dentro do veículo em operação ou dos terminais e estações.	Por ocorrência e veículo.
1.10. Permitir o transporte de bagagem fora do local apropriado nas linhas seletivas.	Por veículo e por ocorrência.
1.11. Permitir o transporte de volume que cause transtorno à movimentação dos passageiros e desconforto a qualquer um deles.	Por veículo e por ocorrência.
1.12. Manter o veículo no ponto de embarque com a porta fechada, impedindo o acesso de usuários	Por veículo e por ocorrência.
1.13. Permitir presença de ônibus com motor funcionando, em plataformas de embarque ou desembarque por período superior a 5 minutos ou sem o motorista estar ao seu volante.	Por veículo e por ocorrência.
1.14. Permitir a atuação de vendedores, ambulantes ou mendicância no interior do veículo e estações / terminais.	Por ocorrência e por dia de constatação.
1.15. Manter depósito de volumes, mercadorias ou resíduos, inclusive lixo, em áreas operacionais.	Por ocorrência e por dia de constatação.



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM Nº 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N.º 02/2015

<b>1.16.</b> Veículo iniciar operação no período matutino, observadas as condições meteorológicas e considerando-se as circunstâncias do sistema viário, com as seguintes não conformidades: assentos sujos ou molhados; piso sujo ou molhado; piso escorregadio; habitáculo sujo ou com a presença de insetos; carroçaria externa suja.	Por veículo e por dia de constatação
<b>1.17.</b> Veículo iniciar a operação no período matutino com qualquer uma das seguintes não conformidades: 1) Porta danificada; 2) Ausência de qualquer um dos espelhos internos; 3) Corrimão de embarque ou desembarque solto e ou danificado (amassado ou com revestimento rasgado); 4) Ausência de puxador ou separador de janela; 5) Triângulo ausente; 6) campainha de solicitação de parada inoperante; 7) Saída de emergência sem instrução de uso ou sem identificação; 8) Banco solto ou danificado (rasgado ou estrutura quebrada); 9) Balaustre solto ou ausente; 10) Letreiro inoperante; 11) Limpador de parabrisa direito inoperante ou ausente; 12) Luz de freio inoperante; 13) Luz de placa de licença inoperante.	Por veículo, por evento e por dia de constatação (entendendo-se evento qualquer uma das não conformidades listadas no item 1.17)
<b>1.18.</b> Veículo trafegar no período noturno com farol baixo e demais lanternas de sinalização apagadas, ou luzes de salão apagadas.	Por veículo e por ocorrência.
<b>1.19.</b> Veículo em operação com letreiro inoperante, ou letreiro com denominação incorreta da linha, ou com letreiro sem iluminação.	Por veículo e por ocorrência.
<b>1.20.</b> Operar veículo com derramamento de óleo ou combustível em via pública ou estação / terminal.	Por veículo e por dia de constatação.
<b>1.21.</b> Veículo trafegar no período diurno com faróis baixos apagados	Por veículo e por ocorrência.
<b>1.22.</b> Na operação da linha ou serviço complementar, deixar de cumprir até 10% das partidas desde que a frota utilizada seja igual ou maior que a frota determinada pelo Poder Concedente.	Por constatação.
<b>1.23.</b> Efetuar partidas com divergência entre os horários previstos, superiores a 5 minutos, em mais de 50% das viagens programadas para o período fiscalizado.	Por constatação.
<b>1.24.</b> Afixar comunicação de interesse do usuário em local de difícil visualização	Por veículo/estação/terminal e por dia de constatação



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM Nº 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N.º 02/2015

#### 1.25. Infrações Leves na operacionalização da Bilhetagem Eletrônica:

Infração	Critério de Imposição da Sanção
<b>1.25.1</b> Não enviar as informações exigidas e no prazo especificado, descrito no Anexo 19 - Comercialização, Arrecadação e Distribuição de Bilhetes e Sistema de Bilhetagem Eletrônica.	A cada infração ocorrida.
<b>1.25.2</b> Não emitir o recibo de venda dos bilhetes ou créditos eletrônicos.	Por cliente atendido
<b>1.25.3</b> Empregar pessoal destreinado, inabilitado ou inidôneo para as atividades de atendimento do usuário.	Por ocorrência constatada.

#### Infrações Médias:

Infração	Critério de Imposição da Sanção
<b>1.26.</b> Deixar de disponibilizar ou não operar serviço de achados e perdidos.	Por dia de constatação.
<b>1.27.</b> Não executar serviços, programas de gestão e treinamento de seus empregados.	Por dia de constatação.
<b>1.28.</b> Não informar no prazo de vinte e quatro horas, sobre toda e qualquer ocorrência não rotineira, não prevista no Anexo 38 - Informações que deverão ser encaminhadas a EMTU/SP / Manual Técnico de Padronização de Arquivo.	Por ocorrência não informada.
<b>1.29.</b> Não zelar pela proteção ao meio ambiente, no que lhe compete.	Por ocorrência e por dia de constatação.
<b>1.30.</b> Não fornecer à EMTU/SP, nos prazos solicitados, todos e quaisquer documentos e informações pertinentes ao objeto da concessão.	Por documento ou informação e por dia de constatação.
<b>1.31.</b> Não fornecer os elementos constantes do Anexo 38 - Informações que deverão ser encaminhadas a EMTU/SP / Manual Técnico de Padronização de Arquivo, na forma e periodicidade nele indicados.	Por dia de constatação.
<b>1.32.</b> Não indicar preposto para as tarefas de acompanhamento permanente das atividades de implantação e execução do Projeto Executivo da Infra Estrutura da Racionalização Operacional.	Por dia de constatação.

#### Anexo 30

##### São Paulo (Sede)

Rua Quinze de Novembro, 244 - Centro  
CEP 01013-000 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3113-4700

##### São Bernardo do Campo

Rua Joaquim Casemiro, 290 - Planalto  
CEP 09890-050 - São Bernardo do Campo - SP  
Telefone: (11) 4341-1433

##### Campinas

Rua Leopoldo Amaral, 263 - Vila Marieta  
CEP 13042-210 - Campinas - SP  
Telefone: (19) 3736-5700

##### Baixada Santista

Av. Presidente Kennedy, 11.080 - Vila Mirim  
CEP 11707-000 - Praia Grande - SP  
Telefone: (13) 3478-1300

##### Vale do Paraíba e Litoral Norte

Av. João Batista de Souza Soares, 510 - Parque Industrial  
CEP 12235-200 - São José dos Campos - SP  
Telefone: (12) 3933-5644





<b>1.33.</b> Não acompanhar permanentemente as tarefas de atividades de implantação e execução do Projeto Executivo da Infra Estrutura da Racionalização Operacional.	Por dia de constatação.
<b>1.34.</b> Deixar de comunicar a EMTU/SP no prazo de 15 (quinze) dias após homologação dos fatos, eventuais alterações de cláusulas de seu estatuto ou contrato social, ocorridas durante a vigência da concessão.	Por alteração e por dia de constatação.
<b>1.35.</b> Durante fiscalização da operação ou inspeção técnica veicular, apresentar documento do veículo em desacordo com a legislação vigente ou com as especificações técnicas divergentes	Por veículo e por dia de constatação.
<b>1.36.</b> Para as inspeções periódicas, caso haja alteração de propriedade dos veículos, não juntar cópia dos documentos que comprovem a propriedade e compromisso registrado em Cartório de Títulos e Documentos, que conste declaração formal do proprietário, cedente, arrendante, locador ou possuidor por qualquer outro título hábil, da vinculação ao contrato, dos veículos que não são de propriedade da Concessionária.	Por veículo e por dia de constatação.
<b>1.37.</b> Não enviar a EMTU/SP, cópia dos documentos que comprovem a propriedade e compromisso registrado em Cartório de Títulos e Documentos, que conste declaração formal do proprietário, cedente, arrendante, locador ou possuidor por qualquer outro título hábil da vinculação ao contrato, também registrada em cartório, das garagens, se substituídas, quando as áreas não forem de propriedade da Concessionária.	Por documento não disponibilizado e por dia de constatação.
<b>1.38.</b> Utilizar cartazes, letreiros ou qualquer forma de publicidade em veículo, terminal, estação, abrigo, ponto de parada ou viário segregado, em desconformidade com as instruções da EMTU/SP.	Por ocorrência e por dia de constatação.
<b>1.39.</b> Deixar de cumprir os prazos de correção de falhas em estação / terminal ou viário exclusivo.	Por falha e por dia de constatação.
<b>1.40.</b> Deixar de comunicar em 24 (vinte e quatro) horas a EMTU/SP, acidente sem vítima e suas causas.	Por ocorrência e por dia de constatação.
<b>1.41.</b> Permitir ou executar serviços de manutenção, limpeza ou abastecimento de veículo em locais e instalações não autorizadas pela EMTU/SP ou com passageiros a bordo.	Por veículo e por ocorrência.
<b>1.42.</b> Parar ou efetuar manobras de forma brusca ou desnecessária, ou trafegar em velocidade superior a permitida na via constatada através da análise do tacógrafo.	Por veículo e por ocorrência.
<b>1.43.</b> Nas linhas comuns transportar passageiros além do limite permitidos pela EMTU/SP ou transportar pingente.	Por veículo e por ocorrência.
<b>1.44.</b> Nas linhas seletivas, transportar passageiros em pé.	Por veículo e por ocorrência.



## PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM Nº 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N.º 02/2015

<b>1.45.</b> Não atender ao sinal de parada, dado com antecedência razoável ou recusar passageiros nos pontos de parada não estando lotado o veículo.	Por veículo e por ocorrência.
<b>1.46.</b> Não exibir documentação do veículo ou de sua tripulação aos Agentes da Fiscalização.	Por veículo e por dia de constatação.
<b>1.47.</b> Não atender de forma adequada o público em geral e os usuários, em particular, ou não responder pelo correto comportamento e eficiência de seus empregados e agentes, ou manter funcionário com comportamento inadequado no cumprimento do serviço ou no atendimento à usuários, ou manter empregado cujo afastamento tenha sido exigido pela EMTU/SP.	Por veículo e por ocorrência.
<b>1.48.</b> Não elaborar e implementar esquemas de atendimento a situações de emergência, deixando de manter disponíveis, para tanto, recursos humanos e materiais.	Por recurso não disponível.
<b>1.49.</b> Estacionar veículo para guarda ou pernoite em local não autorizado pela EMTU/SP.	Por veículo e por dia de constatação.
<b>1.50.</b> Veículo iniciar a operação com qualquer uma das seguintes não conformidades: buzina inoperante; corrimão de embarque ou desembarque ausente; piso solto ou liso; banco ausente; farol baixo ou alto inoperante; qualquer uma das setas inoperante; extintor de incêndio ou danificado ou vencido ou fora das especificações; janela com vidro ausente; lanterna dianteira ou traseira inoperantes; luz vigia dianteira ou traseira inoperante; ar condicionado inoperante (somente para veículos com janelas lacradas), degrau dianteiro ou traseiro danificado, elevador/rampa para cadeirante danificado, inoperante ou fora das especificações.	Por veículo e por dia de constatação.  Extintor ausente ou descarregado está inserido nas falhas graves e prevê a retirada de circulação do veículo.
<b>1.51.</b> Não manter afixado no interior do veículo o Certificado de Autorização de Operação (CAO); os itens do Anexo 14 - Comunicação Visual dos Veículos / Abrigos de Pontos de Parada / Estações e Terminais; não portar o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) atualizado; não divulgar a alteração da tarifa com aviso em local de fácil leitura.	Por veículo e por dia de constatação.
<b>1.52.</b> Não implementar no prazo previsto o Padrão de Comunicação Visual em toda a frota constante do Anexo 14 - Comunicação Visual dos Veículos / Abrigos de Pontos de Parada / Estações e Terminais.	Por veículo ou por estação / terminal e por dia de constatação.
<b>1.53.</b> Não adequar a frota aos procedimentos de operação e manutenção em conformidade ao Anexo 16 - Procedimento de Manutenção Veicular.	Por veículo não adequado e por dia de constatação.
<b>1.54.</b> Não responder nos prazos determinados as notificações da Central de Atendimento ao Cliente e Ouvidoria da EMTU/SP.	Por notificação não respondida e por dia de constatação.



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM Nº 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N.º 02/2015

1.55. Não disponibilizar à EMTU/SP as reclamações e sugestões recebidas na Central de Relacionamento com o Cliente da Concessionária.	Por dia de constatação.
1.56. Transportar passageiro sem o pagamento da tarifa, ressalvada a exceção dos passageiros beneficiados na legislação pertinente.	Por veículo e por ocorrência.
1.57. Na operação da linha ou serviço complementar, deixar de cumprir mais de dez por cento das partidas, desde que a frota utilizada seja igual ou maior a frota determinada pelo Poder Concedente.	Por constatação.
1.58. Operar veículo com passageiro sentado no painel.	Por veículo e por ocorrência.
1.59. Condutor falando ou manipulando qualquer aparelho de comunicação ou utilizando fone de ouvido com o veículo em movimento, exceto equipamento de comunicação com o CCO.	Por veículo e por ocorrência.
1.60. Motorista/Tripulação não capacitado a operar equipamento tipo elevador ou rampa para portadores de mobilidade reduzida.	Por veículo e por dia de constatação.

1.61. Infrações Médias na operacionalização da Bilhetagem Eletrônica e do Sistema Automatizado de Controle de Oferta e Monitoramento:

Infração	Critério de Imposição da Sanção
1.61.1 Iniciar a operacionalização sem que os sistemas de bilhetagem e controle de oferta e monitoramento estejam em funcionamento, adequado ao estabelecido e autorizados pela EMTU/SP.	Por ocorrência constatada.
1.61.2 Não dar solução às reclamações feitas pelos usuários, quanto aos seus serviços de comercialização ou de seus credenciados.	Por reclamação não solucionada.
1.61.3 Veicular campanha publicitária e/ou propaganda relativa à distribuição de bilhetes ou créditos eletrônicos, sem prévia autorização da STM e EMTU/SP.	Por ocorrência constatada.
1.61.4 Não manter em arquivo, por data de movimento e loja, pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, os "Recibos de Vales Transporte", com as respectivas "Solicitações de Vales Transporte" anexadas.	Por dia de movimento.
1.61.5 Não manter estrutura adequada e condizente para cadastramento, de responsabilidade da EMTU/SP dos usuários com isenção de tarifa.	Por ocorrência constatada.
1.61.6 Operacionalizar lojas não expressamente autorizados pela EMTU/SP.	Por ocorrência constatada.

## Anexo 30

### São Paulo (Sede)

Rua Quinze de Novembro, 244 - Centro  
CEP 01013-000 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3113-4700

### São Bernardo do Campo

Rua Joaquim Casemiro, 290 - Planalto  
CEP 09890-050 - São Bernardo do Campo - SP  
Telefone: (11) 4341-1433

### Campinas

Rua Leopoldo Amaral, 263 - Vila Marieta  
CEP 13042-210 - Campinas - SP  
Telefone: (19) 3736-5700

### Baixada Santista

Av. Presidente Kennedy, 11.080 - Vila Mirim  
CEP 11707-000 - Praia Grande - SP  
Telefone: (13) 3478-1300

### Vale do Paraíba e Litoral Norte

Av. João Batista de Souza Soares, 510 - Parque Industrial  
CEP 12235-200 - São José dos Campos - SP  
Telefone: (12) 3933-5644



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM N° 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N.º 02/2015

<b>1.61.7</b> Não manter a estrutura do sistema de distribuição de bilhetes ou créditos eletrônicos nos níveis aceitáveis, de modo a causar queda na qualidade dos serviços prestados.	Por ocorrência constatada.
<b>1.61.8</b> Recusar-se a efetuar trocas de bilhetes ou créditos eletrônicos aos usuários, conforme determinação da EMTU/SP	Por ocorrência constatada.
<b>1.61.9</b> Não disponibilizar os documentos de comercialização e nos postos de vendas, espaço específico para constar telefone e o endereço eletrônico da EMTU/SP, para possibilitar o registro das informações.	Por ocorrência constatada.

### Infrações Graves:

Infração	Critério de Imposição da Sanção
<b>1.62.</b> Negar-se a receber documentos ou tomar ciência dos mesmos quando encaminhados ou apresentados pelo Poder Concedente.	Por ocorrência e por dia de constatação.
<b>1.63.</b> Deixar de apresentar veículo para inspeção técnica veicular, sem justificativa e comprovação.	Por veículo e por dia de constatação.
<b>1.64.</b> Deixar de substituir veículos no prazo previsto da proposta técnica.	Por veículo não substituído e por dia de constatação.
<b>1.65.</b> Deixar de implantar a Central de Operação no prazo previsto.	Por dia de constatação.
<b>1.66.</b> Deixar de implantar a Central de Relacionamento com o Cliente no prazo previsto.	Por dia de constatação.
<b>1.67.</b> Deixar de executar a manutenção preventiva da infraestrutura implantada e a ser implantada, de acordo com os padrões e especificações definidos pela EMTU/SP.	Por item não verificado.
<b>1.68.</b> Deixar de executar a manutenção corretiva da infraestrutura implantada e a ser implantada, de acordo com os padrões e especificações definidos pela EMTU/SP.	Por falha não sanada nos prazos definidos.
<b>1.69.</b> Não executar a manutenção preventiva do viário construído e a ser construído especificamente para uso da Concessionária, de acordo com os padrões e especificações definidos pela EMTU/SP.	Por item não verificado.
<b>1.70.</b> Deixar de executar a manutenção corretiva do viário construído e a ser construído especificamente para uso da Concessionária, de acordo com os padrões e especificações definidos pela EMTU/SP.	Por falha não sanada nos prazos definidos.

### Anexo 30

#### São Paulo (Sede)

Rua Quinze de Novembro, 244 - Centro  
CEP 01013-000 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3113-4700

#### São Bernardo do Campo

Rua Joaquim Casemiro, 290 - Planalto  
CEP 09890-050 - São Bernardo do Campo - SP  
Telefone: (11) 4341-1433

#### Campinas

Rua Leopoldo Amaral, 263 - Vila Marieta  
CEP 13042-210 - Campinas - SP  
Telefone: (19) 3736-5700

#### Baixada Santista

Av. Presidente Kennedy, 11.080 - Vila Mirim  
CEP 11707-000 - Praia Grande - SP  
Telefone: (13) 3478-1300

#### Vale do Paraíba e Litoral Norte

Av. João Batista de Souza Soares, 510 - Parque Industrial  
CEP 12235-200 - São José dos Campos - SP  
Telefone: (12) 3933-5644



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM Nº 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N.º 02/2015

<b>1.71.</b> Explorar comércio em áreas dos Terminais e Estações Metropolitanos, não aprovado e sem autorização da EMTU/SP.	Por ponto comercial explorado não aprovado e por dia de constatação.
<b>1.72.</b> Deixar de executar os serviços, controles e atividades relativos à concessão, com zelo, diligência e economia, não utilizando a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas, desrespeitando as regras e procedimentos estabelecidos pela EMTU/SP.	Por ocorrência e por dia de constatação.
<b>1.73.</b> Deixar de apresentar anualmente os documentos de regularidade relativos à Seguridade Social (CND) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), bem como da regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.	Por certidão não apresentada e por dia de atraso.
<b>1.74.</b> Deixar de cumprir as determinações legais relativas à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados.	Por empregado em situação irregular e por dia de constatação.
<b>1.75.</b> Não dispor de equipamentos, acessórios, recursos humanos e materiais, para a perfeita execução dos serviços.	Por recurso indisponível e por dia de constatação.
<b>1.76.</b> Não dispor de instalações completas de garagens conforme dispõe o Anexo 42 - Características da Garagem.	Por instalação e por dia de constatação.
<b>1.77.</b> Não adotar providências necessárias à garantia do patrimônio público e à segurança no transporte dos usuários.	Por ocorrência e por dia de constatação.
<b>1.78.</b> Não responder perante a STM e EMTU/SP e terceiros, por todos os atos e eventos de sua competência.	Por ocorrência e por dia de constatação.
<b>1.79.</b> Não acatar medidas determinadas pelos responsáveis investidos de autoridade, em caso de acidentes ou situações anormais à rotina.	Por ocorrência.
<b>1.80.</b> Não responder pelo pagamento dos impostos, taxas e outras contribuições ou pelo não pagamento das contas de consumo de energia elétrica e água e esgoto dos Terminais e Estações Metropolitanos.	Por pagamento e por dia de constatação.
<b>1.81.</b> Não responder por eventuais desídias e faltas quanto às obrigações decorrentes da concessão, nos termos estabelecidos no contrato.	Por ocorrência e por dia de constatação.
<b>1.82.</b> Deixar de proceder a todas as reformulações de linhas, itinerários e equipamentos necessários à implantação do Projeto Executivo da Infra Estrutura da Racionalização Operacional.	Por linha, equipamento e por dia de constatação.





SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM Nº 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N.º 02/2015

<b>1.83.</b> Deixar de contratar ou manter atualizadas, às suas expensas, apólices de seguro para cobertura total de roubo, incêndio, raio, explosão, vendaval, descargas atmosféricas, acidentes e danos a terceiros, de Estação / Terminal Metropolitano, a favor e de acordo com os valores de mercado previamente aprovados pela EMTU/SP.	Por dia de constatação.
<b>1.84.</b> Deixar de comunicar em 24 (vinte e quatro) horas a EMTU/SP, acidente com vítima e suas causas.	Por ocorrência e por dia de constatação.
<b>1.85.</b> Não informar ou induzir o usuário a erro sobre as condições de prestação do serviço.	Por ocorrência e por dia de constatação.
<b>1.86.</b> Recusar injustificadamente o recebimento de passes escolares ou Vale Transporte ou bilhetes de integração, quando for o caso.	Por veículo e por ocorrência.
<b>1.87.</b> Recusar ou dificultar o embarque de passageiros com direito a gratuidade.	Por veículo e por ocorrência.
<b>1.88.</b> Não integrar os serviços quando determinado pelo Poder Concedente.	Por veículo utilizado na operação dos serviços não integrados e por dia de constatação.
<b>1.89.</b> Deixar de utilizar o Plano de Contingência conforme previsto no Anexo 39 – Diretrizes para o Plano de Contingência.	Por recurso requisitado e por dia de constatação.
<b>1.90.</b> Não acionar todos os recursos à sua disposição, deixando de garantir a fluidez do tráfego e o padrão adequado do serviço concedido.	Por recurso não acionado e por dia de constatação.
<b>1.91.</b> Não divulgar adequadamente, ao público em geral e ao usuário em particular, a adoção de esquemas especiais de circulação quando da ocorrência de situações excepcionais.	Por dia de constatação.
<b>1.92.</b> Pela inadequada ou deficiente prestação de serviços, conforme normas, critérios indicadores e parâmetros definidores da qualidade dos serviços, conforme o Anexo 46 - Parâmetros de Desempenho e Indicadores de Monitoramento do Sistema de transporte Coletivo da RMBS	Por ocorrência e por dia de constatação.
<b>1.93.</b> Não permitir, obstruir ou dificultar a ação de fiscalização e a realização de auditorias.	Por dia de constatação.
<b>1.94.</b> Desacatar o Agente Fiscal, membro da Comissão de Transportes ou qualquer autoridade do Poder Concedente.	Por ocorrência.
<b>1.95.</b> Não favorecer o embarque e desembarque de criança, gestante, idoso e deficiente físico.	Por ocorrência e por veículo.
<b>1.96.</b> Permitir o embarque de passageiro conduzindo combustível, material nocivo à saúde ou animal, exceto cão de guia para deficientes visuais.	Por veículo/estação/terminal e por ocorrência.

## Anexo 30

### São Paulo (Sede)

Rua Quinze de Novembro, 244 - Centro  
CEP 01013-000 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3113-4700

### São Bernardo do Campo

Rua Joaquim Casemiro, 290 - Planalto  
CEP 09890-050 - São Bernardo do Campo - SP  
Telefone: (11) 4341-1433

### Campinas

Rua Leopoldo Amaral, 263 - Vila Marieta  
CEP 13042-210 - Campinas - SP  
Telefone: (19) 3736-5700

### Baixada Santista

Av. Presidente Kennedy, 11.080 - Vila Mirim  
CEP 11707-000 - Praia Grande - SP  
Telefone: (13) 3478-1300

### Vale do Paraíba e Litoral Norte

Av. João Batista de Souza Soares, 510 - Parque Industrial  
CEP 12235-200 - São José dos Campos - SP  
Telefone: (12) 3933-5644



## PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM Nº 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N.º 02/2015

<b>1.97.</b> Não permitir o embarque de cão guia para deficientes visuais.	Por veículo e por ocorrência.
<b>1.98.</b> Negar troco ao passageiro.	Por veículo e por ocorrência.
<b>1.99.</b> Não prestar esclarecimento aos Agentes Fiscais em matéria de serviço.	Por ocorrência.
<b>1.100.</b> Omitir socorro a passageiro no caso de acidente.	Por veículo e por dia de constatação.
<b>1.101.</b> Utilizar veículo registrado em serviço de outra natureza, sem autorização prévia e expressa da EMTU/SP.	Por veículo, com a imposição de penalidade de apreensão do veículo.
<b>1.102.</b> Na operação da linha ou serviço complementar for constatado quantidade de viagens a menor, com frota utilizada inferior a estabelecida pelo Poder Concedente.	Por constatação.
<b>1.103.</b> Deixar de providenciar transporte para os passageiros no caso de interrupção ou paralisação da viagem.	Por veículo e por ocorrência.
<b>1.104.</b> Nas linhas integradas, não aceitar bilhetes de integração.	Por dia de constatação.
<b>1.105.</b> Utilizar veículos diferenciados dos apresentados no Anexo 13 - da Especificação dos Veículos, com atendimento inferior ao padrão definido para o serviço.	Por veículo e por dia de constatação.
<b>1.106.</b> Deixar de adequar a sua frota ou parte dela, às inovações tecnológicas impostas pelos municípios quanto à compatibilidade com o sistema viário local, com prévia anuência da EMTU/SP.	Por veículo por dia de constatação.
<b>1.107.</b> Não adequar a sua frota aos portadores de deficiências, de acordo com as disposições do Decreto Federal n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e demais normas vigentes sobre a matéria.	Por veículo não adequado e por dia de constatação.
<b>1.108.</b> Veículo em operação com qualquer uma das seguintes não conformidades: porta ausente ou inoperante; espelho retrovisor externo ausente; limpador de pára-brisa esquerdo inoperante ou ausente ou quebrado; conjunto de farol baixo ou alto inoperante; conjunto de luzes de freio esquerda e direita inoperante; pneu liso; saída de emergência ausente ou danificada; pára-brisa ausente; vidro traseiro faltante ou quebrado; tacógrafo ausente ou inoperante; extintor ausente ou descarregado; ou falhas de nível 3 conforme manual de inspeção veicular/Resolução STM 42/08.	Por veículo e por dia de constatação com a imposição da penalidade de apreensão do veículo.
<b>1.109.</b> Por inadimplemento parcial do contrato.	Por dia de constatação.
<b>1.110.</b> Impedir ou dificultar a inspeção de garagem durante o período da concessão.	Por dia de constatação.
<b>1.111.</b> Obstruir ou dificultar o transporte de Agente Fiscal ou membro da Comissão de Transportes.	Por ocorrência e por veículo.





SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM Nº 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N.º 02/2015

<b>1.112.</b> Alterar o itinerário definido pelo Poder Concedente sem prévia autorização da EMTU/SP, salvo impossibilidade de uso da via, devidamente comprovada.	Por veículo e por ocorrência.
<b>1.113.</b> Alterar ponto terminal definido na Ordem de Serviço Operacional, salvo impossibilidade do uso da via devidamente comprovada.	Por veículo e por ocorrência.
<b>1.114.</b> Operar linha ou serviço complementar de transporte coletivo regular de passageiros não autorizado.	Por veículo e por dia de constatação, com a imposição da penalidade de apreensão do veículo.
<b>1.115.</b> Ceder ou alienar ou transferir propriedade de veículo registrado sem prévia autorização da EMTU/SP.	Por veículo
<b>1.116.</b> Não manter veículos que permitam atendimento igual ou superior ao padrão de serviço apresentado no Anexo 07 - Tabela de Equivalência de Veículos.	Por dia de constatação.
<b>1.117.</b> Deixar de executar a primeira ou a última viagem da linha.	Por constatação.
<b>1.118.</b> Deixar de executar os serviços de limpeza na infraestrutura implantada e a ser implantada pela EMTU/SP.	Por dia de constatação
<b>1.119.</b> Não manter posto(s) de orientador de público na infraestrutura implantada e a ser implantada conforme determinação da EMTU/SP.	Por dia de constatação
<b>1.120.</b> Deixar de manter a frota cadastrada conforme estabelecida em Ordem de Serviço Operacional, inclusive a frota reserva.	Por veículo e por dia de constatação.
<b>1.121.</b> Empregar nos veículos, acessórios, tecnologias e equipamentos nos serviços sem prévia inspeção e aprovação da EMTU/SP.	Por veículo e por dia de constatação.
<b>1.122.</b> Não fazer ou interromper a viagem, sem justa causa.	Por veículo e por dia de constatação.
<b>1.123.</b> Não disponibilizar quadro de pessoal para realização de treinamentos quando solicitado pelo Poder Concedente	Por ocorrência constatada
<b>1.124.</b> Pelo não cumprimento da realização do treinamento previsto no quadro disponibilizado pela Concessionária quando solicitado pelo Poder Concedente	Por ocorrência constatada
<b>1.125.</b> Deixar de cumprir resolução, portaria e norma das autoridades competentes do Poder Concedente ou determinação de Agente Fiscal ou da EMTU/SP, em matéria de serviço.	Por ocorrência e por dia de constatação.
<b>1.126.</b> Transmitir informações do sistema de controle de oferta e monitoramento, via sistema de integração, com intervalo maior que 30 segundos.	A cada transmissão com intervalo maior que 30 segundos da transmissão anterior

**1.127.**Infrações Graves na operacionalização da Bilhetagem Eletrônica e Sistema

#### Anexo 30

São Paulo (Sede)

Rua Quinze de Novembro, 244 - Centro

CEP 01013-000 - São Paulo - SP

Telefone: (11) 3113-4700

São Bernardo do Campo

Rua Joaquim Casemiro, 290 - Planalto

CEP 09890-050 - São Bernardo do Campo - SP

Telefone: (11) 4341-1433

Campinas

Rua Leopoldo Amaral, 263 - Vila Marieta

CEP 13042-210 - Campinas - SP

Telefone: (19) 3736-5700

Baixada Santista

Av. Presidente Kennedy, 11.080 - Vila Mirim

CEP 11707-000 - Praia Grande - SP

Telefone: (13) 3478-1300

Vale do Paraíba e Litoral Norte

Av. João Batista de Souza Soares, 510 - Parque Industrial

CEP 12235-200 - São José dos Campos - SP

Telefone: (12) 3933-5644



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM Nº 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N.º 02/2015

Automatizado de Controle de Oferta e Monitoramento:

Infração	Critério de Imposição da Sanção
<b>1.127.1</b> Negar-se a enviar a documentação exigida, quando a STM ou a EMTU/SP solicitá-la fora de sua periodicidade.	A cada dia de atraso em relação à data estipulada para entrega.
<b>1.127.2</b> Permitir que as informações confidenciais relativas ao sistema de bilhetagem venham a ser de conhecimento de terceiros não autorizados.	Por ocorrência constatada.
<b>1.127.3</b> Recusar-se a prestar esclarecimentos ou informações à equipe de fiscalização / auditoria própria ou contratada da STM e EMTU/SP.	Por ocorrência constatada.
<b>1.127.4</b> Não atender prontamente as reclamações, exigências ou observações da equipe de fiscalização da STM e EMTU/SP.	Por ocorrência constatada.
<b>1.127.5</b> Não permitir o acesso aos locais e aos sistemas da equipe de fiscalização / auditoria própria ou contratada da STM e EMTU/SP às suas dependências.	Por ocorrência constatada.
<b>1.127.6</b> Emitir/distribuir bilhetes ou créditos eletrônicos não expressamente autorizados pela EMTU/SP.	A cada infração ocorrida.
<b>1.127.7</b> Não garantir, possibilitar ou permitir o acesso online da STM e EMTU/SP, às informações referentes à operação do transporte, emissão, comercialização e compensação dos créditos eletrônicos, emissão e distribuição de cartões, diretamente ao Sistema Central da Bilhetagem Eletrônica.	Por dia de acesso impossibilitado.
<b>1.127.8</b> Não cumprir determinação da EMTU/SP no processo de operacionalização dos créditos eletrônicos.	A cada infração ocorrida.
<b>1.127.9</b> Não permitir amplo acesso da EMTU/SP aos sistemas e equipamentos automatizados de controle de oferta, integrados ao sistema de Bilhetagem Eletrônica.	Por dia de constatação.
<b>1.127.10</b> Manter bilheterias atendendo ao público em horário inferior ao de funcionamento do respectivo terminal ou em quantidade insuficiente a demanda constatada.	Por ocorrência constatada
<b>1.127.11</b> Paralisar os serviços de distribuição de bilhetes ou créditos eletrônicos.	A cada período superior a 3 horas de paralisação.
<b>1.127.12</b> Apresentar documentação ou sistema de controle de estoque cujo saldo seja divergente dos saldos físicos ou eletrônicos apurados em procedimento de fiscalização / auditoria realizada pela equipe designada pela STM ou EMTU/SP.	Por ocorrência constatada
<b>1.127.13</b> Vincular a distribuição de bilhetes ou créditos eletrônicos aos usuários a cobrança de taxas de qualquer natureza, sem anuência da EMTU/SP.	Por ocorrência constatada



## PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM Nº 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N.º 02/2015

<b>1.127.14</b> Manter loja ou local de venda desabastecido de bilhete ou créditos eletrônicos.	Por local e por dia de desabastecimento.
<b>1.127.15</b> Atender ao público, em loja, em período inferior ao das 08h00m às 16h30m, de segunda a sexta feira, salvo se expressamente autorizado pela EMTU/SP.	A cada infração ocorrida.
<b>1.127.16</b> Transmitir informações do sistema de controle de oferta e monitoramento, via sistema de integração, sem as variáveis necessárias definidas no Manual de Integração (Anexo x).	A cada transmissão com pelo menos uma variável não preenchida
<b>1.127.17</b> Transmitir informações do sistema de controle de oferta e monitoramento, via sistema de integração, fora dos padrões definidos no Manual de Integração (Anexo x).	A cada transmissão fora dos padrões
<b>1.127.18</b> Transmitir informações do sistema de controle de oferta e monitoramento, via sistema de integração, com informações não condizentes com a operação real.	A cada transmissão com informações incorretas
<b>1.127.19</b> Operar com o sistema de controle de oferta e monitoramento com dados cadastrais divergentes do sistema de monitoramento da EMTU ou da Ordem de Serviço Operacional.	Por ocorrência constatada
<b>1.127.20</b> Manter visor de validadores da Bilhetagem Eletrônica sem condições de visualização pelos passageiros ou posicionados de modo a dificultar a visualização quanto à tarifa cobrada	Por equipamento/veículo e por dia de constatação
<b>1.127.21</b> Liberar frota, total ou parcial, com versão de software desatualizada, impedindo a cobrança correta e/ou impossibilitando o usuário de pagar a tarifa com o cartão eletrônico	Por equipamento/veículo e por dia de constatação

**Infrações Gravíssimas:**

<b>Infração</b>	<b>Critério de Imposição da Sanção</b>
<b>1.128.</b> Deixar de adquirir, implantar ou gerir os sistemas e equipamentos automatizados de controle da oferta de frota, CCO - Central de Controle Operacional.	Por equipamento / sistema não adquirido e por dia de constatação.
<b>1.129.</b> Deixar de adquirir e instalar os validadores para o sistema de arrecadação e controle.	Por dia de constatação.
<b>1.130.</b> Operar os Terminais e Estações Metropolitanos, em desacordo com os padrões e especificações definidas pela EMTU/SP no Anexo 17 Especificação Básica para Operação de Estações e Terminais Metropolitanos.	Por procedimento não realizado e por dia de constatação.
<b>1.131.</b> Obstruir ou não conceder amplo acesso aos serviços não delegados.	Por dia de constatação.



## PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM Nº 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N.º 02/2015

<b>1.132.</b> Deixar de pagar à EMTU/SP o valor disposto na Cláusula 12 do Contrato, referente ao gerenciamento das linhas comuns, seletivas e especiais do sistema.	Por dia de atraso.
<b>1.133.</b> Promover a alteração do contrato social ou do contrato de constituição do consórcio sem prévia anuência do Poder Concedente.	Por dia de constatação.
<b>1.134.</b> Fornecer informação relativa aos aspectos do presente termo a terceiros, inclusive de meios de publicidade, sem prévia autorização por escrito da EMTU/SP.	Por informação e por dia de constatação.
<b>1.135.</b> Não operar linhas ou serviços nas condições atuais com as características operacionais autorizadas e a frota aprovada no PLANO DE EXECUÇÃO, a partir do início da operação e, por no mínimo, noventa dias após a OPERAÇÃO PLENA.	Por dia de constatação e por linha.
<b>1.136.</b> Cobrar tarifa diversa da autorizada.	Por veículo e por ocorrência.
<b>1.137.</b> Deixar de observar seccionamento tarifário.	Por veículo e por ocorrência.
<b>1.138.</b> Deixar de cumprir a proposta apresentada na Metodologia de Execução, relativa aos níveis de conforto ou com referência a acessibilidade dos usuários portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida.	Por veículo, resultante da diferença entre o proposto na Metodologia de Execução e o efetivamente cadastrado e por dia de constatação.
<b>1.139.</b> Ultrapassar a idade máxima limitada da fabricação do chassi, conforme previsto, para linhas comuns e seletivas e para linhas especiais, respectivamente, de cada veículo.	Por veículo e por dia de constatação. Verificar Resolução STM 58/11 ou posterior que a substitua
<b>1.140.</b> Deixar de manter a idade média da frota igual ou inferior a 5 (cinco) anos ou ao especificado no contrato, o que for menor	Por dia de constatação.
<b>1.141.</b> Falsificar ou utilizar documento falso em informação ao Agente Fiscal ou ao Poder Concedente.	Por ocorrência e por dia de constatação.
<b>1.142.</b> Entregar a condução do veículo em operação à pessoa não habilitada pela Autoridade de Trânsito para o transporte coletivo de passageiros.	Por ocorrência e por dia de constatação, com a imposição da penalidade de apreensão do veículo.
<b>1.143.</b> Paralisar parte ou o conjunto das linhas regulares ou seus serviços complementares, sem justificativa ou concorrer para tanto.	Por serviço paralisado e por dia de constatação.
<b>1.144.</b> Praticar seccionamento tarifário sem prévia autorização do Poder Concedente.	Por veículo e por ocorrência.
<b>1.145.</b> Utilizar veículo cujas características tenham sido alteradas, sem submetê-lo a inspeção por parte dos órgãos competentes e da EMTU/SP.	Por veículo e por dia de constatação, com a imposição da penalidade de apreensão do veículo.
<b>1.146.</b> Utilizar, na operação, veículo não cadastrado na EMTU/SP.	Por veículo e por dia de constatação, com a imposição da penalidade de apreensão do veículo.



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM Nº 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N.º 02/2015

<b>1.147.</b> Utilizar veículo de terceiro, sem autorização prévia e expressa da EMTU/SP.	Por veículo e por dia de constatação, com a imposição da penalidade de apreensão do veículo.
<b>1.148.</b> Utilizar, na operação, veículo que, após sinistro grave, não tenha sido submetido à nova inspeção técnica veicular pela EMTU/SP ou órgãos competentes (quando aplicável).	Por veículo e por dia de constatação, com a imposição da penalidade de apreensão do veículo.
<b>1.149.</b> Utilizar, na operação, veículo que tenha sido reprovado em inspeção técnica veicular da EMTU/SP, por apresentar defeito de nível 3, conforme previsto na resolução STM 42/08.	Por veículo e por dia de constatação, com a imposição da penalidade de apreensão do veículo.
<b>1.150.</b> Não ter no mínimo um veículo em cada linha, adequado aos portadores de necessidades especiais, não observando as referências apresentadas na sua proposta ou período permitido pela legislação vigente.	Por linha e por dia de constatação.
<b>1.151.</b> Operar linha ou serviço sem prévia autorização do Poder Concedente.	Por constatação.
<b>1.152.</b> Deixar de cumprir a proposta relativa à idade média da frota conforme Metodologia de Execução.	Por constatação.
<b>1.153.</b> Deixar de assumir a infraestrutura implantada e a ser implantada pela EMTU/SP.	Por infraestrutura não assumida e por dia de constatação.
<b>1.154.</b> Não manter posto(s) de segurança na infraestrutura implantada e a ser implantada conforme determinação da EMTU/SP.	Por dia de constatação.
<b>1.155.</b> Deixar de executar a operação na infraestrutura implantada e a ser implantada pela EMTU/SP.	Por dia de constatação.
<b>1.156.</b> Deixar de manter por período mínimo de 40 (quarenta) dias as imagens captadas pelo CFTV ou MVC.	Por dia de constatação.
<b>1.157.</b> Entregar a condução do veículo leve sobre trilhos em operação à pessoa sem a habilitação específica	Por ocorrência e por dia de constatação.

**1.158.** Constituem-se infrações classificadas como gravíssimas, com sanções aplicadas a Concessionária na operacionalização da Bilhetagem Eletrônica e Sistema Automatizado de Controle de Oferta e Monitoramento:

<b>Infração</b>	<b>Critério de Imposição da Sanção</b>
<b>1.158.1</b> Emitir/distribuir bilhetes ou créditos eletrônicos sem autorização da EMTU/SP.	A cada ocorrência constatada, 400 tarifas da primeira faixa da grade tarifária.
<b>1.158.2</b> Não instalar e manter, em local determinado pela EMTU/SP, equipamentos e sistema que permitam a autorização da emissão dos créditos eletrônicos de forma segura, automática e sincronizada em tempo real com o Sistema Central da Bilhetagem Eletrônica.	Por ocorrência constatada.





<b>1.158.3</b> Não disponibilizar e manter a infraestrutura de sistema e equipamentos, compatíveis com as necessidades dimensionadas pela EMTU/SP e em locais determinados para realização do cadastramento de usuários de responsabilidade da EMTU/SP.	Por ocorrência constatada
<b>1.158.4</b> Não apresentar e manter os seguros e processos de segurança descritos no Anexo Sistema de Arrecadação e Controle (Bilhetagem Eletrônica – SBE).	Por ocorrência constatada
<b>1.158.5</b> Não repassar a EMTU/SP o valor relativo a parcela devida nos prazos estabelecidos em contrato.	Por dia de atraso.
<b>1.158.6</b> Não permitir a utilização do Sistema da Bilhetagem Eletrônica, a todos os serviços de transporte intermunicipais metropolitanos da RMBS que serão operados diretamente ou contratados pela EMTU/SP.	A cada lote de remição não realizada correspondente a 400 tarifas da primeira faixa da grade tarifária.
<b>1.158.7</b> Não submeter à prévia análise da EMTU/SP as propostas técnicas elaboradas pelos fabricantes e fornecedores dos equipamentos e softwares componentes da Bilhetagem Eletrônica.	Por ocorrência constatada.
<b>1.158.8</b> Elaborar ou alterar os sistemas da Bilhetagem Eletrônica sem o monitoramento e autorização da EMTU/SP.	Por ocorrência constatada.
<b>1.158.9</b> Não implementar e manter a interoperabilidade com o Sistema SBI ou outro que venha substituí-lo.	Por ocorrência constatada.
<b>1.158.10</b> Não permitir a EMTU/SP realizar o monitoramento de toda a implantação da Bilhetagem Eletrônica.	Por dia de implantação.
<b>1.158.11</b> Implementar e efetivar o Sistema de Bilhetagem Eletrônica sem autorização expressa da EMTU/SP.	Por dia de implementação.
<b>1.158.12</b> Não cumprir o cronograma de cada fase da implantação da Bilhetagem Eletrônica.	Por dia de atraso.
<b>1.158.13</b> Deixar de gerir, confeccionar, armazenar, transportar, comercializar, arrecadar ou remir o Vale Transporte, Passe Escolar e demais títulos de transporte, se permitido pela EMTU/SP, em conformidade com as especificações e padrões definidos pelo Poder Concedente no Anexo 19 - Sistema de Arrecadação e Controle (Bilhetagem Eletrônica – SBE)	Por dia de constatação.
<b>1.158.14</b> Deixar de adquirir, implantar ou gerir os sistemas e equipamentos automatizados de controle da oferta, integrados ao sistema de Bilhetagem Eletrônica.	Por equipamento não adquirido e por dia de constatação.



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM Nº 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM Nº 02/2015

## CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM Nº 02/2015

### PLANO OPERACIONAL BÁSICO

#### Anexo 30

##### São Paulo (Sede)

Rua Quinze de Novembro, 244 - Centro  
CEP 01013-000 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3113-4700

##### São Bernardo do Campo

Rua Joaquim Casemiro, 290 - Planalto  
CEP 09890-050 - São Bernardo do Campo - SP  
Telefone: (11) 4341-1433

##### Campinas

Rua Leopoldo Amaral, 263 - Vila Marieta  
CEP 13042-210 - Campinas - SP  
Telefone: (19) 3736-5700

##### Baixada Santista

Av. Presidente Kennedy, 11.080 - Vila Mirim  
CEP 11707-000 - Praia Grande - SP  
Telefone: (13) 3478-1300

##### Vale do Paraíba e Litoral Norte

Av. João Batista de Souza Soares, 510 - Parque Industrial  
CEP 12235-200 - São José dos Campos - SP  
Telefone: (12) 3933-5644





SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM N° 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N.º 02/2015

## CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N° 02/2015

### Anexo 32

#### 1.159. DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE EXECUÇÃO

##### Anexo 30

###### São Paulo (Sede)

Rua Quinze de Novembro, 244 - Centro  
CEP 01013-000 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3113-4700

###### São Bernardo do Campo

Rua Joaquim Casemiro, 290 - Planalto  
CEP 09890-050 - São Bernardo do Campo - SP  
Telefone: (11) 4341-1433

###### Campinas

Rua Leopoldo Amaral, 263 - Vila Marieta  
CEP 13042-210 - Campinas - SP  
Telefone: (19) 3736-5700

###### Baixada Santista

Av. Presidente Kennedy, 11.080 - Vila Mirim  
CEP 11707-000 - Praia Grande - SP  
Telefone: (13) 3478-1300

###### Vale do Paraíba e Litoral Norte

Av. João Batista de Souza Soares, 510 - Parque Industrial  
CEP 12235-200 - São José dos Campos - SP  
Telefone: (12) 3933-5644



1. O PLANO DE EXECUÇÃO a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA deverá, obrigatoriamente, observar os elementos a seguir indicados:

- 1.1. **Elemento “A”** – Fator referente ao cronograma de mobilização da frota para a implantação da operação.
- 1.2. **Elemento “B”** – Fator referente à idade média da frota para início da operação e durante todo o período da Concessão.
- 1.3. **Elemento “C”** – Fator referente às características de conforto da frota para a implantação da operação e durante todo o período da Concessão.
- 1.4. **Elemento “D”** – Fator referente à preocupação com o Meio Ambiente em virtude da motorização utilizada nos veículos quando da implantação da operação.
- 1.5. **Elemento “E”** – Fator referente à implantação da operação e à evolução da frota ao longo do período da Concessão no que se refere à acessibilidade dos usuários portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- 1.6. **Elemento “F”** – Fator referente à melhoria do Índice de Qualidade do Transporte – IQT, durante todo o período da Concessão.
- 1.7. **Elemento “G”** – Fator referente à acessibilidade do Material Rodante - VLT, para a implantação da operação.

2. Para a apresentação e avaliação do Elemento “A” – Cronograma de mobilização da frota para a implantação da operação, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar a sua proposta de cronograma de mobilização para a implantação da operação,



observando as diretrizes dos ANEXO 04 e parâmetros do ANEXO 05, respeitado o prazo máximo de 300 (trezentos) dias entre a data da ORDEM DE INÍCIO DA OPERAÇÃO – FASE I E a OPERAÇÃO PLENA do modo ônibus e também observando a idade média proposta no Elemento “B”;

**2.1.** O cronograma de mobilização da frota para a implantação da operação a ser proposto pela CONCESSIONÁRIA, incluída a bilhetagem eletrônica, deverá ser obrigatoriamente apresentado em conformidade com a Tabela 1 do Anexo 32, lembrando que a implantação da operação deverá estar concluída até 300 (trezentos) dias após a data da ORDEM DE INÍCIO DE OPERAÇÃO – FASE I.

**2.1.1.** No próprio Anexo 32, estão inseridas as informações para o preenchimento da tabela.

**2.1.2.** O cumprimento do cronograma proposto pela CONCESSIONÁRIA constituir-se-á em obrigação contratual.

**3.** Para a apresentação e avaliação do Elemento “B” – Idade Média da Frota para Início de Operação e durante todo o Período de Concessão - a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar a sua proposta de frota, cuja idade média respeite a Plano de Execução para a implantação da operação e sua evolução ano a ano, durante todo o período da Concessão, no que tange à idade dos veículos.

**3.1.** A idade média da frota para a implantação da operação, e durante todo o período da Concessão, a ser proposta pela CONCESSIONÁRIA, deverá obrigatoriamente ser apresentada em conformidade com a Tabela 2 do Anexo 32, observando-se:

**3.1.1.** A idade máxima de cada veículo (ÔNIBUS) está limitada a:



- a) 10 (dez) anos da fabricação do chassis para linhas comuns e seletivas, e
- b) 5 (cinco) anos da fabricação do chassis para as linhas especiais.

**3.1.2.** A idade média da frota de ônibus das linhas regulares (comuns, seletivas), deverá ser igual ou inferior a 6 (seis) anos ao longo da CONCESSÃO, sendo que deverá ser igual ou inferior a 2 (dois) anos no início da CONCESSÃO.

**3.1.3.** No próprio Anexo 32 estão inseridas as informações para o preenchimento da tabela.

**3.1.4.** Para o cálculo da idade dos veículos, os chassis fabricados entre 1º de janeiro e 31 de dezembro completarão um 01 (um) ano em 1º de julho do ano seguinte.

**3.2.** A idade média da frota inicial para a implantação da operação será aferida na vistoria segundo critério definido no CONTRATO

**3.3.** A idade média proposta durante a vigência da concessão, será aferida, a cada 360 (trezentos e sessenta dias), a contar da data da ordem de início de operação e deverá corresponder a idade média proposta na Plano de Execução.

**3.4.** Admitir-se-á a substituição de veículos, durante o período da Concessão, desde que a substituição proposta respeite as condições do Edital.



**3.5.** O cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA no que tange à idade média da frota para a implantação da operação e durante a concessão, constituir-se-á em obrigação contratual; e,

**3.5.1.** O descumprimento durante a concessão sujeitará a Concessionária às sanções previstas em contrato.

**4.** Para a apresentação e avaliação do Elemento “C” – Características de conforto da frota para a implantação da operação e durante todo o período da Concessão – a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar a personalização de sua frota, para a implantação da operação e sua evolução ano a ano, durante todo o período da Concessão, sob aspectos ligados ao conforto.

**4.1.** As características de conforto serão avaliadas na vistoria dos veículos para a implantação da operação e a cada 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data da ordem de início de operação.

**4.2.** As características de conforto durante todo o período da Concessão deverão, obrigatoriamente, ser apresentadas em conformidade com a Tabela 3 do presente Anexo.

**4.2.1.** No presente Anexo estão inseridas as informações para o preenchimento da tabela.

**4.3.** O cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA no que tange às características de conforto para a implantação da operação e durante a concessão, constituir-se-á em obrigação contratual; e,

**4.3.1.** O descumprimento na implantação da operação sujeitará à Concessionária as medidas elencadas no subitem 6.3.4.1 da Cláusula Sexta – ETAPA PRELIMINAR - do CONTRATO;



**4.3.2.** O descumprimento durante a Concessão sujeitará a Concessionária às sanções previstas em contrato.

**5. Para a apresentação e avaliação do Elemento “D” – Preocupação com Meio Ambiente em virtude da motorização utilizada nos veículos para a implantação da operação.**

**5.1.** Para a implantação da operação, a motorização da frota a ser proposta pela CONCESSIONÁRIA, deverá obrigatoriamente ser apresentada em conformidade com a Tabela 4 do presente Anexo.

**5.1.1.** No presente Anexo estão inseridas as informações para o preenchimento da tabela.

**5.1.2.** O cumprimento das disposições acima para a implantação da operação, constituir-se-á em obrigação contratual e o descumprimento estará sujeito às medidas elencadas no subitem 6.3.4.1 da Cláusula Sexta – ETAPA PRELIMINAR - do CONTRATO.

**5.1.3.** O descumprimento durante a Concessão sujeitará a Concessionária às sanções previstas em contrato.

**6. Para a apresentação e avaliação do Elemento “E” – Características dos veículos com referência a acessibilidade dos usuários portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, para a implantação da operação e durante a Concessão – a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar a personalização de sua frota, durante todo o período da Concessão, sob aspectos ligados à acessibilidade.**

**6.1.** As características com referência a acessibilidade dos usuários portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida serão avaliadas



na vistoria dos veículos para a implantação da operação e a cada 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data da ordem de início de operação.

**6.2.** As características com referência a acessibilidade dos usuários portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, durante todo o período da Concessão, deverão, obrigatoriamente, ser apresentadas em conformidade com a Tabela 5 do presente Anexo.

**6.2.1.** No presente Anexo estão inseridas as informações para o preenchimento da tabela.

**6.3.** A CONCESSIONÁRIA deverá operar com um número de “veículos adequados” idêntico ao número de linhas, que atendam as condições de acessibilidade, descritas no Anexo 22 do EDITAL. A disponibilização dos “veículos adequados” poderá ser iniciada a partir do início de operação devendo obrigatoriamente estar concluída no prazo máximo de 180 dias após da ordem de início de operação. Esta faculdade somente poderá ser exercitada até a data para cumprimento da exigência de veículos acessíveis, previsto no artigo 38, parágrafo segundo do Decreto Federal nº 5.296/2004.

**6.4.** O cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA no que tange à acessibilidade dos usuários portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida constituir-se-á em obrigação contratual; e,

**6.4.1.** O descumprimento na implantação da operação sujeitará a Concessionária às medidas elencadas no subitem 6.3.4.1 da Cláusula Sexta – ETAPA PRELIMINAR - do CONTRATO;





**6.4.2.** O descumprimento durante a Concessão sujeitará à Concessionária as sanções previstas em contrato.

**6.5.** A Concessionária obriga-se a adotar e implantar todas as exigências técnicas estabelecidas na Legislação Federal e Estadual sobre acessibilidade conforme Anexo 22 do EDITAL

**7.** Para a apresentação e avaliação do Elemento “F” – Preocupação com a melhoria do Índice de Qualidade do Transporte – IQT – a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar sua proposta de IQT atingível ao longo de todo período da concessão.

**7.1.** O IQT, Índice de Qualidade do Transporte, encontra-se apresentado no Anexo 46 do EDITAL.

**7.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar sua proposta para o IQT – Índice de Qualidade de Transporte, de acordo com a Tabela 6 do Anexo 46 do EDITAL.

**7.2.1.** No Anexo 46 do EDITAL estão inseridas as informações para o preenchimento da tabela.

**7.3.** O cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA no que tange à melhoria do Índice de Qualidade do Transporte – IQT, constituir-se-á em obrigação contratual.

**7.3.1.** O descumprimento durante a Concessão sujeitará a Concessionária às sanções previstas em contrato.

**7.4.** O Índice de Qualidade do Transporte - IQT será avaliado anualmente.



**8. Para a apresentação e avaliação do Elemento “G” – Preocupação com à acessibilidade do Material Rodante - VLT, para a implantação da operação.**

**8.1.** Para a implantação da operação, à acessibilidade do Material Rodante - VLT, a ser proposta pela CONCESSIONÁRIA, deverá obrigatoriamente ser apresentada em conformidade com a Tabela 7 do presente Anexo.

**8.1.1.** No presente Anexo estão inseridas as informações para o preenchimento da tabela.

**8.1.2.** O cumprimento das disposições acima para a implantação da operação, constituir-se-á em obrigação contratual e o descumprimento estará sujeito às medidas elencadas no subitem 37.6.4. da Cláusula Trigésima Sétima – PENALIDADES - do CONTRATO.

**8.1.3.** O descumprimento durante a Concessão sujeitará a Concessionária às sanções previstas em contrato.

**9. A aceitabilidade do PLANO DE EXECUÇÃO proposto será aferida pela fórmula abaixo, e deverá ser apresentada de acordo com a Tabela 8 do presente Anexo.**

$$S = \frac{3 (IA) + 3 (IB) + 2 (IC) + 1 (ID) + 2 (IE) + 1 (IF) + 3 (IG)}{15}$$

15

Sendo:

S – Índice Final da viabilidade do PLANO DE EXECUÇÃO

(IA) – Índice Final da avaliação do Elemento “A”

(IB) – Índice Final da avaliação do Elemento “B”

(IC) – Índice Final da avaliação do Elemento “C”

(ID) – Índice Final da avaliação do Elemento “D”

**Anexo 30**

**São Paulo (Sede)**

Rua Quinze de Novembro, 244 - Centro  
CEP 01013-000 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3113-4700

**São Bernardo do Campo**

Rua Joaquim Casemiro, 290 - Planalto  
CEP 09890-050 - São Bernardo do Campo - SP  
Telefone: (11) 4341-1433

**Campinas**

Rua Leopoldo Amaral, 263 - Vila Marieta  
CEP 13042-210 - Campinas - SP  
Telefone: (19) 3736-5700

**Baixada Santista**

Av. Presidente Kennedy, 11.080 - Vila Mirim  
CEP 11707-000 - Praia Grande - SP  
Telefone: (13) 3478-1300

**Vale do Paraíba e Litoral Norte**

Av. João Batista de Souza Soares, 510 - Parque Industrial  
CEP 12235-200 - São José dos Campos - SP  
Telefone: (12) 3933-5644



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM Nº 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM Nº 02/2015

- (IE) – Índice Final da avaliação do Elemento "E"
- (IF) – Índice Final da avaliação do Elemento "F"
- (IG) - Índice Final da avaliação do Elemento "G"

No presente Anexo estão inseridas as instruções para o preenchimento da Tabela 8.

**10.** Os elementos citados nos subitens 2 a 9 deverão, obrigatoriamente, serem apresentados. A ausência de qualquer dos elementos implicará na não aceitação do PLANO DE EXECUÇÃO apresentado e na conseqüente necessidade de revisão pela CONCESSIONÁRIA.

## Anexo 30

### São Paulo (Sede)

Rua Quinze de Novembro, 244 - Centro  
CEP 01013-000 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3113-4700

### São Bernardo do Campo

Rua Joaquim Casemiro, 290 - Planalto  
CEP 09890-050 - São Bernardo do Campo - SP  
Telefone: (11) 4341-1433

### Campinas

Rua Leopoldo Amaral, 263 - Vila Marieta  
CEP 13042-210 - Campinas - SP  
Telefone: (19) 3736-5700

### Baixada Santista

Av. Presidente Kennedy, 11.080 - Vila Mirim  
CEP 11707-000 - Praia Grande - SP  
Telefone: (13) 3478-1300

### Vale do Paraíba e Litoral Norte

Av. João Batista de Souza Soares, 510 - Parque Industrial  
CEP 12235-200 - São José dos Campos - SP  
Telefone: (12) 3933-5644



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM Nº 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N.º 02/2015

## CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM Nº 02/2015

### Anexo 33

#### PROPOSTA ECONÔMICA E PLANILHA DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA PROPOSTA

##### Anexo 33

###### São Paulo (Sede)

Rua Quinze de Novembro, 244 - Centro  
CEP 01013-000 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3113-4700

###### São Bernardo do Campo

Rua Joaquim Casemiro, 290 - Planalto  
CEP 09890-050 - São Bernardo do Campo - SP  
Telefone: (11) 4341-1433

###### Campinas

Rua Leopoldo Amaral, 263 - Vila Marieta  
CEP 13042-210 - Campinas - SP  
Telefone: (19) 3736-5700

###### Baixada Santista

Av. Presidente Kennedy, 11.080 - Vila Mirim  
CEP 11707-000 - Praia Grande - SP  
Telefone: (13) 3478-1300

###### Vale do Paraíba e Litoral Norte

Av. João Batista de Souza Soares, 510 - Parque Industrial  
CEP 12235-200 - São José dos Campos - SP  
Telefone: (12) 3933-5644

**PROPOSTA ECONÔMICA**

São Paulo, 18 de novembro de 2014

À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 17/2013 - CONCESSÃO PATROCINADA DO SISTEMA INTEGRADO METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA (SIM RMBS), COMPREENDENDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE URBANO COLETIVO INTERMUNICIPAL, POR ÔNIBUS, VLT E DEMAIS VEÍCULOS DE BAIXA E MÉDIA CAPACIDADE, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE SISTEMAS E DOS VEÍCULOS, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO, MODALIDADE REGULAR, ABRANGENDO OS MUNICÍPIOS DE BERTIOGA, CUBATÃO, GUARUJÁ, ITANHAÉM, MONGAGUÁ, PERUÍBE, PRAIA GRANDE, SÃO VICENTE E SANTOS.**

Prezados Senhores,

Tendo tomado conhecimento dos termos do EDITAL da LICITAÇÃO, apresentamos nossa PROPOSTA ECONÔMICA para a PPP do SIM RMBS.

**1. SERVIÇOS**

A presente proposta refere-se à **CONCESSÃO PATROCINADA DO SISTEMA INTEGRADO METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA (SIM RMBS), COMPREENDENDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE URBANO COLETIVO INTERMUNICIPAL, POR ÔNIBUS, VLT E DEMAIS VEÍCULOS DE BAIXA E MÉDIA CAPACIDADE, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE SISTEMAS E DOS VEÍCULOS, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO, MODALIDADE REGULAR, ABRANGENDO OS MUNICÍPIOS DE BERTIOGA, CUBATÃO, GUARUJÁ, ITANHAÉM, MONGAGUÁ, PERUÍBE, PRAIA GRANDE, SÃO VICENTE E SANTOS.**

**2. PERCENTUAL DE DESCONTO E VALOR DA CONTRAPRESTAÇÃO**

2.1 O percentual de desconto único, de que trata o subitem 13.2.2 do edital, que propomos, é de 0,10% (um décimo) por cento, dando origem aos preços unitários



discriminados abaixo, a partir dos preços máximos estabelecidos no Edital. **O valor nominal da CONTRAPRESTAÇÃO para todo o período do CONTRATO, resultante da aplicação do desconto acima, é de R\$ 1.103.613.119,33 (um bilhão, cento e três milhões, seiscentos e treze mil, cento e dezenove reais e trinta e três centavos)**, a qual será desembolsada pelo Poder Concedente conforme o fluxo da PLANILHA DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA PROPOSTA com Cronograma Físico-Financeiro em Anexo (*preencher o ANEXO 033 – Parte 2 do Edital*).

2.2 Preços Unitários (data base: 01/11/2014 (mês de apresentação da proposta)):

**Parcela B2**

- PUB2a\_EstaçãoOperacionalVLT R\$ 154.757,66 (cento e cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e seis centavos)
- PUB2b\_FrotaVLT R\$ 207.701,07 (duzentos e sete mil, setecentos e um reais e sete centavos)

2.3 Nos preços indicados nesta proposta estão incluídos todos os custos operacionais de sua atividade e os tributos que eventualmente se façam devidos, nos termos do PLANO DE NEGÓCIOS, considerando as desonerações previstas no item 13 do Edital;

2.4 Para formulação da presente Proposta foram considerados os Preços Unitários referentes à Parcela A, cuja data base é 01/01/2014, consubstanciados na grade tarifária e demais condições definidas no item 4 do Edital, Anexo 10 e Cláusula Décima Terceira da minuta do CONTRATO.

### **3. ANEXOS DESTA PROPOSTA**

3.1 Planilha da Contraprestação Pecuniária Proposta, com os preços unitários, valor da contraprestação e fluxo de desembolso pelo Poder Concedente, de acordo com o desconto oferecido, considerando como data base o mês de apresentação da proposta.

3.2 Declaração

Declara de ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos a serem assumidos, e de ter levado em consideração na formulação desta proposta os riscos previstos na Cláusula Vigésima Sétima da minuta de CONTRATO.

#### 4. VALIDADE DA PROPOSTA

4.1 O prazo de validade da presente Proposta é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data estabelecida para entrega das propostas.

A presente Proposta é de caráter incondicional, irrevogável e irrevogável.

#### DADOS QUALIFICATIVOS DA LICITANTE

Razão Social: BR Mobilidade Baixada Santista (representada pela empresa líder  
Comporte Participações S.A.)  
Endereço: Avenida Francisco Manoel, 1050.  
CNPJ: 05.169.726/0001-76 (CNPJ da empresa líder)  
Telefone: (11) 3049-4668  
Fac-Símile: (11) 3049-4671  
E-mail: [eneves@glarustec.com.br](mailto:eneves@glarustec.com.br)

**Consórcio BR Mobilidade Baixada Santista**

**(representado pela empresa líder: Comporte Participações S.A.)**

José Efraim Neves da Silva

RG: 3.800.555-4 SSP/SP

CPF: 080.434.698-49

Paulo Sérgio Coelho

RG: 426.172 IIPC/MG

CPF: 162.329.256-53





**DESCONTO ÚNICO OFERECIDO NA LICITAÇÃO (Pd):**  
01/11/2014

	Ano	Mês	FÍSICO				FINANCEIRO							Ano	TOTAL		Ano	TOTAL												
			Entregue	Frota VLT		Estações Operacionais	Entregue	PARCELA B1	PARCELA B2a	PARCELA B2b	Sub-total	TOTAL	Ano		TOTAL	Ano		TOTAL												
				Adquirida	Total														Parcela B1	Parcela B2	Parcela B1	Parcela B2	Parcela B1	Parcela B2	Parcela B1	Parcela B2	Parcela B1	Parcela B2	Parcela B1	Parcela B2
FASE I - ETAPA I	1	1	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
		2	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
		3	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
		4	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
		5	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
		6	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
		7	12	12	12	14	-	2.166.607,24	-	-	2.166.607,24	-	2.166.607,24	-	2.166.607,24	-	2.166.607,24	-	-											
		8	12	12	12	14	-	2.166.607,24	-	-	2.166.607,24	-	2.166.607,24	-	2.166.607,24	-	2.166.607,24	-	-											
		9	12	12	12	14	-	2.166.607,24	-	-	2.166.607,24	-	2.166.607,24	-	2.166.607,24	-	2.166.607,24	-	-											
		10	12	12	12	14	-	2.166.607,24	-	-	2.166.607,24	-	2.166.607,24	-	2.166.607,24	-	2.166.607,24	-	-											
		11	12	12	12	14	-	2.166.607,24	-	-	2.166.607,24	-	2.166.607,24	-	2.166.607,24	-	2.166.607,24	-	-											
		12	15	15	15	15	-	2.321.364,90	-	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	-											
FASE I - ETAPA II	2	13	15	15	15	15	-	2.321.364,90	-	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	-											
		14	15	15	15	15	-	2.321.364,90	-	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	-											
		15	15	15	15	15	-	2.321.364,90	-	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	-											
		16	15	15	15	15	-	2.321.364,90	-	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	-											
		17	15	15	15	15	-	2.321.364,90	-	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	-											
		18	15	15	15	15	-	2.321.364,90	-	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	-											
		19	15	15	15	15	-	2.321.364,90	-	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	-											
		20	15	15	15	15	-	2.321.364,90	-	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	-											
		21	15	15	15	15	-	2.321.364,90	-	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	2.321.364,90	-	-											
		22	22	22	22	27	-	2.715.996,93	-	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	-											
		23	22	22	22	27	-	2.715.996,93	-	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	-											
		24	22	22	22	27	-	2.715.996,93	-	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	-											
FASE I - ETAPA III	3	25	22	22	22	27	-	2.715.996,93	-	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	-											
		26	22	22	22	27	-	2.715.996,93	-	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	-											
		27	22	22	22	27	-	2.715.996,93	-	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	-											
		28	22	22	22	27	-	2.715.996,93	-	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	-											
		29	22	22	22	27	-	2.715.996,93	-	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	-											
		30	22	22	22	27	-	2.715.996,93	-	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	-											
		31	22	22	22	27	-	2.715.996,93	-	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	-											
		32	22	22	22	27	-	2.715.996,93	-	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	-											
		33	22	22	22	27	-	2.715.996,93	-	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	-											
		34	22	22	22	27	-	2.715.996,93	-	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	-											
		35	22	22	22	27	-	2.715.996,93	-	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	-											
		36	22	22	22	27	-	2.715.996,93	-	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	2.715.996,93	-	-											
FASE II	4	37	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		38	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		39	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		40	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		41	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		42	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		43	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		44	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		45	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		46	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		47	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		48	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		49	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		50	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		51	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		52	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		53	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		54	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		55	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		56	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		57	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		58	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		59	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		60	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											
		61	22	11	33	31	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	5.043.267,06	-	-											

**CONSÓRCIO BR MOBILIDADE BAIXADA SANTISTA**  
Avenida Francisco Manoel, 1050 | Bairro Jabaquara  
Santos/SP | CEP: 11075-110

BR MOBILIDADE

**CONSORCIO  
BR MOBILIDADE**  
**ANEXO 33 PLANILHA DE PREÇOS DA CONTRAPRESTAÇÃO PROPOSTA COM CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

	FÍSICO												FINANCEIRO												Ano	TOTAL		TOTAL	TOTAL
	Ano	Mês	Frota VLT			Estações Operacionais	PARCELA B1		PARCELA B2a		PARCELA B2b		Sub-total		Sub-total		TOTAL		Ano	TOTAL									
			Entregue	Adquirida	Total		Entregue	Estações Operacionais		Frota VLT		Parcela B1		Parcela B2		Contraprestação = Parcela B1 + Parcela B2		Ano			Contraprestação								
								R\$	-	R\$	154.757,66	R\$	207.701,07	Mensal								Ano	Anual						
FASE II	6	61	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						3	60.519.204,71	33.102.663,47			27.416.541,24					
		62	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		63	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		64	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		65	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		66	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		67	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		68	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		69	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		70	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		71	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		72	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
	7	73	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						3	60.519.204,71	33.102.663,47	27.416.541,24							
		74	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		75	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		76	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		77	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		78	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		79	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		80	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		81	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		82	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		83	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		84	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
	8	85	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						3	60.519.204,71	33.102.663,47	27.416.541,24							
		86	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		87	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		88	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		89	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		90	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		91	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		92	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		93	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		94	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		95	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		96	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
	9	97	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						3	60.519.204,71	33.102.663,47	27.416.541,24							
		98	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		99	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		100	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		101	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		102	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		103	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		104	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		105	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
		106	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																
107		22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																	
108		22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																	
10	109	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						3	60.519.204,71	33.102.663,47	27.416.541,24								
	110	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																	
	111	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																	
	112	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																	
	113	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																	
	114	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																	
	115	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																	
	116	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																	
	117	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																	
	118	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																	
	119	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																	
	120	22	11	33	31	R\$	-	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06																	



**CONSORCIO  
BR MOBILIDADE**  
**ANEXO 33 PLANILHA DE PREÇOS DA CONTRAPRESTAÇÃO PROPOSTA COM CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

FASE II	Ano	Mês	FÍSICO				FINANCEIRO							Ano	TOTAL		TOTAL	TOTAL
			Frota VLT			Estações Operacionais	PARCELA B1	PARCELA B2a	PARCELA B2b	Sub-total	Sub-total	TOTAL	Ano		TOTAL	TOTAL		
			Entregue	Adquirida	Total	Entregue		Estações Operacionais	Frota VLT	Parcela B1	Parcela B2	Contraprestação = Parcela B1 + Parcela B2			Contraprestação	PARCELA B2a	PARCELA B2b	
							R\$	R\$	R\$						Mensal	Annual	Annual	Annual
	11	121	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06	3	60.519.204,71		33.102.663,47	27.416.541,24	
		122	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		123	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		124	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		125	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		126	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		127	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		128	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		129	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		130	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		131	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		132	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
	12	133	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06	3	60.519.204,71		33.102.663,47	27.416.541,24	
		134	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		135	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		136	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		137	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		138	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		139	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		140	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		141	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		142	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		143	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		144	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
	13	145	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06	3	60.519.204,71		33.102.663,47	27.416.541,24	
		146	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		147	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		148	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		149	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		150	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		151	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		152	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		153	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		154	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		155	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		156	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
	14	157	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06	3	60.519.204,71		33.102.663,47	27.416.541,24	
		158	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		159	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		160	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		161	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		162	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		163	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		164	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		165	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		166	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		167	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		168	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
	15	169	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06	3	60.519.204,71		33.102.663,47	27.416.541,24	
		170	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		171	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		172	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		173	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		174	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		175	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		176	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		177	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		178	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		179	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						
		180	22	11	33	31	R\$ -	2.758.555,29	2.284.711,77	-	5.043.267,06	5.043.267,06						

MINUTA DE EDITAL DA CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 17/2013 - CONSULTA PÚBLICA

CONSORCIO BR MOBILIDADE BAIXADA SANTISTA  
Avenida Francisco Manoel, 1050 | Bairro Jabaquara  
Santos/SP | CEP: 11075-110

BR MOBILIDADE







SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM Nº 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N.º 02/2015

## CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM Nº 02/2015

### Anexo 34

### PLANO DE NEGÓCIOS

#### Anexo 34

##### São Paulo (Sede)

Rua Quinze de Novembro, 244 - Centro  
CEP 01013-000 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3113-4700

##### São Bernardo do Campo

Rua Joaquim Casemiro, 290 - Planalto  
CEP 09890-050 - São Bernardo do Campo - SP  
Telefone: (11) 4341-1433

##### Campinas

Rua Leopoldo Amaral, 263 - Vila Marieta  
CEP 13042-210 - Campinas - SP  
Telefone: (19) 3736-5700

##### Baixada Santista

Av. Presidente Kennedy, 11.080 - Vila Mirim  
CEP 11707-000 - Praia Grande - SP  
Telefone: (13) 3478-1300

##### Vale do Paraíba e Litoral Norte

Av. João Batista de Souza Soares, 510 - Parque Industrial  
CEP 12235-200 - São José dos Campos - SP  
Telefone: (12) 3933-5644

**ANEXO 35 - PLANO DE NEGÓCIOS  
QUADRO A.1 - BALANÇO PATRIMONIAL**

Valores em R\$ 1.000

	ANO 0	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20
<b>ATIVO</b>																					
ATIVO CIRCULANTE	617	5.190	6.751	15.173	18.106	17.577	17.053	16.699	16.345	15.991	15.637	15.283	14.929	14.575	14.221	13.867	13.514	13.160	10.777	8.662	8.665
Conta Reserva para Serviço da Dívida	-	-	-	7.391	9.153	8.795	8.438	8.080	7.723	7.365	7.008	6.650	6.293	5.936	5.578	5.221	4.863	4.506	2.119	-	-
Caixa do Período	617	5.190	6.751	7.782	8.953	8.782	8.616	8.619	8.622	8.626	8.629	8.633	8.636	8.640	8.643	8.647	8.650	8.654	8.658	8.662	8.665
ATIVO NÃO CIRCULANTE	213.922	189.504	200.671	329.568	328.153	323.652	317.544	310.677	303.258	294.875	287.292	277.076	265.802	253.364	239.647	226.193	209.681	191.250	170.828	148.074	122.272
Ativo Financeiro Líquido	-	-	51.084	199.461	214.077	208.139	201.605	194.416	186.505	177.801	168.223	157.685	146.089	133.330	119.290	103.842	86.844	68.141	47.561	24.917	0
Ativo Intangível Líquido	11.845	10.631	10.184	9.571	8.792	7.847	7.566	7.181	6.796	6.411	6.026	5.641	5.256	4.871	4.486	4.101	3.710	3.276	2.726	1.910	-
Imobilizado Líquido - Frota Rodoviária	198.280	176.025	137.505	119.587	105.284	106.326	107.368	108.410	109.452	110.494	111.536	112.578	113.620	114.662	115.704	116.746	117.788	118.829	119.871	120.913	121.955
Imobilizado Líquido - Equipamentos de Garagem e Centro	2.650	1.988	1.325	663	-	1.272	954	636	318	-	1.272	954	636	318	-	1.272	954	636	318	-	-
Imobilizado Líquido - Veículos e equipamentos de manut	1.147	860	573	287	-	68	51	34	187	170	235	218	201	184	167	232	385	368	351	334	317
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>214.539</b>	<b>194.693</b>	<b>207.422</b>	<b>344.742</b>	<b>346.259</b>	<b>341.229</b>	<b>334.597</b>	<b>327.376</b>	<b>319.603</b>	<b>310.866</b>	<b>302.929</b>	<b>292.359</b>	<b>280.731</b>	<b>267.940</b>	<b>253.868</b>	<b>240.061</b>	<b>223.195</b>	<b>204.410</b>	<b>181.604</b>	<b>156.735</b>	<b>130.937</b>
<b>PASSIVO</b>																					
PASSIVO CIRCULANTE	28.090	37.453	37.453	41.601	36.386	8.296	8.296	8.296	8.296	8.296	8.296	8.296	8.296	8.296	8.296	8.296	8.296	8.296	4.148	-	-
Contas a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES FINAME	28.090	37.453	37.453	37.453	28.090	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES FINEM	-	-	-	4.148	8.296	8.296	8.296	8.296	8.296	8.296	8.296	8.296	8.296	8.296	8.296	8.296	8.296	8.296	4.148	-	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	140.448	102.996	99.741	148.389	112.003	103.706	95.410	87.113	78.817	70.520	62.224	53.927	45.631	37.334	29.038	20.741	12.445	4.148	0	0	-
BNDES FINAME	140.448	102.996	65.543	28.090	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BNDES FINEM	-	-	34.199	120.299	112.003	103.706	95.410	87.113	78.817	70.520	62.224	53.927	45.631	37.334	29.038	20.741	12.445	4.148	(0)	(0)	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46.001	54.245	70.227	154.751	197.870	229.226	230.891	231.966	232.490	232.050	232.409	230.135	226.804	222.309	216.534	211.023	202.453	191.965	177.456	156.735	130.937
Capital Social	53.405	88.710	108.276	192.545	235.663	267.020	268.685	269.760	270.283	269.843	270.202	267.928	264.597	260.102	254.328	248.816	240.247	229.759	215.250	194.529	168.731
Lucro/Prejuízo Acumulado	(7.404)	(34.465)	(38.049)	(37.794)	(37.794)	(37.794)	(37.794)	(37.794)	(37.794)	(37.794)	(37.794)	(37.794)	(37.794)	(37.794)	(37.794)	(37.794)	(37.794)	(37.794)	(37.794)	(37.794)	(37.794)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>214.539</b>	<b>194.693</b>	<b>207.422</b>	<b>344.742</b>	<b>346.259</b>	<b>341.229</b>	<b>334.597</b>	<b>327.376</b>	<b>319.603</b>	<b>310.866</b>	<b>302.929</b>	<b>292.359</b>	<b>280.731</b>	<b>267.940</b>	<b>253.868</b>	<b>240.061</b>	<b>223.195</b>	<b>204.410</b>	<b>181.604</b>	<b>156.735</b>	<b>130.937</b>



**ANEXO 35 - PLANO DE NEGÓCIOS**  
**QUADRO A.2 - DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS (CONTÁBIL)**

Valores em R\$ 1.000

	ANO 0	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	-	214.821	287.368	401.404	266.714	268.407	269.693	270.936	272.131	273.271	274.349	275.357	276.287	277.129	277.873	278.506	279.017	279.391	279.613	279.666	279.531	5.581.464
Parcela A - Receita Tarifária	-	201.667	201.002	203.853	209.361	211.226	213.107	215.006	216.922	218.856	220.808	222.777	224.764	226.769	228.793	230.835	232.896	234.975	237.074	239.191	241.328	4.431.209
Receita VLT	-	494	12.143	26.785	36.822	37.246	37.675	38.109	38.548	38.992	39.441	39.895	40.354	40.819	41.289	41.764	42.245	42.731	43.223	43.721	44.225	726.520
Receita Ônibus Comum	-	187.607	175.118	163.187	158.654	160.012	161.382	162.763	164.156	165.562	166.979	168.408	169.850	171.304	172.770	174.249	175.741	177.245	178.762	180.293	181.836	3.415.877
Receita Ônibus Seletivo	-	13.566	13.741	13.882	13.885	13.967	14.050	14.134	14.218	14.303	14.388	14.474	14.560	14.647	14.734	14.822	14.910	14.999	15.088	15.178	15.268	288.812
Contraprestação por Operação, Estação Operacional, Parcela B <sub>2A</sub>	-	13.154	29.040	32.592	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	637.532
Receita de Remuneração (Ativo Financeiro de Contraprestação Pecuniária) B <sub>2B</sub>	-	-	-	-	22.020	21.479	20.883	20.227	19.506	18.712	17.839	16.878	15.821	14.657	13.377	11.969	10.419	8.713	6.837	4.772	2.500	246.608
Receita de Construção / Fornecimento	-	-	56.209	163.264	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	219.473
Parcela C - Receitas Acessórias	-	-	1.117	1.695	2.230	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	46.642
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-	12.081	12.519	12.839	13.797	13.959	14.069	14.180	14.293	14.406	14.520	14.636	14.752	14.870	14.988	15.108	15.229	15.350	15.473	15.597	15.723	288.388
INSS Incidente sobre Receita Operacional (2%)	-	4.296	4.601	4.729	5.398	5.435	5.473	5.511	5.549	5.588	5.627	5.666	5.706	5.746	5.786	5.827	5.868	5.910	5.952	5.994	6.037	110.696
ISS Incidente sobre Receita Extra Operacional	-	-	56	85	112	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	2.332
PIS e COFINS Incidentes sobre Receita Extra Operacional	-	-	103	157	206	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	4.314
Taxa de Gerenciamento (EMTU)	-	7.784	7.759	7.869	8.081	8.153	8.226	8.299	8.373	8.448	8.523	8.599	8.676	8.753	8.831	8.910	8.990	9.070	9.151	9.233	9.315	171.045
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	202.741	274.849	388.565	252.917	254.448	255.624	256.756	257.839	258.865	259.829	260.722	261.535	262.260	262.884	263.398	263.788	264.041	264.140	264.068	263.808	5.293.076
DESPESAS OPERACIONAIS	7.404	229.802	295.783	388.309	221.409	218.903	216.247	216.390	216.436	216.472	216.516	216.555	216.597	216.639	216.682	216.728	216.780	216.862	217.022	217.334	217.740	4.612.611
Custos Operacionais	-	167.366	187.856	176.284	175.268	173.671	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	3.477.516
Custo O&M VLT	-	26.789	55.218	67.462	80.687	79.089	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	1.487.588
Custo O&M Ônibus Comum	-	128.639	120.700	96.884	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	1.751.156
Custo O&M Ônibus Seletivo	-	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	238.772
Custos Administrativos	6.771	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	356.418
Outras Despesas	633	18.005	8.309	8.440	9.268	8.808	7.348	7.388	7.429	7.469	7.511	7.552	7.594	7.637	7.680	7.723	7.767	7.811	7.855	7.900	7.945	168.072
Custos de Construção / Fornecimento	-	-	56.209	163.264	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	219.473
Depreciação e Amortização	-	26.948	25.926	22.839	19.390	18.942	18.278	18.382	18.388	18.382	18.385	18.382	18.382	18.382	18.382	18.385	18.393	18.431	18.547	18.813	19.174	391.132
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas com Venda de Ônibus	-	-	17.350	-	7.229	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	90.510	137.409
RESULTADO FINANCEIRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Financeiras	184	3.319	2.855	1.976	6.415	5.251	4.647	4.290	3.932	3.575	3.217	2.860	2.502	2.145	1.787	1.430	1.072	715	357	45	-	52.574
Juros e Comissões - FINAME	184	3.319	2.855	1.976	1.098	247	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.679
Juros e Comissões - FINEM	-	-	-	-	5.317	5.004	4.647	4.290	3.932	3.575	3.217	2.860	2.502	2.145	1.787	1.430	1.072	715	357	45	-	42.895
INVESTIMENTOS EM ATIVOS VINCULADOS REVERSÍVEIS	213.922	-	51.913	144.081	829	17.849	16.174	16.174	16.349	16.174	17.849	16.174	16.174	16.174	16.174	17.849	16.349	16.174	16.174	16.174	15.760	674.489
VLT	3.200	-	51.084	143.252	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	197.536
SBE	8.645	-	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	414	23.981
INVESTIMENTOS EM ATIVOS VINCULADOS NÃO REVERSÍVEIS	178.040	-	-	-	-	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	383.081
Ônibus Comum	20.240	-	-	-	-	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	60.720
Equipamentos Operacionais	3.797	-	-	-	-	1.675	-	-	175	-	1.675	-	-	-	-	1.675	175	-	-	-	-	9.172
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CSLL	(7.404)	(27.061)	(3.584)	255	38.737	37.034	40.865	41.854	42.890	43.881	44.801	45.655	46.426	47.108	47.690	48.158	48.496	48.666	48.605	48.223	136.578	817.874
IMPOSTO DE RENDA	-	-	-	-	4.374	5.285	6.061	6.296	9.258	9.681	10.000	10.303	10.585	10.845	11.080	11.286	11.460	11.592	11.666	11.649	11.493	162.913
CSLL	-	-	-	-	1.581	1.909	2.188	2.273	2.361	2.446	3.363	3.718	3.819	3.913	3.997	4.072	4.134	4.182	4.208	4.202	4.146	56.510
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(7.404)	(27.061)	(3.584)	255	32.781	29.840	32.616	33.284	31.272	31.755	31.438	31.635	32.022	32.351	32.613	32.800	32.902	32.893	32.731	32.372	120.939	598.452



**ANEXO 35 - PLANO DE NEGÓCIOS**  
**QUADRO A.3 - DEMONSTRATIVO DA ESTRUTURA DE CAPITAL**

Valores em R\$ 1.000

	ANO 0	ANO 1	ANO 2	ANO 3	TOTAL	PARTIC.%
<b>1. RECURSOS PRÓPRIOS</b>						
Capital Subscrito	66.000	88.710	108.276	192.545		
Capital Integralizado no período	53.405	35.306	19.566	84.269		
Capital Integralizado acumulado	53.405	88.710	108.276	192.545		
<b>TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS</b>	<b>53.405</b>	<b>88.710</b>	<b>108.276</b>	<b>192.545</b>	<b>192.545</b>	<b>39,66%</b>
<b>2. RECURSOS DE TERCEIROS</b>						
BNDES FINAME Leasing - Veículos Rodoviários	168.538	-	-	-	168.538	
BNDES FINEM - Veículos, Sistemas e Certificação VLT	0	0	34.199	90.249	124.447	
<b>TOTAL DE RECURSOS DE TERCEIROS</b>	<b>168.538</b>	<b>-</b>	<b>34.199</b>	<b>90.249</b>	<b>292.986</b>	<b>60,34%</b>
<b>TOTAL GERAL (1+2)</b>	<b>221.943</b>	<b>257.248</b>	<b>311.013</b>	<b>485.531</b>	<b>485.531</b>	

*Handwritten signature/initials*



**ANEXO 35 - PLANO DE NEGÓCIOS**  
**QUADRO B - DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA**

Valores em R\$ 1.000

	ANO 0	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	TOTAL
<b>ENTRADAS DE CAIXA</b>	-	214.821	231.159	238.140	272.110	274.345	276.227	278.125	280.042	281.975	283.927	285.896	287.883	289.888	291.912	293.954	296.015	298.094	300.193	302.311	304.448	5.581.464
Parcela A - Receita Tarifária	-	201.667	201.002	203.853	209.361	211.226	213.107	215.006	216.922	218.856	220.808	222.777	224.764	226.769	228.793	230.835	232.896	234.975	237.074	239.191	241.328	4.431.209
Parcela B - Contraprestação Pecuniária	-	13.154	29.040	32.592	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	1.103.613
Contraprestação por Operação, Estação Operacional, Parcela B <sub>2A</sub>	-	13.154	29.040	32.592	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	637.532
Contraprestação por Ativos Financeiros, Parcela B <sub>2B</sub>	-	-	-	-	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	466.081
Parcela C - Receitas Acessórias	-	-	1.117	1.695	2.230	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	46.642
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS</b>	-	12.081	12.519	12.839	13.797	13.959	14.069	14.180	14.293	14.406	14.520	14.636	14.752	14.870	14.988	15.108	15.229	15.350	15.473	15.597	15.723	288.388
INSS Incidente sobre Receita Operacional (2%)	-	4.296	4.601	4.729	5.398	5.435	5.473	5.511	5.549	5.588	5.627	5.666	5.706	5.746	5.786	5.827	5.868	5.910	5.952	5.994	6.037	110.696
ISS Incidente sobre Receita Extra Operacional	-	-	56	85	112	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	2.332
PIS e COFINS Incidentes sobre Receita Extra Operacional	-	-	103	157	206	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	4.314
Taxa de Gerenciamento (EMTU)	-	7.784	7.759	7.869	8.081	8.153	8.226	8.299	8.373	8.448	8.523	8.599	8.676	8.753	8.831	8.910	8.990	9.070	9.151	9.233	9.315	171.045
<b>ENTRADA DE CAIXA LÍQUIDA</b>	-	202.741	218.640	225.301	258.313	260.386	262.158	263.945	265.749	267.570	269.407	271.260	273.131	275.019	276.924	278.846	280.786	282.744	284.719	286.713	288.725	5.293.076
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	7.404	229.802	239.573	225.046	221.409	218.903	216.247	216.390	216.436	216.472	216.516	216.555	216.597	216.639	216.682	216.728	216.780	216.862	217.022	217.334	217.740	4.393.138
Custos Operacionais	-	167.366	187.856	176.284	175.268	173.671	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	173.138	3.477.516
Custo O&M VLT	-	26.789	55.218	67.462	80.687	79.089	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	1.487.588
Custo O&M Ônibus Comum	-	128.639	120.700	96.884	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	1.751.156
Custo O&M Ônibus Seletivo	-	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	238.772
Custos Administrativos	6.771	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	356.418
Outras Despesas	633	18.005	8.309	8.440	9.268	8.808	7.348	7.388	7.429	7.469	7.511	7.552	7.594	7.637	7.680	7.723	7.767	7.811	7.855	7.900	7.945	168.072
Depreciação e Amortização	-	26.948	25.926	22.839	19.390	18.942	18.278	18.382	18.388	18.382	18.385	18.382	18.382	18.382	18.382	18.385	18.393	18.431	18.547	18.813	19.174	391.132
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	-	-	17.350	-	7.229	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	90.510	137.409
Receitas com Venda de Ônibus	-	-	17.350	-	7.229	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	1.488	90.510	137.409
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Financeiras	184	3.319	2.855	1.976	6.415	5.251	4.647	4.290	3.932	3.575	3.217	2.860	2.502	2.145	1.787	1.430	1.072	715	357	45	-	52.574
Juros e Comissões - FINAME	184	3.319	2.855	1.976	1.098	247	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.679
Juros e Comissões - FINEM	-	-	-	-	5.317	5.004	4.647	4.290	3.932	3.575	3.217	2.860	2.502	2.145	1.787	1.430	1.072	715	357	45	-	42.895
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CSLL</b>	(7.404)	(27.061)	(3.584)	255	38.737	37.034	40.865	41.854	42.890	43.881	44.801	45.655	46.426	47.108	47.690	48.158	48.496	48.666	48.605	48.223	136.578	817.874
<b>IMPOSTO DE RENDA</b>	-	-	-	-	4.374	5.285	6.061	6.296	9.258	9.681	10.000	10.303	10.585	10.845	11.080	11.286	11.460	11.592	11.666	11.649	11.493	162.913
<b>CSLL</b>	-	-	-	-	1.581	1.909	2.188	2.273	2.361	2.446	3.363	3.718	3.819	3.913	3.997	4.072	4.134	4.182	4.208	4.202	4.146	56.510
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	(7.404)	(27.061)	13.766	255	40.010	29.840	32.616	33.284	31.272	31.755	31.438	31.635	32.022	32.351	32.613	32.800	32.902	32.893	32.731	32.372	120.939	623.030
(+) Depreciação e Amortização	-	26.948	25.926	22.839	19.390	18.942	18.278	18.382	18.388	18.382	18.385	18.382	18.382	18.382	18.382	18.385	18.393	18.431	18.547	18.813	19.174	391.132
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>	(7.404)	(113)	4.993	23.094	56.294	60.425	64.189	65.937	67.700	69.480	71.275	73.087	74.916	76.761	78.624	80.503	82.399	84.313	86.244	88.193	90.159	1.291.071
(-) Investimentos em ativos vinculados reversíveis	11.845	-	51.913	144.081	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	414	221.516
VLT	3.200	-	51.084	143.252	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	197.536
SBE	8.645	-	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	414	23.981
(-) Investimentos em ativos vinculados e não reversíveis	202.077	-	-	-	-	17.020	15.345	15.345	15.520	15.345	17.020	15.345	15.345	15.345	15.345	15.345	15.345	15.345	15.345	15.345	15.345	383.081
Ônibus Comum	178.040	-	-	-	-	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	12.815	383.081
Ônibus Seletivo	20.240	-	-	-	-	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	2.530	60.720
Equipamentos Operacionais	3.797	-	-	-	-	1.675	-	-	175	-	1.675	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Variação de Capital de Giro	617	4.573	1.561	1.031	1.171	(172)	(166)	3	3	3	3	3	4	4	4	4	4	4	4	4	(8.662)	-
<b>FLUXO DE CAIXA DO PROJETO</b>	(221.943)	(4.686)	(31.131)	(122.062)	54.041	35.793	40.315	38.974	39.799	40.401	40.209	43.405	44.972	46.585	48.249	49.969	51.751	53.607	55.558	57.637	157.932	519.374



ANEXO 35 - PLANO DE NEGÓCIOS  
QUADRO B - DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Valores em R\$ 1.000

	ANO 0	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	TOTAL
(+) Ingresso de Financiamentos	168.538	-	34.199	90.249	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	292.986
(-) Serviço da Dívida	(1.840)	(31.408)	(42.027)	(42.736)	(48.016)	(41.638)	(12.943)	(12.586)	(12.229)	(11.871)	(11.514)	(11.156)	(10.799)	(10.441)	(10.084)	(9.726)	(9.369)	(9.011)	(8.654)	(4.193)	-	(352.241)
. Amortização	-	(28.090)	(37.453)	(37.453)	(41.601)	(36.386)	(8.296)	(8.296)	(8.296)	(8.296)	(8.296)	(8.296)	(8.296)	(8.296)	(8.296)	(8.296)	(8.296)	(8.296)	(8.296)	(4.148)	-	(292.986)
. Juros de financiamentos	(1.840)	(3.319)	(4.574)	(5.283)	(6.415)	(5.251)	(4.647)	(4.290)	(3.932)	(3.575)	(3.217)	(2.860)	(2.502)	(2.145)	(1.787)	(1.430)	(1.072)	(715)	(357)	(45)	-	(59.256)
(+) Economia Fiscal (tax shield)	-	-	-	44	1.527	1.250	1.106	3.704	1.419	2.263	1.340	972	851	729	608	486	365	243	122	15	-	17.043
(-) Constituição de Conta Reserva	-	-	-	7.391	1.761	(357)	(357)	(357)	(357)	(357)	(357)	(357)	(357)	(357)	(357)	(357)	(357)	(357)	(2.387)	(2.119)	-	-
FLUXO DE CAIXA DO AÇIONISTA	(55.245)	(36.094)	(38.959)	(81.897)	5.790	(4.238)	28.834	30.450	29.347	31.150	30.392	33.579	35.381	37.231	39.131	41.087	43.104	45.196	49.413	55.578	157.932	
INDICADORES																						
EBIT	(7.404)	(27.061)	(20.933)	255	36.904	41.484	45.911	47.555	49.313	51.098	52.891	54.705	56.534	58.379	60.242	62.118	64.006	65.881	67.697	69.379	70.985	
%		-12,60%	-9,06%	0,11%	13,56%	15,12%	16,62%	17,10%	17,61%	18,12%	18,63%	19,13%	19,64%	20,14%	20,64%	21,13%	21,62%	22,10%	22,55%	22,95%	23,32%	
EBTIDA	(7.404)	(113)	4.993	23.094	56.294	60.425	64.189	65.937	67.700	69.480	71.275	73.087	74.916	76.761	78.624	80.503	82.399	84.313	86.244	88.193	90.159	
%		-0,05%	2,16%	9,70%	20,69%	22,03%	23,24%	23,71%	24,18%	24,64%	25,10%	25,56%	26,02%	26,48%	26,93%	27,39%	27,84%	28,28%	28,73%	29,17%	29,61%	
ICSD					1,23	1,34	4,37	4,61	4,64	4,89	5,09											

TAXA INTERNA DE RETORNO		
Projeto	7,98%	
Acionista	10,20%	

0 @  
9



ANEXO 35 - PLANO DE NEGÓCIOS  
QUADRO C.1 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E TRIBUTOS

Valores em R\$ 1.000

	ANO 0	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20
<b>PARCELA A - RECEITA TARIFÁRIA</b>																					
PASSEIROS TRANSPORTADOS (1.000)																					
VLT	-	1.805	10.817	21.876	28.072	28.395	28.722	29.052	29.387	29.725	30.068	30.414	30.764	31.118	31.477	31.839	32.206	32.576	32.951	33.331	33.715
Ônibus Comum	-	64.098	64.098	63.139	56.013	56.492	56.976	57.463	57.955	58.451	58.952	59.456	59.965	60.479	60.996	61.519	62.045	62.576	63.112	63.652	64.197
Ônibus Seletivo	-	1.987	2.012	2.033	2.033	2.046	2.058	2.070	2.082	2.095	2.107	2.120	2.132	2.145	2.158	2.171	2.184	2.197	2.210	2.223	2.236
VALOR DAS RECEITAS																					
VLT	-	494	12.143	26.785	36.822	37.246	37.675	38.109	38.548	38.992	39.441	39.895	40.354	40.819	41.289	41.764	42.245	42.731	43.223	43.721	44.225
Ônibus Comum	-	187.607	175.118	163.187	158.654	160.012	161.382	162.763	164.156	165.562	166.979	168.408	169.850	171.304	172.770	174.249	175.741	177.245	178.762	180.293	181.836
Ônibus Seletivo	-	13.566	13.741	13.882	13.885	13.967	14.050	14.134	14.218	14.303	14.388	14.474	14.560	14.647	14.734	14.822	14.910	14.999	15.088	15.178	15.268
TRIBUTOS																					
INSS Incidente sobre Receita Operacional (alíquota = 2%)	-	4.033	4.020	4.077	4.187	4.225	4.262	4.300	4.338	4.377	4.416	4.456	4.495	4.535	4.576	4.617	4.658	4.700	4.741	4.784	4.827
<b>PARCELA B - CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA</b>																					
VALOR DA CONTRAPRESTAÇÃO	-	13.154	29.040	32.592	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519	60.519
Contraprestação por Operação, Parcela B <sub>2A</sub>	-	13.154	29.040	32.592	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103	33.103
Contraprestação por Investimentos, Parcela B <sub>2B</sub>	-	-	-	-	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417
TRIBUTOS																					
INSS Incidente sobre Receita Operacional (alíquota = 2%)	-	263	581	652	1.210	1.210	1.210	1.210	1.210	1.210	1.210	1.210	1.210	1.210	1.210	1.210	1.210	1.210	1.210	1.210	1.210
<b>PARCELA C - RECEITAS ACESSÓRIAS</b>																					
RECEITAS ACESSÓRIAS	-	-	1.117	1.695	2.230	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600	2.600
Propaganda Embarcada	-	-	825	1.215	1.650	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980
Propaganda em Estações	-	-	292	480	580	620	620	620	620	620	620	620	620	620	620	620	620	620	620	620	620
TRIBUTOS	-	-	159	242	318	371	371	371	371	371	371	371	371	371	371	371	371	371	371	371	371
ISS Incidente sobre Receita Extra Operacional	-	-	56	85	112	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130	130
PIS e COFINS Incidentes sobre Receita Extra Operacional	-	-	103	157	206	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241	241



ANEXO 35 - PLANO DE NEGÓCIOS  
QUADRO C.1 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E TRIBUTOS

Valores em R\$ 1.000

	ANO 0	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20
<b>APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CSLL</b>																					
Valor da Base de Apuração do Imposto de Renda - Projeto	(7.404)	(27.061)	(20.933)	255	31.508	35.546	39.377	40.366	41.402	42.393	43.313	44.167	44.938	45.620	46.202	46.670	47.008	47.178	47.117	46.735	46.068
Compensação - LALUR																					
CSLL	(666)	(2.436)	(1.884)	23	2.836	3.199	3.544	3.633	3.726	3.815	3.898	3.975	4.044	4.106	4.158	4.200	4.231	4.246	4.241	4.206	4.146
IR	(1.111)	(4.059)	(3.140)	40	7.853	8.862	9.820	10.067	10.327	10.574	10.804	11.018	11.211	11.381	11.527	11.644	11.728	11.771	11.755	11.660	11.493
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(666)	(2.436)	(1.884)	7	851	960	1.063	1.090	1.118	1.145	1.169	1.193	1.213	1.232	1.247	1.260	1.269	1.274	1.272	1.262	1.244
Acumulado CS	(666)	(3.102)	(4.986)	(4.979)	(4.128)	(3.169)	(2.105)	(1.015)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - FLUXO DE CAIXA	-	-	-	16	1.985	2.239	2.481	2.543	2.711	3.815	3.898	3.975	4.044	4.106	4.158	4.200	4.231	4.246	4.241	4.206	4.146
IMPOSTO DE RENDA	(1.111)	(4.059)	(3.140)	12	2.356	2.659	2.946	3.020	3.098	3.172	3.241	3.305	3.363	3.414	3.458	3.493	3.518	3.531	3.527	3.498	3.448
Acumulado IR	(1.111)	(5.170)	(8.310)	(8.298)	(5.942)	(3.283)	(337)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMPOSTO DE RENDA - FLUXO DE CAIXA	-	-	-	28	5.497	6.204	6.874	9.730	10.327	10.574	10.804	11.018	11.211	11.381	11.527	11.644	11.728	11.771	11.755	11.660	11.493
Valor da Base de Apuração do Imposto de Renda - Financiados	(7.588)	(30.380)	(23.788)	(1.721)	25.092	30.294	34.730	36.076	37.470	38.819	40.096	41.307	42.436	43.475	44.415	45.240	45.936	46.463	46.760	46.690	46.068
Compensação - LALUR																					
CSLL	(683)	(2.734)	(2.141)	(155)	2.258	2.726	3.126	3.247	3.372	3.494	3.609	3.718	3.819	3.913	3.997	4.072	4.134	4.182	4.208	4.202	4.146
IR	(1.138)	(4.557)	(3.568)	(258)	6.249	7.550	8.659	8.995	9.344	9.681	10.000	10.303	10.585	10.845	11.080	11.286	11.460	11.592	11.666	11.649	11.493
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(683)	(2.734)	(2.141)	(155)	677	818	938	974	1.012	1.048	1.083	1.115	1.146	1.174	1.199	1.221	1.240	1.255	1.263	1.261	1.244
Acumulado CS	(683)	(3.417)	(5.558)	(5.713)	(5.035)	(4.217)	(3.280)	(2.306)	(1.294)	(246)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - FLUXO DE CAIXA	-	-	-	-	1.581	1.909	2.188	2.273	2.361	2.446	3.363	3.718	3.819	3.913	3.997	4.072	4.134	4.182	4.208	4.202	4.146
IMPOSTO DE RENDA	(1.138)	(4.557)	(3.568)	(258)	1.875	2.265	2.598	2.698	2.803	2.904	3.000	3.091	3.175	3.253	3.324	3.386	3.438	3.478	3.500	3.495	3.448
Acumulado IR	(1.138)	(5.695)	(9.263)	(9.522)	(7.647)	(5.382)	(2.784)	(86)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMPOSTO DE RENDA - FLUXO DE CAIXA	-	-	-	-	4.374	5.285	6.061	6.296	9.258	9.681	10.000	10.303	10.585	10.845	11.080	11.286	11.460	11.592	11.666	11.649	11.493

*Handwritten initials and marks.*



Valores em R\$ 1.000

	ANO 0	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	TOTAL
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>																						
VLT	0	26.789	55.218	67.462	80.687	79.089	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	78.556	1.487.588
Ônibus Comum	0	128.639	120.700	96.884	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	82.643	1.751.156
Ônibus Seletivo	0	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	11.939	238.772
<b>CUSTOS ADMINISTRATIVOS</b>	6.771	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	17.482	356.418
Estruturação da SPE e início da concessão	2400	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.400
Pessoal Administrativo	3.380	13.520	13.520	13.520	13.520	13.520	13.520	13.520	13.520	13.520	13.520	13.520	13.520	13.520	13.520	13.520	13.520	13.520	13.520	13.520	13.520	273.774
Despesas Administrativas Gerais	991	3.963	3.963	3.963	3.963	3.963	3.963	3.963	3.963	3.963	3.963	3.963	3.963	3.963	3.963	3.963	3.963	3.963	3.963	3.963	3.963	80.245
<b>OUTRAS DESPESAS</b>	633	18.005	8.309	8.440	9.268	8.808	7.348	7.388	7.429	7.469	7.511	7.552	7.594	7.637	7.680	7.723	7.767	7.811	7.855	7.900	7.945	168.072
Seguros e Garantias	133	1.709	1.708	1.711	1.871	1.873	1.875	1.877	1.880	1.882	1.884	1.887	1.889	1.891	1.894	1.896	1.898	1.901	1.903	1.906	1.908	37.375
Sistema Centralizado de Arrecadação	0	4.296	4.601	4.729	5.398	5.435	5.473	5.511	5.549	5.588	5.627	5.666	5.706	5.746	5.786	5.827	5.868	5.910	5.952	5.994	6.037	110.696
Certificação	0	10.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10.000
Transferência de tecnologia	500	2.000	2.000	2.000	2.000	1.500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10.000
<b>CUSTOS DE CONSTRUÇÃO / FORNECIMENTO</b>																						
Custos de Construção / Fornecimento	0	0	56.209	163.264	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	219.473
<b>DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>																						
Amortização do Ativo Financeiro	0	0	0	0	5.397	5.938	6.534	7.189	7.911	8.704	9.578	10.538	11.596	12.759	14.039	15.448	16.998	18.703	20.580	22.645	24.917	219.473
Amortização do Ativo Intangível	0	1.214	1.276	1.442	1.608	1.774	1.110	1.214	1.214	1.214	1.214	1.214	1.214	1.214	1.214	1.214	1.220	1.263	1.379	1.645	2.324	27.181
Depreciação do Imobilizado	0	25.734	24.650	21.397	17.782	17.168	17.168	17.168	17.174	17.168	17.171	17.168	17.168	17.168	17.168	17.171	17.174	17.168	17.168	17.168	16.850	363.951



**ANEXO 35 - PLANO DE NEGÓCIOS**  
**QUADRO C.3-A - ATIVO FINANCEIRO**

Valores em R\$ 1.000

	ANO 0	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	TOTAL
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>																						
(+) Receita de construção (contraprestação pecuniária)	0	0	56.209	163.264	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	219.473
(+) Remuneração do Ativo Financeiro (contraprestação pecuniária)	0	0	0	0	22.020	21.479	20.883	20.227	19.506	18.712	17.839	16.878	15.821	14.657	13.377	11.969	10.419	8.713	6.837	4.772	2.500	246.608
(-) Recebimento de contraprestação pecuniária	0	0	0	0	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	27.417	466.081
(=) Saldo do Ativo Financeiro	0	0	56.209	219.473	214.077	208.139	201.605	194.416	186.505	177.801	168.223	157.685	146.089	133.330	119.290	103.842	86.844	68.141	47.561	24.917	0	
<b>TOTAL</b>	-	-	56.209	219.473	214.077	208.139	201.605	194.416	186.505	177.801	168.223	157.685	146.089	133.330	119.290	103.842	86.844	68.141	47.561	24.917	0	

**QUADRO C.3-B - ATIVO INTANGÍVEL**

Valores em R\$ 1.000

	ANO 0	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	TOTAL
<b>ATIVO INTANGÍVEL</b>																						
SISTEMAS VINCULADOS AO SBE E SIMULADOR DE VLT	11.845	0	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	829	414	27.181
(-) Amortização do Ativo Intangível	0	1.214	1.276	1.442	1.608	1.774	1.110	1.214	1.214	1.214	1.214	1.214	1.214	1.214	1.214	1.214	1.220	1.263	1.379	1.645	2.324	27.181
(=) Saldo do Ativo Intangível	11.845	10.631	10.184	9.571	8.792	7.847	7.566	7.181	6.796	6.411	6.026	5.641	5.256	4.871	4.486	4.101	3.710	3.276	2.726	1.910	0	
<b>TOTAL</b>	11.845	(1.214)	(447)	(613)	(779)	(945)	(281)	(385)	(385)	(385)	(385)	(385)	(385)	(385)	(385)	(385)	(391)	(434)	(550)	(816)	(1.910)	-

**QUADRO C.3-C - IMOBILIZADO**

	ANO 0	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	TOTAL
<b>ATIVO IMOBILIZADO</b>																						
Frota Rodoviária e Equipamentos Operacionais	202.077	0	0	0	0	17.020	15.345	15.345	15.520	15.345	17.020	15.345	15.345	15.345	15.345	17.020	15.520	15.345	15.345	15.345	15.345	452.973
(-) Depreciação	0	25.734	24.650	21.397	17.782	17.168	17.168	17.168	17.174	17.168	17.171	17.168	17.168	17.168	17.168	17.171	17.174	17.168	17.168	17.168	16.850	363.951
(=) Saldo do Imobilizado	202.077	176.343	151.693	130.296	112.514	112.366	110.543	108.720	107.066	105.243	105.092	103.269	101.446	99.623	97.800	97.649	95.996	94.173	92.350	90.527	89.022	89.022
<b>TOTAL</b>	202.077	(25.734)	(24.650)	(21.397)	(17.782)	(148)	(1.823)	(1.823)	(1.654)	(1.823)	(151)	(1.823)	(1.823)	(1.823)	(1.823)	(151)	(1.654)	(1.823)	(1.823)	(1.823)	(1.505)	89.022



ANEXO 35 - PLANO DE NEGÓCIOS  
QUADRO C.4 - DEMONSTRATIVO DE SEGUROS E GARANTIAS

Valores em R\$ 1.000

	ANO 0	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	TOTAL
SEGUROS E GARANTIAS - OPERAÇÃO																						
GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL - FASE OPERACIONAL	0	93	93	93	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	1.412
SEGURO DE CRÉDITOS EM TRÂNSITO	0	235	235	238	244	246	249	251	253	255	258	260	262	265	267	269	272	274	277	279	282	5.170
SEGURO DE DANOS MATERIAIS	0	732	732	732	912	912	912	912	912	912	912	912	912	912	912	912	912	912	912	912	912	17.700
SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL	0	432	432	432	432	432	432	432	432	432	432	432	432	432	432	432	432	432	432	432	432	8.640
SEGURO DE ACIDENTE DE TRABALHO	0	216	216	216	216	216	216	216	216	216	216	216	216	216	216	216	216	216	216	216	216	4.320
SEGUROS E GARANTIAS - IMPLANTAÇÃO																						
GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL - FASE DE IMPLANTAÇÃO	133	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	133
TOTAL	133	1.709	1.708	1.711	1.871	1.873	1.875	1.877	1.880	1.882	1.884	1.887	1.889	1.891	1.894	1.896	1.898	1.901	1.903	1.906	1.908	37.375

ANEXO 35 - PLANO DE NEGÓCIOS  
C.5 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS

Valores em R\$ 1.000

	ANO 0	ANO 1	TOTAL
DESPESAS ADMINISTRATIVAS PRÉ-OPERACIONAIS	6.771	0	6.771
Estruturação da SPE e início da concessão	2.400		2.400
Pessoal Administrativo	3.380		3.380
Despesas Administrativas Gerais	991		991
DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS VLT	500	15.501	16.001
Transferência de tecnologia	500	1.500	2.000
Certificação do Sistema VLT		10.000	10.000
Operação Assistida		4.001	4.001
TOTAL	14.541	31.002	



**ANEXO 35 - PLANO DE NEGÓCIOS**

**QUADRO C.6 - DEMONSTRATIVO DOS INGRESSOS DE RECURSOS E SERVIÇOS DA DÍVIDA**

Valores em R\$ 1.000

	ANO 0	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	TOTAL
<b>INGRESSOS DE EMPRÉSTIMOS</b>	168.538	0	34.199	90.249	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	292.986
BNDES FINAME, veículos rodoviários	168.538	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	168.538
BNDES FINEM, VLT	0	0	34.199	90.249	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	124.447
<b>TOTAL DOS INGRESSOS</b>	168.538	0	34.199	90.249	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	292.986
<b>SERVIÇOS DA DÍVIDA</b>																						
<b>AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL</b>	0	-28.090	-37.453	-37.453	-41.601	-36.386	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-4.148	0	-292.986
BNDES FINAME, veículos rodoviários	0	-28.090	-37.453	-37.453	-37.453	-28.090	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-168.538
BNDES FINEM, VLT	0	0	0	0	-4.148	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-8.296	-4.148	0	-124.447
<b>JUROS</b>																						
a) Durante a implantação	-1.840	0	-1.719	-3.307	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-6.866
BNDES FINAME, veículos rodoviários	-1.840	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-1.840
BNDES FINEM, VLT	0	0	-1.719	-3.307	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-5.026
b) Durante a fase de operação	0	-3.319	-2.855	-1.976	-6.415	-5.251	-4.647	-4.290	-3.932	-3.575	-3.217	-2.860	-2.502	-2.145	-1.787	-1.430	-1.072	-715	-357	-45	0	-52.390
BNDES FINAME, veículos rodoviários	0	-3.319	-2.855	-1.976	-1.098	-247	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-9.495
BNDES FINEM, VLT	0	0	0	0	-5.317	-5.004	-4.647	-4.290	-3.932	-3.575	-3.217	-2.860	-2.502	-2.145	-1.787	-1.430	-1.072	-715	-357	-45	0	-42.895
<b>TOTAL DOS SERVIÇOS DA DÍVIDA</b>	-1.840	-31.408	-42.027	-42.736	-48.016	-41.638	-12.943	-12.586	-12.229	-11.871	-11.514	-11.156	-10.799	-10.441	-10.084	-9.726	-9.369	-9.011	-8.654	-4.193	0	-352.241



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM Nº 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N.º 02/2015

## CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM Nº 02/2015

### Anexo 35

### PLANO DE EXECUÇÃO

#### Anexo 35

1

##### São Paulo (Sede)

Rua Quinze de Novembro, 244 - Centro  
CEP 01013-000 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3113-4700

##### São Bernardo do Campo

Rua Joaquim Casemiro, 290 - Planalto  
CEP 09890-050 - São Bernardo do Campo - SP  
Telefone: (11) 4341-1433

##### Campinas

Rua Leopoldo Amaral, 263 - Vila Marieta  
CEP 13042-210 - Campinas - SP  
Telefone: (19) 3736-5700

##### Baixada Santista

Av. Presidente Kennedy, 11.080 - Vila Mirim  
CEP 11707-000 - Praia Grande - SP  
Telefone: (13) 3478-1300

##### Vale do Paraíba e Litoral Norte

Av. João Batista de Souza Soares, 510 - Parque Industrial  
CEP 12235-200 - São José dos Campos - SP  
Telefone: (12) 3933-5644



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



PPP DO SIM RMBS - PROCESSO STM Nº 000190/2014 – CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM N.º 02/2015

## CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA STM Nº 02/2015

### Anexo 36

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NOS TERMOS DO ITEM 26.1.2

##### Anexo 36

###### São Paulo (Sede)

Rua Quinze de Novembro, 244 - Centro  
CEP 01013-000 - São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3113-4700

###### São Bernardo do Campo

Rua Joaquim Casemiro, 290 - Planalto  
CEP 09890-050 - São Bernardo do Campo - SP  
Telefone: (11) 4341-1433

###### Campinas

Rua Leopoldo Amaral, 263 - Vila Marieta  
CEP 13042-210 - Campinas - SP  
Telefone: (19) 3736-5700

###### Baixada Santista

Av. Presidente Kennedy, 11.080 - Vila Mirim  
CEP 11707-000 - Praia Grande - SP  
Telefone: (13) 3478-1300

###### Vale do Paraíba e Litoral Norte

Av. João Batista de Souza Soares, 510 - Parque Industrial  
CEP 12235-200 - São José dos Campos - SP  
Telefone: (12) 3933-5644



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VLT QUE ENTRE SI FIRMAM A BR MOBILIDADE BAIXADA SANTISTA S/A - SPE E A FERROCARRILS DE LA GENERALITAT VALENCIANA**

Pelo presente instrumento particular de contrato, as PARTES (doravante, conjuntamente, assim denominadas) a seguir qualificadas e ao final assinadas, a saber:

De um lado,

**FERROCARRILS DE LA GENERALITAT VALENCIANA** (adiante FGV), empresa espanhola com domicílio em Valencia, Partida de Xirivelleta, s/n, com CIF nº Q-9650001-B, representada por seu Diretor Gerente, D. Pablo Cotino, com DNI 29172675-G, em conformidade com os poderes outorgados por meio da escritura de procuração lavrada perante ante o Notário de Valencia D. Carlos Pascual de Miguel, em 15 de novembro de 2012 sob o nº 2.951 de seu protocolo (**Anexo I**).

E, do outro lado,

**BRMOBILIDADE BAIXADA SANTISTA S/A - SPE** (adiante, **BRMOBILIDADE**), empresa brasileira com sede na Avenida Francisco Manoel, nº 1050, Bairro Jabaquara, no Município de Santos, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 21.659.864/0001-90, neste ato representada por seus diretores na forma de seus atos constitutivos (**Anexo II**).

**CONSIDERANDO**

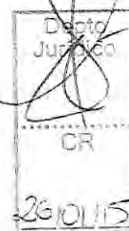
*I.- Que a **BRMOBILIDADE** é empresa que se sagrou vencedora da Concorrência Pública nº 17/2013, deflagrada pelo Estado de São Paulo, e assumirá a prestação dos serviços públicos de transporte urbano coletivo intermunicipal de passageiros por ônibus, VLT e demais veículos de baixa e média capacidade, contemplando o fornecimento de sistemas e dos veículos, Operação, Conservação e Manutenção, MODALIDADE REGULAR, abrangendo os municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruibe, Praia Grande, São Vicente e Santos (doravante **VLT BAIXADA SANTISTA**);*

*II.- Que a FGV tem uma longa e extensa experiência – atestada (**Anexo III**) - na operação e manutenção de serviços de transporte de passageiros por trilhos, metrô e metrô leve (VLT) e está interessada em desenvolver nesta área, as linhas de orientação e assistência técnica de outras empresas ligadas ao setor (empresas que operam o transporte de passageiros, os fabricantes de material rodante, etc.), através do estabelecimento de contratos e protocolos necessários para permitir a sua participação na execução, mediante procedimentos apropriados, para contratos de exploração do sistema ferroviário;*

*III.- Que de acordo com as previsões constantes do Edital da Concorrência Internacional nº 17/2013 (**Anexo IV**), bem como na minuta do contrato de concessão (**Anexo V**), se possibilitou a contratação com terceiros para fornecimento de mão de obra*



VÁLIDO SOMENTE  
COM O SELO DE  
AUTENTICIDADE





especializada para assessorá-la na operação e manutenção do modo de transporte VLT e para a consequente transferência de tecnologia;

IV.- Que a Empresa Metropolitana de Transportes Urbano de São Paulo (doravante EMTU) é a gerenciadora da Concessão e responsável pela fiscalização da regularidade da execução do Contrato de Concessão;

V.- Que a BRMOBILIDADE está interessada em contratar a FGV para assessorá-la na operação e manutenção do VLT BAIXADA SANTISTA.

As PARTES têm entre si certas e ajustadas firmar o presente contrato que se regerá pelas cláusulas a seguir expostas e que se comprometem a cumprir por si e por seus sucessores:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

1.1. O objeto do contrato é a prestação dos serviços de consultoria e assessoria na operação e manutenção do VLT BAIXADA SANTISTA, com transferência de experiência e tecnologia pela FGV em favor da BRMOBILIDADE, em conformidade com as etapas e diretrizes estabelecidas neste contrato.

1.2. Os serviços contratados abrangem a execução de atividades de consultoria e assessoria na operação e manutenção de VLT, dividida nas seguintes etapas:

Etapas I - Elaboração de manuais e do plano de operação;

Etapas II - Qualificação da equipe de operação;

Etapas III - Atividades de apoio anteriores ao comissionamento;

Etapas IV - Definição da organização e estrutura para a manutenção das instalações;

Etapas V - Desenvolvimento de Plano de Manutenção;

Etapas VI - Elaboração do Sistema de Gestão de Manutenção;

Etapas VII - Assistência técnica e acompanhamento das atividades de manutenção; e

Etapas VIII - Recursos adicionais.

1.3. As atividades de cada uma das etapas terão início após ordem de serviço (OS) a ser emitida pela BRMOBILIDADE, desde que haja aceitabilidade pela EMTU da presente contratação e seja assinado o Contrato de Concessão entre a BRMOBILIDADE e o Estado de São Paulo.

1.3.1. Uma vez assinado o contrato de concessão entre BRMOBILIDADE e o Estado de São Paulo (EMTU) será, obrigatoriamente, emitida a OS contendo a elaboração: do Plano de Operação; do Manual de Normas de Circulação; do Sistema de formação baseado em simulador; e do Manual contendo regras para resolução de falhas do material rodante e dos sistemas para os condutores, todos eles no prazo previsto na respectiva Ordem de Serviço.

1.3.2. Cada uma das demais atividades constantes da Etapa I e descritas na cláusula 1.2 do Anexo VI, somente serão iniciadas mediante emissão de nova Ordem de Serviço (OS) pela BRMOBILIDADE, na qual constará inclusive o cronograma acordado entre as partes.

Depo.  
Indica  
CR  
26/01/15



1.4. Os serviços da Etapa VIII serão executados sem qualquer custo, mas estão sujeitos à realização prévia de todas as etapas precedentes.

1.5. A FGV e a BRMOBILIDADE deverão incluir em seu programa de treinamento a transferência de experiência e tecnologia ficando ambas comprometidas e obrigadas a transferir, nos mesmos termos, a experiência e tecnologia em favor do Poder Concedente, na forma estabelecida nas cláusulas 2.1.2.1.6 e 2.1.2.2.5 deste contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES CONTRATADAS**

2.1. As atividades a serem desenvolvidas pela FGV, em cada uma das etapas dos serviços contratados, são as seguintes:

### **2.1.1. ETAPA I - ELABORAÇÃO DE MANUAIS E DO PLANO DE OPERAÇÃO.**

#### **2.1.1.1. Plano de Operação**

2.1.1.1.1. Elaboração de Plano de Operação dos serviços de transporte de passageiros, com acatamento rigoroso dos parâmetros operacionais fornecidos no Anexo 15 da Concorrência Internacional nº 17/2013, incluindo mas não se restringindo:

a) Planejamento operacional diferenciado para cada dia típico e faixa horária, definidos nos anexos da concorrência, em especial anexos 5 e 15.

b) Estabelecimento de planos operacionais de serviço especial para atender às demandas excepcionais ou de interrupções de serviço.

c) Elaboração de quadro de partidas para todos os planos operacionais, sendo estabelecida a velocidade operacional e o tempo de viagem em conjunto com a BRMOBILIDADE.

d) Elaboração das quantidades operacionais, tais como: quilometragem percorrida, VLT em operação em cada período para cada plano operacional para definição dos custos operacionais.

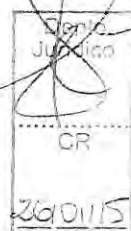
#### **2.1.1.2. Manual de Normas de Circulação**

2.1.1.2.1. Edição de um manual abrangendo todos os aspectos necessários para o desempenho das funções relativas ao funcionamento do VLT, afeto aos condutores, operadores do Centro de Controle Operacional, pessoal de manutenção (nas tarefas de circulação), pessoal de controle, e a definição da relação destes com o ambiente de segurança, os cidadãos, a polícia, etc.

#### **2.1.1.3. Sistema de Gestão de Segurança na Operação**

2.1.1.3.1. Elaboração de um SGS para a operação do VLT, que conterá

- a) a definição de indicadores de segurança;
- b) os métodos de controle e Auditorias de Segurança;
- c) a definição de publicações de segurança;
- d) os processos de Habilitação; e
- e) o processo de Investigação de Acidentes.





#### 2.1.1.4 Sistemas de formação baseado em simulador

2.1.1.4.1. Entende-se como simulador de condução a ferramenta que permite realizar treinamentos práticos que melhoram significativamente tanto a formação dos novos condutores como a reciclagem e a manutenção dos condutores já formados. O plano proposto abrange um simulador em escala completa, onde o condutor dispõe de todos os elementos e instrumentos de condução, ainda que, não se reproduza a dinâmica real do veículo.

2.1.1.4.2. O simulador será adquirido pela BRMOBILIDADE junto a terceiros, não fazendo parte do presente contrato.

#### 2.1.1.5. Plano de Ação para situações adversas

2.1.1.5.1. Propositura de um Plano de Ação para situações adversas, a ser adotado em caso de interrupção da circulação em uma ou ambas as direções, compreendendo as diferentes possibilidades de perturbação que podem ocorrer e o estabelecimento de opções de serviço alternativo para oferecer aos passageiros de forma a disponibilizar o melhor serviço possível em cada caso, em consonância com o Plano de Operação.

2.1.1.5.2. O Plano de ação para situações adversas compreenderá o manual elaborado pela FGV e revisto pela BRMOBILIDADE e, se for o caso, pelo ente público titular dos serviços. Ele também deve incluir o treinamento do operador necessário para comissionamento e testes.

#### 2.1.1.6. Manual contendo as regras para a resolução de falhas de material rodante e sistemas para os condutores

2.1.1.6.1. Elaboração de um manual contendo as ações a serem tomadas pelos condutores da BRMOBILIDADE nos casos de falhas dos equipamentos e instalações, objetivando o reestabelecimento da operação com a maior brevidade possível.

2.1.1.7. Todos os manuais e planos de ação serão desenvolvidos com estreita observância do Edital de Concorrência e seus anexos.

2.1.1.8. As atividades constantes na Etapa I serão desenvolvidas pela FGV com estreita participação dos técnicos da BRMOBILIDADE para a efetivação da transferência de tecnologia.

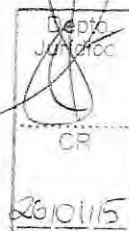
#### 2.1.2. ETAPA II - QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE OPERAÇÃO

##### 2.1.2.1. Seleção e habilitação da equipe de condutores:

2.1.2.1.1. A FGV assessorará a BRMOBILIDADE na realização da seleção e habilitação dos condutores, dividido em três fases distintas:

- a) Exatidão física.
- b) Teste psicofísico.
- c) Curso de Formação Técnica.

2.1.2.1.2. Nas duas primeiras fases a FGV assessorará a BRMOBILIDADE na definição dos exames a serem conduzidos por especialistas qualificados, auxiliando na definição dos parâmetros mínimos a serem atingidos.





2.1.2.1.3. Na terceira fase a FGV realizará a formação técnica através da realização de curso teórico e prático ministrado nas dependências da BRMOBILIDADE, ou em local por ela definida, com duração de 215 (duzentas e quinze) horas letivas por condutor.

2.1.2.1.4. Os cursos são realizados em módulos de 9 alunos, que estarão juntos para aulas práticas e teóricas, e serão subdivididos em grupos de 3 para as aulas práticas de condução.

2.1.2.1.5. A aplicação dos cursos de teoria de todos os condutores será ministrada por monitores da FGV. As atividades de prática de condução serão ministradas pelos instrutores da própria BRMOBILIDADE formados pela FGV.

2.1.2.1.6. O treinamento será oferecido para 72 condutores da BRMOBILIDADE e do Poder Concedente, limitada a participação do Poder Concedente a 4 (quatro) participantes.

2.1.2.1.7. A formação dos condutores fornece autorização para conduzir VLT, sendo o curso de formação composto pelas seguintes fases:

- a) Treinamento em sala de aula teórica;
- b) Formação teórica e prática em sala de aula assistida pelo simulador;
- c) Formação prática em garagem;
- d) Formação prática em desenvolvimento urbano sem passageiros; e
- e) Formação prática em desenvolvimento urbano com passageiros

#### 2.1.2.2. Habilitação da Equipe do Centro de Controle

2.1.2.2.1. A FGV assessorará a BRMOBILIDADE na realização da seleção e habilitação dos profissionais do Centro de Controle, dividido em três fases distintas:

- a) Evidência física.
- b) Teste psicofísico.
- c) Curso de Formação Técnica.

2.1.2.2.2. Nas duas primeiras fases a FGV assessorará a BRMOBILIDADE na definição dos exames a serem conduzidos por especialistas qualificados, auxiliando na definição dos parâmetros mínimos a serem atingidos.

2.1.2.2.3. Na terceira fase a FGV realizará a formação técnica através da realização de curso teórico e prático ministrado nas dependências da BRMOBILIDADE, ou em local por ela definida, com duração de 225 (duzentas e vinte e cinco) horas letivas por agente.

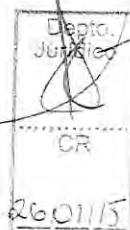
2.1.2.2.4. Os cursos são realizados em módulos de 4 alunos, que estarão juntos para aulas práticas e teóricas, e serão subdivididos em grupos de 2 para as aulas práticas de operação e regulação de tráfego.

2.1.2.2.5. O treinamento será ministrado para 8 operadores e do Poder Concedente, limitada a participação do Poder Concedente a 1 (um) participante.

#### 2.1.2.3. Seleção e habilitação dos líderes de equipe:

2.1.2.3.1. A FGV assessorará a BRMOBILIDADE na realização da seleção e habilitação dos líderes de equipe, dividido em três fases distintas:

- a) Evidência física.
- b) Teste psicofísico.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



c) Curso de Formação Técnica.

2.1.2.3.2. Nas duas primeiras fases a FGV assessorará a BRMOBILIDADE na definição dos exames a serem conduzidos por especialistas qualificados, auxiliando na definição dos parâmetros mínimos a serem atingidos.

2.1.2.3.3. Na terceira fase a FGV realizará a formação técnica através da realização de curso teórico e prático ministrado nas dependências da BRMOBILIDADE, ou em local por ela definida, com duração de 260 (duzentas e sessenta) horas letivas por agente.

2.1.2.3.4. Os cursos são realizados em módulos de 7 alunos, que estarão juntos para aulas práticas e teóricas, e serão subdivididos em grupos de 3 ou 4 para as aulas práticas de condução.

2.1.2.3.5. Tanto a formação teórica com a prática serão ministradas por monitores da FGV.

2.1.2.3.6. Os instrutores iniciarão sua habilitação com uma semana de formação online. A segunda e a terceira semanas a formação se dará em Valencia. Durante estas semanas visitarão as instalações de VLT de Valencia e de Alicante e conhecerão a operação em tempo real. A quarta semana será online novamente. O restante da formação será realizada nas instalações da BRMOBILIDADE.

2.1.2.3.7. O treinamento será oferecido para 7 líderes de equipe da BRMOBILIDADE.

2.1.2.3.8. A formação dos líderes de equipe fornece autorização para conduzir VLT, sendo o curso de formação composto pelas seguintes fases:

- a) Treinamento em sala de aula teórica;
- b) Formação teórica e prática em sala de aula assistida pelo simulador;
- c) Formação prática em garagem;
- d) Formação prática em desenvolvimento urbano sem passageiros;
- e) Formação prática em desenvolvimento urbano com passageiros; e
- f) Formação prática no Centro de Controle.

**2.1.3. ETAPA III - ATIVIDADES DE APOIO ANTERIORES AO COMISSIONAMENTO**

2.1.3.1. Em período mínimo de 2 meses antes da entrada em funcionamento do sistema VLT, incluindo-se neste período a operação assistida com duração mínima de 15 dias, será necessária a alocação pela FGV de 4 pessoas responsáveis pelas seguintes tarefas:

- a) Técnico em Centro de Controle.
- b) 2 técnicos de operação em linha.
- c) Gerente técnico de operação, em contato direto com a equipe operacional da BRMOBILIDADE.

**2.1.4. ETAPA IV - DEFINIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA PARA A MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES**

2.1.4.1. A FGV assessorará a BRMOBILIDADE na definição das responsabilidades de cada serviço de manutenção, atribuindo a responsabilidade pela manutenção de cada um dos sistemas existentes nas instalações fixas relacionadas à operação do VLT.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



2.1.4.2. A FGV é responsável ainda pelas seguintes atividades:

- a) Elaboração do mapa de instalações, coleta de informações, planos e especificações técnicas.
- b) Definição de cada uma das instalações por sistemas e subsistemas que o compõem, relatando todas as informações para a implantação posterior no sistema de ERP.
- c) Realização da análise da estratégia de manutenção de cada um dos sistemas e subsistemas definidos de acordo com os critérios de probabilidade e criticidade.
- d) Definição das atividades de manutenção a serem realizadas em cada um dos sistemas e subsistemas definidos.

## 2.1.5. ETAPA V - ELABORAÇÃO DE PLANOS DE MANUTENÇÃO

2.1.5.1. A FGV realizará as seguintes atividades de consultoria:

- a) Elaboração de listas de tarefas (*checklists*) para a manutenção, frequência de manutenção e alocação de recursos necessários, humanos e materiais, para a implementação e continuidade da manutenção do VLT BAIXADA SANTISTA.
- b) RAMS análise.
- c) Definição de níveis de intervenção, de acordo com impacto em outras atividades.
- d) Estabelecimento de parâmetros de controle para gestão de cada um dos subsistemas e equipamentos (tolerâncias, como valores monitorados etc.)
- e) Definir os parâmetros de controle utilizados para controlar o grau de cumprimento, desvios, etc. de todos os planos de manutenção, contemplando indicadores próprios de instalações funcionais, com os correspondentes padrões de qualidade que possam ser relacionados de acordo com os níveis de indicadores de serviços.

## 2.1.6. ETAPA VI - ELABORAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE MANUTENÇÃO

2.1.6.1. A FGV realizará as seguintes atividades de consultoria:

- a) Definição de gestão dos serviços de manutenção das instalações fixas, contemplando o tratamento de incidentes, tais como a organização de tarefas agendadas (gestão de documentos, gestão da informação, gestão de pessoal), tendo em conta as regras de funcionamento da empresa.
- b) Definição conjunta entre instrutores de instalações e especialistas em sistemas de ERP, com todo o nível de detalhe exigido pelo sistema adotado.

## 2.1.7. ETAPA VII - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO

2.1.7.1. A FGV realizará as seguintes atividades de consultoria:

- a) Apoio na primeira fase da operação, gerenciamento de incidentes, resolução de falhas, análise de indicadores e propostas de melhoria.
- b) Formação técnica específica para manutenção de sistemas de sinalização, controle e demais sistemas.
- c) Gestão e realização da habilitação de pessoal, treinamento, elaboração de manuais e certificações e aprovações de documentos de avaliação.





## 2.1.8. RECURSOS ADICIONAIS

2.1.8.1. Em complementação às etapas descritas acima, a FGV fornecerá à BRMOBILIDADE, sem nenhum custo adicional, o atendimento consistente em:

- a) Assistência remota pelo período total de 200 horas, conforme interesse e necessidade da BRMOBILIDADE.
- b) Quatro viagens à sede da BRMOBILIDADE com equipe composto por duas pessoas e com estadias de 5 dias por viagem.
- c) Consultoria via telefone, videoconferência, etc. com tempo de resposta inferior a 5 horas para esclarecimento de dúvidas ou problemas livremente escolhidos pela BRMOBILIDADE.

## CLÁUSULA TERCEIRA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

3.1. A FGV está comprometida com a cessão e transferência de todos os conhecimentos necessários para o comissionamento, operação e manutenção da tecnologia VLT, o que ocorrerá com o compartilhamento de conhecimento aos técnicos da BRMOBILIDADE em todas as suas atividades, cabendo-lhe, ainda, as seguintes medidas:

3.1.1. A entrega de documentos, manuais técnicos e apostilas, a ser complementada com a realização dos cursos de formação necessários para as equipes de condutores e do Centro de Controle, assim como para a formação de instrutores, com o objetivo de alcançar a total transferência de conhecimento, de forma que a BRMOBILIDADE possa gerenciar e operar o sistema de VLT com todas as garantias de segurança e qualidade exigidas.

3.1.2. Formação para o número de pessoas estabelecido pela BRMOBILIDADE capacitando-as para a manipulação, processamento e atualização da documentação referida na subcláusula anterior.

3.1.3. Realização de conferências ou simpósios com carga horária compreendida entre 4 e 8 horas, com temáticas relacionadas com o andamento do projeto, fornecendo certificado de participação.

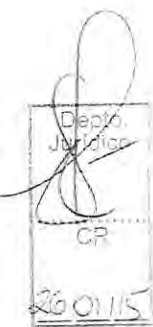
3.1.4. FGV proporcionará formação de cada um dos componentes designados pela BRMOBILIDADE, até o máximo de 10 pessoas, com a entrega de certificado de participação.

3.1.5. Entrega de uma licença de uso de software (ITINERAR) com validade de 5 anos, o qual compreende o estudo de rotas e traçados, velocidades comerciais e definições de serviços incluindo-se ainda a formação necessária para o seu manejo.

## CLÁUSULA QUARTA - PREÇO E PAGAMENTO

Os serviços prestados, a FGV será remunerada pela BRMOBILIDADE após a emissão da respectiva Ordem de Serviço (OS), conclusão e aceitação formal, por parte da BRMOBILIDADE, de cada um dos serviços descritos neste contrato.

4.1.1. Os valores referentes a cada Etapa e de cada uma das atividades das Etapas I e II





estão descritas no Anexo VI.

4.2. Os valores indicados para os serviços prestados devem ingressar na divisa Euro na conta bancária indicada neste contrato.

4.2.1. Os impostos incidentes no Brasil serão arcados pela BRMOBILIDADE e não estão incluídos nos valores apresentados nesta proposta.

4.2.2. Os impostos incidentes na Espanha serão arcados pela FGV, sendo que os serviços constantes deste contrato, estão isentos do IVA de Espanha.

4.3. A BRMOBILIDADE deverá emitir OS distintas para cada um dos serviços especificados em cada uma das Etapas constantes deste Instrumento, ficando acordado que os pagamentos somente serão devidos após a conclusão tempestiva pela FGV, dentro dos prazos previstos em cada OS, e desde que formalmente aceitos pela BRMOBILIDADE. Os pagamentos serão feitos em uma ou mais faturas para cada uma das etapas executadas.

4.3.1. Todos os pagamentos serão realizados, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data de aceite da fatura, que servirão de reconhecimento da conformidade dos serviços técnicos prestados.

4.4. Poderá, a critério da BRMOBILIDADE e com prévio acordo detalhado e por escrito entre as partes, o qual passará a fazer parte deste contrato, ser realizado o faturamento parcial de cada uma das etapas de serviços.

4.5. Fica desde já estabelecido que as atividades referentes às Etapas I e II serão faturadas de acordo com o cumprimento das atividades constantes em cada uma das OS, podendo ainda ser estabelecido pagamento parcial para cada OS.

4.6. O atraso imotivado no pagamento resultará em um acréscimo de juros legais de mora de 1% (um por cento) ao mês.

4.7. O pagamento dos montantes faturados será feito por transferência bancária para a seguinte conta bancária:

BANKIA

C/ Pintor Sorolla, 8

46002 VALENCIA, España

IBAN: ES28 2038 8722 0760 0004 7905

SWIFT CODE: CAHMESMMXXX

4.8. Fica desde já expressamente vedado à FGV a emissão de qualquer espécie de título de crédito, cambial ou cambiariforme, em decorrência da prestação de serviços ora contratada, com exceção da Nota Fiscal de serviços, nos termos da legislação vigente.

4.8.1. A FGV obriga-se a não ceder os créditos oriundos deste contrato, ou mesmo negociar, sob qualquer forma, os créditos originários desta contratação, especialmente com Bancos, Financeiras e Instituições Financeiras no geral, sob pena de rescisão contratual, pagamento de multa não compensatória no valor do crédito e ressarcimento de perdas e danos à BRMOBILIDADE.





## CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS HUMANOS E MEIOS MATERIAIS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

### 5.1. Recursos Humanos

5.1.1. Durante a vigência do presente contrato caberá à FGV, exclusivamente, a direção e controle de todas as atividades de sua equipe, como o único empregador e responsável.

5.1.2. A FGV colocará à disposição para execução do contrato todo o pessoal necessário para a completa e perfeita realização de suas atribuições.

5.1.3. Não é estabelecido, por força deste Contrato, nenhum vínculo empregatício ou de responsabilidade por parte da BRMOBILIDADE, com relação aos funcionários da FGV, que prestará os seus serviços de forma autônoma, respondendo como única e exclusiva empregadora da mão de obra utilizada para a prestação dos serviços avençados neste Contrato.

5.1.4. Nos termos da cláusula anterior, são de integral responsabilidade da FGV, a contratação, utilização, administração, atuação e segurança de toda a mão de obra empregada na prestação de serviços ora contratados, bem como todos os ônus e encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da prestação destes serviços, assumindo desde já a FGV todos os riscos de eventuais reclamações trabalhistas e/ou autuações previdenciárias/ processos cíveis que envolvam seus empregados e prepostos, ainda que propostas contra a BRMOBILIDADE, o Poder Concedente ou quaisquer terceiros.

5.1.5. Em nenhuma hipótese a BRMOBILIDADE será responsável por acidentes e/ou mortes de empregados da FGV, notadamente aqueles ocorridos durante a realização dos serviços a que se refere o presente contrato, sendo de responsabilidade desta última, inclusive, o pronto atendimento, bem como a obrigação indenizatória de responsabilidade civil tratada no artigo 186 do Código Civil e na Constituição Federal, consistente em perdas e danos e lucros cessantes, isentando também o Concedente de quaisquer reclamações e litígios que possam surgir em consequência do presente contrato de prestação de serviço.

5.1.6. Caberá única e exclusivamente à FGV, a responsabilidade pelos danos civil e criminal, entre outros, que seus empregados, prepostos e colaboradores derem causa, culposa ou dolosamente, nos termos deste Contrato, contra pessoas e/ou coisas, arcando com todos os prejuízos causados e obrigando-se a repará-los imediatamente após a sua constatação, inclusive em função de eventuais acidentes decorrentes da prestação dos serviços, nas dependências da BRMOBILIDADE e/ou fora delas.

### 5.2. Os recursos materiais

5.2.1. A FGV também se compromete a disponibilizar para a execução do contrato todos os meios materiais necessários.

## CLÁUSULA SEXTA - PRAZO DE VIGÊNCIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

6.1. Este Contrato entrará em vigor após a sua assinatura e a sua vigência será de até 22 meses, podendo ser prorrogado de comum acordo mediante aditivo contratual, se ambas as PARTES considerarem adequadas a sua continuidade.

6.2. A eficácia deste contrato está vinculada à admissão da FGV, pela EMTU, como



empresa responsável pelo assessoramento e consultoria na operação e manutenção do sistema VLT, sendo que em caso de recusa da EMTU o presente contrato será considerado rescindido sem qualquer ônus para as PARTES.

### CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São obrigações da FGV, dentre outras já explicitadas no presente instrumento, as seguintes:

- a) Contratar os profissionais necessários à prestação dos serviços contratados, com a devida capacitação técnica.
- b) responsabilizar-se por todos os atos praticados que causem danos e/ou avarias à BRMOBILIDADE ou a terceiros, responsabilizando-se, solidariamente, pelos atos praticados pelos profissionais alocados;
- c) manter permanente controle de qualidade sobre os serviços executados.
- d) submeter à prévia aprovação escrita do BRMOBILIDADE o planejamento global de suas demais obrigações.

7.2. São obrigações da BRMOBILIDADE, além das já previstas neste instrumento:

- a) pagar pontualmente a remuneração devida à FGV, ressalvadas as hipóteses previstas neste Instrumento;
- b) fornecer, dentro de seus limites, todas as facilidades necessárias para desenvolvimento dos serviços da FGV, incluindo-se, quando o caso, o espaço físico para a prestação dos mesmos; e
- c) solicitar, em tempo hábil, a alocação ou a substituição de pessoal para a prestação dos serviços ora contratados.

### CLÁUSULA OITAVA – NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

8.1. Para qualquer comunicação relativa a este contrato deverão ser observados os seguintes contatos:

#### Para BRMOBILIDADE.

D. JULIO ZAPATA

Endereço: Rua Francisco Emílio de Sá Júnior, nº 335 – Jockey Club – São Vicente / SP

Fone/Fax: 13 3465-1193

E-mail: [jzapata@comporte.com.br](mailto:jzapata@comporte.com.br)

#### Para FERROCARRILS DE LA GENERALITAT VALENCIANA

D. Antonio José Miras Sanchis

Endereço: Partida de Xirivelleta, s/n

Tlfo e Fax: 00 34 961924127 e 0034 961924001

E-mail: [miras\\_ant@gvva.es](mailto:miras_ant@gvva.es)





## CLÁUSULA NONA - SIGILO

9.1. As PARTES comprometem-se por si, seus diretores, empregados, agentes e/ou representantes autorizados, a tomar todas as medidas necessárias para garantir e salvaguardar o sigilo e confidencialidade de qualquer informação recebida ou obtida da outra parte como resultado da negociação, celebração ou execução deste Contrato, sendo expressamente vedada a divulgação das mesmas.

9.2. Cada parte compromete-se a tratar toda informação revelada por qualquer das PARTES, seus agentes e/ou representantes, como informação privilegiada e confidencial da referida parte, a menos que expressamente identificada como não sendo informação de natureza privilegiada e confidencial.

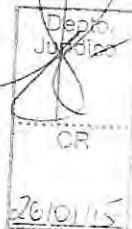
9.3. O disposto no item anterior não implicará em restrição, limitação ou impedimento ao direito das parte de usar ou revelar informações (i) que no momento da revelação documental à outra parte já se encontravam disponíveis ao público em geral ou que a partir deste momento tenham se tornado disponíveis ao público em geral mediante publicação ou equivalente, que não constitua violação deste Contrato; (ii) que já estavam na posse de tal parte, no momento em que a revelação documental foi transmitida à parte; (iii) foi independentemente desenvolvida por uma das parte ou foi posta à disposição das PARTES por terceiros, desde que tais terceiros não estivessem obrigados em razão de quaisquer obrigações ou acordos de confidencialidade com qualquer das parte, (iv) a seus sócios, acionistas, empregados, consultores externos envolvidos no contrato e administradores ou de suas controladoras e subsidiárias que necessitem ter acesso a tais informações para fins de suporte, assessoria, auditoria e/ou determinação da atuação da referida parte; (v) para qualquer instituição financeira, ou seus consultores ou auditores ou aqueles dos financiadores reais ou potenciais, para fins de obtenção de financiamento; (vi) exigida por qualquer órgão de valores mobiliários ou órgão regulador ou governamental; ou (vii) se exigido pela legislação, ou por determinação judicial, seja estatal ou arbitral.

9.3.1. As PARTES comprometem-se a notificar imediatamente à parte de quem tiverem recebido a informação de qualquer exigência que lhes sejam feitas, nos termos do item (vii) acima, que vise à revelação da informação, bem como se comprometem a cooperar com referida parte, em seus esforços para minimizar, na medida do possível, a quantidade de informação a ser revelada.

9.4. Em caso de rescisão deste contrato, as PARTES ficam obrigadas a devolver todas as informações e documentos recebidos da parte contrária, salvo aquelas informações que documentos que façam parte da transferência prevista da tecnologia descrita na cláusula terceira, e imediatamente destruir cópias das informações que eles fizeram antes. São consideradas Informações Confidenciais todas as informações a que as PARTES têm acesso sobre os projetos ou que, pela sua natureza, devam ser razoavelmente entendidas como tal.

## CLÁUSULA DÉCIMA - ALTERAÇÕES E RESCISÃO

10. As PARTES podem modificar ou encerrar o contrato a qualquer tempo por mútuo acordo mediante a celebração de termo aditivo. Qualquer das PARTES poderá, por sua vez, denunciá-lo por escrito à outra parte desde que com antecedência mínima de 30 dias, sem que caiba qualquer indenização de uma parte à outra.





10.2. Além das hipóteses previstas na cláusula 10.1 acima, o presente Contrato poderá ser imediatamente resolvido de pleno direito, por quaisquer das Partes, nas seguintes hipóteses:

- a) não conclusão dos serviços solicitados pela OS, dentro dos prazos de conclusão constantes das respectivas O.S.;
- b) descumprimento ou infringência de quaisquer das condições, obrigações e prazos previstos no presente Contrato, não sanados no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento de notificação neste sentido;
- c) modificação do estado econômico ou financeiro que indique a possibilidade de insolvência, requerimento de falência ou recuperação extrajudicial ou judicial;
- d) suspensão da execução deste Contrato, por determinação de autoridade competente ou pela falta de cumprimento de prescrições e recomendações técnicas ou administrativas na sua execução, emanadas por essa autoridade;
- e) impossibilidade da continuação do contrato motivada por caso fortuito ou força maior;
- f) dissolução social de uma das Partes.

10.3 Sem prejuízo de qualquer das obrigações e responsabilidades determinadas neste Contrato, a Parte que for comunicada do inadimplemento de qualquer obrigação avençada neste instrumento configurará em mora após 48 (quarenta e oito) horas desta comunicação, e estará obrigada ao pagamento de uma multa não compensatória, equivalente ao valor de 1 % (um por cento) por semana ou fração da semana de atraso, calculado sobre o montante total da O.S., além de eventuais perdas e danos a que der causa.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DECLARAÇÕES E COMPROMISSOS

11.1. As PARTES declaram que estão devida e regularmente constituídas perante as autoridades de seus países de origem possuindo, portanto, todos os registros, licenças e autorizações dos órgãos federais, estaduais e municipais necessários ao desenvolvimento de suas respectivas atividades;

11.2. As PARTES declaram que a celebração deste contrato e a consumação das operações nele previstas foram devida e validamente autorizadas por todos os atos societários necessários, não sendo exigida qualquer nova autorização societária para o cumprimento das obrigações nele previstas;

11.3. As PARTES declaram que a celebração deste contrato, a execução das operações nele previstas e o cumprimento pelas mesmas das obrigações ora assumidas não conflita ou resulta na violação de qualquer disposição de (i) seus documentos societários, (ii) qualquer contrato pelo qual as mesmas tenham se obrigado previamente ou (iii) qualquer regulamentação legal ou infra-legal a que as mesmas estejam sujeitas em seus respectivos países de origem.

11.4. As PARTES declaram que não há contra as mesmas qualquer processo ou procedimento, administrativo ou judicial, derivado de obrigações ou deveres legalmente constituídos antes da vigência deste contrato e que, por qualquer razão possa repercutir,





com ônus, em seu patrimônio, assim considerados, em caráter exemplificativo, obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária ou ambiental ou ainda, que possa impedir ou afetar, de maneira significativa, o cumprimento das obrigações assumidas pelas mesmas no presente contrato.

11.5. A BRMOBILIDADE, nos termos das Cláusulas 25 e 26 do Contrato de Concessão firmado com o Poder Concedente, declara expressamente que a celebração do presente contrato não implica em prejuízo de suas responsabilidades e dos riscos que lhe são atribuídos no que toca à sua relação com o Estado de São Paulo e com a EMTU, responsabilizando-se integralmente por danos eventualmente causados ao Poder Concedente e/ou a terceiros, decorrentes de sua atuação ou dos terceiros contratados na execução dos serviços objeto da Concessão, obrigando-se a reparar os prejuízos causados, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas ou ajustadas na execução dos serviços concedidos, isentando o Poder Concedente de quaisquer reclamações e litígios que possam surgir em consequência da execução do Contrato de Concessão.

11.6. A FGV declara que, previamente à assinatura do presente contrato, analisou detidamente a integralidade do Edital da Concorrência nº 017/2013 do Estado de São Paulo, assim como todos os anexos que o integram, ora manifestando expresse reconhecimento de suas responsabilidades enquanto prestadora de serviços com os objetivos do Contrato de Concessão e com os padrões de qualidade e eficiência.

11.7. A FGV declara também que, conforme comprovam os atestados constantes no Anexo III, cujas cópias foram devidamente entregues à BRMOBILIDADE, que possui ampla experiência na operação e manutenção de serviços de transporte de passageiros por trilhos, metrô e metrô leve (VLT), assim como na assessoria, orientação e assistência técnica de empresas interessadas em adquirir esta expertise.

11.8. A FGV indica como responsável técnico para representá-la tecnicamente nos atos e procedimentos relativos ao presente contrato o Sr. D. Manuel Sansano Muñoz.

11.9. A FGV se compromete a respeitar todas as disposições estabelecidas no Contrato de Concessão, cujo teor é de seu conhecimento após análise da minuta que integrou o Anexo 36 do Edital da Concorrência Internacional nº 17/2013, e a manter prestação de Serviço Adequado (item 21.1.8 do contrato de concessão) com os quais se comprometeu.

11.10. A FGV ora declara que possui plena higidez financeira e está regular no que se refere às suas obrigações de ordem fiscal/tributária, trabalhista e técnica, tendo entregue à BRMOBILIDADE toda a documentação comprobatória da regularidade de sua situação.

11.11. A FGV ora se compromete, dentro do escopo de sua atuação em decorrência da celebração do presente contrato, a adotar todas as medidas que estiverem ao seu alcance para salvaguardar a integridade física dos usuários e dos cidadãos afetos à Concessão, atendendo nesta esteira a todas as normas de higiene e segurança em vigor.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - LEI APLICÁVEL E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Este Instrumento será regulado e interpretado de acordo com a legislação brasileira.

Todos os conflitos oriundos ou relacionados a este Instrumento, inclusive aqueles que envolvam sua validade, eficácia, violação, interpretação, término, rescisão e seus consectários, serão resolvidos por arbitragem, mediante as condições que seguem.

1. A disputa será submetida à Câmara de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá - CCBC, de acordo com as regras de seu regulamento de arbitragem em vigor na



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



data do pedido de sua instauração.

12.2.2. A sede da arbitragem será na Cidade do São Paulo, na sede da Câmara Eleita ou em outro local nesta mesma Cidade, definido pelo Juízo Arbitral constituído, sendo vedado aos árbitros julgar por equidade.

12.2.3. A arbitragem será constituída por 3 (três) árbitros ("Tribunal Arbitral"), cabendo a cada uma das PARTES envolvidas na disputa indicar 1 (um) árbitro, nos termos do Regulamento da Câmara Eleita, os quais, de comum acordo, nomearão um terceiro árbitro, que dirigirá e coordenará os trabalhos. Se uma das PARTES envolvidas deixar de indicar o seu árbitro, este será indicado pela Câmara de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá - CCBC.

12.2.4. Exceto se diversamente determinar a decisão arbitral, as despesas incorridas na arbitragem serão divididas igualmente entre as PARTES envolvidas no procedimento, com exceção daquelas próprias de cada PARTE envolvida com relação à condução do procedimento, incluindo, mas não se limitando a, honorários advocatícios.

12.2.5. Cada Parte envolvida permanece com o direito de requerer no juízo comum competente as medidas judiciais que visem à obtenção de medidas de urgência para proteção ou salvaguarda de direitos ou de cunho preparatório, desde que previamente à instauração do Tribunal Arbitral, devendo, contudo, ser imediatamente informada à Câmara Eleita a obtenção ou não do provimento judicial, sem que isso seja interpretado como uma renúncia à arbitragem. Após a constituição do Tribunal Arbitral, tais medidas deverão ser requeridas aos árbitros, que poderão valer-se do disposto no art. 22, § 4º, da Lei nº. 9.307/96.

12.2.6. Para as medidas previstas na Cláusula anterior, para a execução das decisões da arbitragem, e para as causas que não possam ser submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do estado de São Paulo, como o único competente, renunciando a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam, ou venham a ser.

12.2.7. De modo a otimizar e a conferir segurança jurídica à resolução dos conflitos previstos nesta Cláusula compromissória que sejam relativos a procedimentos de arbitragem oriundos de, ou relacionados aos demais contratos a este coligados, e desde que solicitado por qualquer das PARTES no procedimento de arbitragem, o Tribunal Arbitral deverá consolidar o procedimento arbitral instituído nos termos desta Cláusula com qualquer outro em que participe qualquer uma das PARTES e que envolva, afete ou de qualquer forma impacte o presente Instrumento, desde que o Tribunal Arbitral entenda que (i) existem questões de fato ou de direito comuns aos procedimentos que tornem a consolidação dos processos mais eficiente do que mantê-los sujeitos a julgamentos isolados; e (ii) nenhuma das PARTES nos procedimentos instaurados seja prejudicada pela consolidação, tais como, entre outras, por um atraso injustificado ou conflito de interesses.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

13. Cada Parte pagará seus próprios custos e despesas (incluindo os honorários e despesas de seus advogados, contadores, consultores financeiros e outros profissionais) incorridos com relação a este contrato.

13.2. A tolerância de qualquer das PARTES quanto ao inexo cumprimento pela outra Parte das obrigações assumidas nesse contrato ou a sua não exigência, não implicará tácita ou implicitamente a renúncia ou dispensa por tal Parte de tais obrigações nem



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

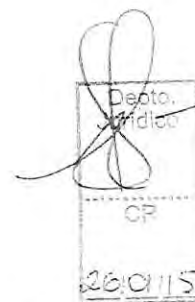


13.8. As PARTES se comprometem a envidar os melhores esforços para a cooperação mútua de sorte a atingir os objetivos deste Contrato, que é assessoria e consultoria na operação e manutenção de veículos do modo VLT, com a posterior transferência de experiência e tecnologia em favor da BRMOBILIDADE, praticando quaisquer outros atos não expressamente aqui previstos para atingir este desiderato.

São Paulo, 26 de janeiro de 2.015.

BR MOBILIDADE BAIXADA SANTISTA S/A - SPE

Nome: Julio Eusebio Zapata Narvaez  
RG W206636-P  
CPF/MF 112 953628-99





**ANEXO VIAO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA  
PARA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VLT QUE ENTRE SI FIRMAM A  
BRMOBILIDADE BAIXADA SANTISTA S/A - SPE E A FERROCARRILS DE LA  
GENERALITAT VALENCIANA**

**FERROCARRILS DE LA GENERALITAT VALENCIANA** (adiante FGV), empresa espanhola com domicílio em Valencia, Partida de Xirivelleta, s/n, com CIF nº Q-9650001-B, representada por seu Diretor Gerente, D. Pablo Cotino, com DNI 29172675-G, em conformidade com os poderes outorgados por meio da escritura de procuração lavrada perante ante o Notário de Valencia D. Carlos Pascual de Miguel, em 15 de novembro de 2012 sob o nº 2.951 de seu protocolo; e, de outro lado,

**BR MOBILIDADE BAIXADA SANTISTA S/A - SPE** (adiante **BR MOBILIDADE**), empresa brasileira com sede na Avenida Francisco Manoel, nº 1050, Bairro Jabaquara, no Município de Santos, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 21.659.864/0001-90, neste ato representada por seus diretores na forma de seus atos constitutivos e, quando em conjunto com a FGV denominadas por "Partes" ou individualmente "Parte",

Por força da cláusula 4.1.1. do referido Contrato, as PARTES acordaram que este Anexo deverá conter os preços de cada Etapa e das atividades das Etapas I e II, conforme detalhado a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ETAPAS E DOS PREÇOS**

1.1. As Etapas dos serviços descritos no contrato possuem os preços apresentados a seguir:

<b>Etapa</b>	<b>Importe</b>
Etapa I - Elaboração de manuais e do plano de operação	
Etapa II - Qualificação da equipe de operação	
Etapa III - Atividades de apoio anteriores ao comissionamento	
Etapa IV - Definição da organização e estrutura para a manutenção das instalações	
Etapa V - Desenvolvimento de plano de manutenção	
Etapa VI - Elaboração do sistema de gestão de manutenção	
Etapa VII - Assistência técnica e acompanhamento das atividades de manutenção	
<b>Total</b>	

1.2. As atividades relacionadas à Etapa I ou II possuem os preços apresentados a seguir:

1059AV619518  
AUTENTICAÇÃO  
Ponte Rosa da Silva  
NIRE: PV-VERBA - RS 2

06FEV2015

ANTONIO DO 1º TABELA DE NOTAS  
O Carro de mão 1855 - 19 000-510  
AUTENTICAÇÃO: Avaliando a presença dos  
proprietários originais, notas, com o  
seu respectivo nome.

Depo. Jurídico  
CR  
16/10/15

ETAPA I	
Documento	Importe
A) Plano de Operação	
B) Manual de Normas de circulação	
C) Sistema de Gestão da Segurança na Operação	
D) Sistema de Formação baseado em simulador	
E) Plano de Atuação para situações adversas	
F) Manual contendo as regras para a resolução de falhas de material rodante e sistemas para os condutores	
<b>Total</b>	

ETAPA II	
Atividade	Importe
A) Qualificação dos Instrutores (7)	
B) Qualificação da equipe do Centro de Controle (8)	
C) Condutores (18)	
D) Condutores (18)	
E) Condutores (18)	
F) Condutores (18)	
<b>Total</b>	



159 06FEV 2015

## CLAUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Este ANEXO VI passa a vigor a partir da data de sua assinatura e caso as PARTES resolvam

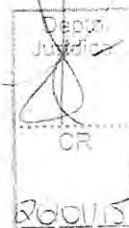
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

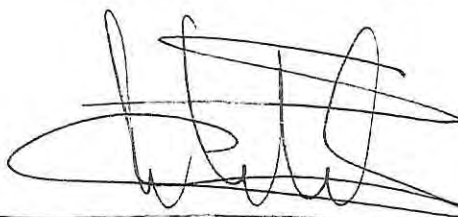




modificar os termos do presente, deverão fazê-lo mediante a celebração de novo ANEXO que, com data posterior, substitui e revoga o ANEXO já existente.

E, por estar justo e as Partes contratadas, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, sendo parte integrante e inseparável do Contrato em referência.

São Paulo, 26 de janeiro de 2015.



**FERROCARRILS DE LA GENERALITAT VALENCIANA**



**BR MOBILIDADE BAIXADA SANTISTA S/A - SPE**

Testemunhas:



1. \_\_\_\_\_

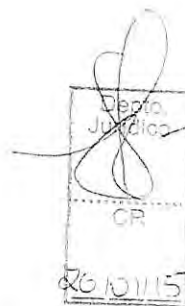
Nome: Esther Carbonell Chueca

N.I.F.: 29174528-V

2. \_\_\_\_\_

Nome: *Felipe Eugenio Zapata Navarro*

CPF/MF nº: 112.953.628-99



BC2941117

**CARLOS PASCUAL DE MIGUEL**

NOTARIO

Pintor Sorolla, 5 - 2º.

46002 - VALENCIA

Tel.: 96 353 51-07 - Fax: 96 351-87-34

notaria@carlospascual.com

II

## NOMBRAMIENTO DE DIRECTOR-GERENTE, PODER Y DELEGACIÓN DE FACULTADES

OTORGANTE: "FERROCARRILS DE LA GENERALITAT VALENCIANA"

=====

**NUMERO DOS MIL NOVECIENTOS CINCUENTA Y UNO (2.951/12).**

**EN VALENCIA**, a quince de Noviembre de dos mil doce. -----

Ante mí, **CARLOS PASCUAL DE MIGUEL**,  
Notario de esta capital y de su Ilustre Colegio, **constituido en la**  
**Avenida de Blasco Ibáñez, número 50 de Valencia**, -----

## COMPARECE

La Honorable Señora **DOÑA ISABEL BONIG TRIGUEROS**, mayor de edad, Consellera de Infraestructuras, Territorio y Medio Ambiente de la Generalitat Valenciana, cuyas circunstancias no se reseñan, de conformidad con el artículo 156.4º del Reglamento Notarial, por comparecer en este acto en el ejercicio de su citado cargo público. -----

Doy fe de conocerla. -----

**INTERVIENE** en representación de la entidad

1



644012679





BC2941118

"Artículo séptimo. -----

Corresponden al Presidente las siguientes facultades: ---

3. Ostentar la representación del Consejo de Administración y de Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana."-----

Lo testimoniado así resulta del texto del citado Estatuto especial de la entidad "Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana" publicado en el D.O.G.V., número 481, de 5 de Diciembre de 1.986, aseverando yo el Notario que en lo omitido, no hay nada que modifique, restrinja o condicione lo inserto. -----

- Y por hallarse especial y expresamente facultada por los acuerdos que por esta escritura se formalizan y que constan recogidos en las certificaciones a que seguidamente se hará referencia. -----

Yo, el Notario, hago constar expresamente que he cumplido con la obligación de identificación del titular real que impone la Ley 10/2010, de 28 de abril, manifestando la representante de "FERROCARRILS DE LA GENERALITAT VALENCIANA" que no procede en el presente instrumento público la





BC2941119

"Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana", con efectos desde el día 6 de noviembre de 2012. -----

- **Poder:** Conferir poder a favor del Director-Gerente de la entidad Don Pablo Cotino Mulet, para que además de las facultades genéricas inherentes a su cargo, enumeradas en el artículo quince del Estatuto de la Entidad, ejercite permanentemente las facultades de administración y gestión de la misma, así como las ejecutivas correspondientes, confiriéndole y delegándole las facultades que se reseñan en la citada certificación y que asimismo se dan aquí por reproducidas en aras a la brevedad. -----

5

- **Autorización de firma mancomunada:** Autorizar al Vicepresidente Don Victoriano Sánchez-Barcaíztegui Moltó y al Consejero Don Gaspar Peral Ribelles, para firmar, mancomunadamente, con el Señor Director-Gerente Don Pablo Cotino Mulet en las operaciones del tráfico mercantil de la entidad, con las limitaciones y particularidades que constan en el acuerdo segundo de la certificación que ha quedado incorporada a esta matriz y a cuyo contenido el señor compareciente se remite. -----

Así lo dice y otorga. -----

En cumplimiento de lo dispuesto en la Ley Orgánica



314012677





BC2941120

### Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana

**MILAGROS LÓPEZ SANJOSÉ**, Secretaria del Consejo de Administración de la Entidad Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana, **CERTIFICO:**

Que del borrador del Acta de la Sesión del Consejo de Administración celebrada el día 30 de octubre de 2012 resulta que, entre otros, se adoptó, en el punto 2 del Orden de Día, el acuerdo que a continuación se transcribe, con el voto favorable de los 10 miembros del Consejo de Administración asistentes, presentes o representados, que son todos los que de hecho y de derecho lo integran. Dicho acuerdo fue leído y aprobado en la misma sesión, en los términos en que fue redactado:

#### "2. SITUACIÓN GERENCIA FGV.

La Sra. Presidenta del Consejo de Administración, de acuerdo con lo dispuesto en el Estatuto de la Entidad, **PROPONE** el nombramiento de D. PABLO COTINO MULET como Director Gerente de FGV.

Visto el Estatuto de la Entidad, cuyo artículo sexto en su apartado 14, atribuye al Consejo de Administración la facultad de nombramiento y cese del Director Gerente, el Consejo por unanimidad **ACUERDA:**

"A propuesta de la Sra. Presidenta del Consejo, nombrar a D. Pablo Cotino Mulet, mayor de edad y con D.N.I. número 29172675-G, Director Gerente de Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana, delegando en la Sra. Presidenta del Consejo de Administración y facultándole para ello tan ampliamente como se requiera, la formalización de la oportuna relación contractual entre FGV y el Sr. Cotino, que causará efectos a partir del día 6 de noviembre de 2012."

Leído el precedente acuerdo en los términos en que ha sido redactado, es aprobado por unanimidad de los miembros del Consejo de Administración"

**Y PARA QUE CONSTE Y SURTA EFECTOS DONDE CONVENGA, EXPIDO LA PRESENTE DE ORDEN Y CON EL Vº Bº DE LA SRA. PRESIDENTA DEL CONSEJO DE ADMINISTRACIÓN DE FGV, EN VALENCIA, A TREINTA DE OCTUBRE DE DOS MIL DOCE.**

Vº Bº

LA PRESIDENTA DEL CONSEJO  
DE ADMINISTRACIÓN DE FGV

*Pablo Bonig Trigueros*

Fdo: Pablo Bonig Trigueros

*Milagros D. López*

LA SECRETARIA DEL CONSEJO



544012373



BC2941121

dotación presupuestaria y la necesidad de dicha contratación por la Dirección pertinente, formalizando, en su caso, los pliegos de condiciones que hayan de regir dichas licitaciones, así como el documento contractual pertinente.

Cuando el presupuesto de licitación sea superior a CIENTO CINCUENTA MIL EUROS (150.000,00 €) la autorización para iniciar el procedimiento de licitación y la adjudicación de la misma corresponderá al Presidente de la Entidad, ante el cual se deberá acreditar la existencia de suficiente dotación presupuestaria y la necesidad de dicha contratación.

Firmar las certificaciones finales de las obras ejecutadas, las recepciones provisionales y/o definitivas de obras y suministros y cuantos documentos fueren necesarios para finalizar cada expediente de contratación.

4.- Presentar ofertas, plicas o proposiciones presupuestarias para la realización de obras y/o prestación de servicios a adjudicar por terceros. Aceptar adjudicaciones provisionales o definitivas con posibilidad de reserva de ceder a terceros; prestar, cancelar o retirar fianzas o depósitos. Concertar con otras personas o asociados, personas naturales o jurídicas las normas, derechos, obligaciones y condiciones en general para poder acudir conjuntamente a adjudicaciones de contratos convocadas por terceros, con responsabilidad mancomunada o solidaria, utilizando para ello cualquiera de las formas asociativas admitidas en derecho, pudiendo para ello suscribir los documentos de cualquier tipo, necesarios para constituir dichas asociaciones empresariales. Suscribir los contratos que finalmente resulten adjudicados a la Entidad o a la forma asociativa de la que forme parte en el proceso de adjudicación contractual.

5.- Llevar la firma social y la correspondencia, firmar pedidos, facturas y toda clase de contratos relativos a mercancías que se adquieran por la entidad. Gestionar y firmar los documentos que fuesen necesarios para la tramitación administrativa en los casos de altas, ventas o transmisiones de vehículos y maquinarias o equipos móviles, en relación a la Jefatura de Tráfico o cualquier otro organismo de la Administración Pública.

II.- Las previstas en el punto sexto del artículo sexto anteriormente referido "Proveer el desenvolvimiento de la Tesorería con la adecuada previsión, ordenación y escalonamiento de cobros y pagos conforme a las normas comerciales", bajo la siguiente forma:

1.- Librar, endosar, aceptar, avalar, intervenir, negociar, descontar, cobrar, pagar y protestar letras de cambio (comerciales o financieras), pagarés, cheques y cualquier otro documento de giro mercantil que afecte al tráfico de la empresa, hasta un importe de CIENTO CINCUENTA MIL EUROS (150.000,00 €).

El apoderado podrá autorizar el ejercicio de las facultades de libramiento de cheques y otros documentos de giro mercantil, mediante firma mancomunada, a dos miembros del personal directivo de la entidad, o que ostenten cargos de elevada responsabilidad en la misma, cuando el importe unitario de aquéllos documentos no supere la suma de TREINTA MIL EUROS (30.000,00 €), estableciendo las limitaciones y fiscalización que considere oportunas sobre dicha autorización.

9







BC2941122

Privadas, Bancos o particulares, incluso el Banco de España u otras), siempre que hayan sido previamente aprobadas por el Consejo de Administración. La apertura de cuentas de crédito, contempladas en el punto 2 antecedente, no precisa de la previa aprobación del Consejo de Administración.

III.- Las establecidas en el apartado decimotercero del referido artículo sexto "Acordar el ejercicio de acciones y recursos que correspondan a Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana en defensa de sus derechos", bajo las siguientes formas:

1.- Reclamar, pagar y cobrar, cuantas cantidades o valores se adeuden a la Entidad, por particulares u organismos públicos o privados, que pudieran corresponder a FGV por cualquier concepto, incluido el justiprecio en expedientes de expropiación forzosa, con plenas facultades para realizar cobros, admitir pagos parciales, firmar actas de entrega, conferir aplazamientos y renovar las obligaciones, con novación o sin ella, pudiendo firmar recibos, finiquitos o cancelaciones.

2.- Requerir la intervención notarial en actos de todas las clases.

3.- Conferir poderes a Abogados y Procuradores para que activa o pasivamente intervengan y actúen en toda clase de hechos, actos y negocios jurídicos procesales o prejudiciales (incluso en actos de conciliación con o sin avenencia) ejercitando, desistiendo, transigiendo, extinguiendo o agotando derechos, acciones o excepciones, en todas sus incidencias y recursos, ordinarios o extraordinarios, comprendidos los de queja, responsabilidad civil, casación y revisión, ante los Juzgados, tribunales, Magistratura, Organismos, Corporaciones, Autoridades y funcionarios de cualquier rama, grado o jurisdicción, comprendida la civil, contenciosa y voluntaria, la penal, por denuncia o querrela o como parte civil, la administrativa, económica, social o del trabajo, o cualquier otra, común o especial, ya creada o que en adelante se establezca, con cuantas facultades sean presupuestas, desenvolvimiento, complemento o consecuencia de su actuación procesal plena hasta obtener resolución favorable, definitiva, firme y ejecutoria y su cumplimiento.

IV.- Las establecidas en el apartado decimoquinto del citado artículo sexto referidas al nombramiento y cese del personal directivo de la Entidad, así como a la contratación y ceses del personal fijo.

Del ejercicio de esta facultad y en lo que se refiere a la contratación o cese del personal directivo o despidos del resto del personal, el Sr/Sra. Director/a Gerente dará cuenta al Consejo en la próxima reunión que éste celebre.

V.- Al amparo de lo establecido en el apartado decimosexto del Estatuto se delegan las siguientes facultades:

1.- Conocer y resolver los Recursos de Alzada previstos en el Reglamento de Faltas y Sanciones contenido en el Texto Refundido de la Ley Orgánica de FGV.

2.- Conocer y resolver de las solicitudes de rehabilitación profesional que se planteen por los trabajadores de la Entidad.

En ambos casos, y a la vista de las circunstancias concurrentes, la Gerencia podrá acordar, de forma excepcional, su inclusión, como propuesta, para el orden del día del Consejo.

11







BC2941123

Promover expedientes, seguirlos en sus trámites o desistir de ellos con facultades amplias para desistir, renunciar o transigir sobre los mismos y recurrir sus acuerdos, agotando la vía administrativa y, en su caso, la contencioso administrativa, comprendiéndose la vía económico-administrativa de la Hacienda Pública y otras jurisdicciones ordinarias o especiales de la Administración, pudiendo autorizar al personal directivo de la Entidad para el ejercicio de esta facultad.

b) En su apartado 4, "llevar la firma de Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana", en los términos establecidos en el apartado I, puntos 1, 3 y 5, apartado II, apartado III, punto 1 y apartado VI, punto 5 de los poderes que en este mismo acuerdo se confieren al/la Directora/a Gerente.

c) En su apartado 7, "comparecer ante los Tribunales de Justicia y donde fuere necesario" en los siguientes términos:

1. Comparecer como Representante Legal de FGV en el ámbito judicial, ante cualquier Tribunal o Juzgado, ejercitando las acciones y recursos que correspondan a FGV en defensa de sus derechos e intereses con la mayor amplitud.

2. Comparecer como Legal representante de FGV para absolver posiciones cuantas veces se solicite de contrario en todos los procedimientos que se sigan contra la Entidad o a instancia de ella ante cualquier Juzgado o Tribuna, debiendo considerarse al efecto el presente como poder especial amplio y tan bastante como se considere necesario.

B) Autorizar al Sr. Vicepresidente **D. VICTORIANO SÁNCHEZ-BARCAÍZTEGUI MOLTÓ**, y al Sr. Consejero **D. GASPAR PERAL RIBELLES**, para firmar, mancomunadamente con el Director Gerente, **D. Pablo Colino Mulet**, en las operaciones que supongan el ejercicio de las facultades de librar, endosar, aceptar, avalar, intervenir, negociar, descontar, cobrar, pagar y protestar letras de cambio (comerciales o financieras), pagarés, cheques y cualquier otro documento de giro mercantil que afecte al tráfico de la empresa, y para retirar y transferir fondos de las cuentas o libretas bancarias, en cuantías superiores a CIENTO CINCUENTA MIL EUROS (150.000,00 €), excepto en los siguientes supuestos en los que no surtirá efecto la indicada limitación:

- Pago de salarios y seguros sociales correspondientes a los trabajadores de la Entidad.
- Pago de tributos a la Hacienda Pública, cualquiera que sea la forma de éstos (impuestos, tasas, etc.).
- Pago del precio fijado en los contratos suscritos por la Entidad conforme se establece en el apartado I punto 1 de los presentes poderes.

El Sr. Vicepresidente, Victoriano Sánchez-Barcaíztegui Moltó, y el Consejero D. Gaspar Peral Ribelles tendrán a estos solos efectos la condición de "apoderado" a que se refiere el apartado II punto 3 de los poderes conferidos al Sr. Director Gerente D. Pablo Colino Mulet.







BC2941124

NOTA.- A 16 de noviembre de 2012, yo, FERNANDO PASCUAL DE MIGUEL, Notario de esta Capital, como sustituto de mi compañero de Despacho DON CARLOS PASCUAL DE MIGUEL, expido la PRIMERA COPIA para la entidad otorgante, sobre ocho folios de papel exclusivo para documentos notariales, de la serie BC., números 2941043 y sus siete siguientes en orden. DOY FE. El Notario autorizante.- Rubricado.-----

**ES LA TERCERA COPIA** que expido para la entidad otorgante, quedando extendida en ocho folios de papel exclusivo para documentos notariales, correlativos en orden. La autorizo yo, el propio notario autorizante de la escritura matriz, con la que concuerda fielmente y en la que queda anotada. En Valencia a diecinueve de Noviembre de dos mil doce. DOY FE.



*[Handwritten signature]*

011212396



# **Maria Cibeles González Pellizzari Alonso**

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123  
E-mail: cibeles.alonso@outlook.com

IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha.:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.449	20	1/23

**Certifico e dou fé para os devidos fins, que nesta data me foi apresentado um documento –CERTIFICADO– em idioma castelhano o qual traduzo para o vernáculo no seguinte teor:**

BC2941117

CARLOS PASCUAL DE MIGUEL

Tabelião

[Consta endereço do Tabelionato].

II

## **NOMEAÇÃO DO DIRETOR-GERENTE, PROCURAÇÃO E DESIGNAÇÃO DE FACULDADES**

**OUTORGANTE: “FERROCARRILS DE LA GENERALITAT VALENCIANA”**

**NÚMERO DOIS MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E UM (2.951/12).**

**EM VALÊNCIA**, quinze de novembro de dois mil e doze.

Perante mim, CARLOS PASCUAL DE MIGUEL, tabelião desta capital e do seu Ilustre Colégio, constituído na Avenida de Blasco Ibáñez, número 50, Valência,

### **COMPARECE**

a Ilustríssima Sra. ISABEL BONIG TRIGUEROS, maior de idade, Diretora de Infraestruturas, Território e Meio Ambiente do Governo Valenciano, cujas circunstâncias não são mencionadas por comparecer neste ato em exercício de



Maria Cibeles González Pellizzari Alonso  
Tradutora Pública  
JUCESP nº 1282





## **Maria Cibeles González Pellizzari Alonso**

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123  
E-mail: cibeles.alonso@outlook.com

### **IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS**

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha.:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.449	20	2/23

seu mencionado cargo público, de acordo com o artigo 156.4º do Regimento Notarial.

Declaro conhecê-la.

INTERVÉM em representação da instituição “FERROCARRILS DE LA GENERALITAT VALENCIANA”, domiciliada em Valência, Partida de Xirivelleta, sem número; instituição de caráter público, com personalidade jurídica própria e independente do Governo Valenciano, sujeita às leis jurídicas privadas e com autonomia em sua organização, patrimônio próprio e capacidade plena para desenvolver suas atividades. Foi criada pela Lei do Governo Valenciano 4/1.986 de 10 de novembro, publicada no Diário Oficial do Governo Valenciano número 465, de 13 de novembro de 1.986.

Seu documento de identidade é o de número Q-96-50001 B.

Está suficientemente autorizada e legitimada para representar tal entidade nesta outorga:

- De seu cargo de Diretora de Infraestruturas, Território e Meio Ambiente, para o qual foi nomeada pelo Decreto 11/2011, de 28 de julho, do Presidente do Governo (D.O.G.V. nº 6.576 de 29 de julho de 2011), que me consta exercer atualmente, do que dou fé.
- Por ser inerente ao cargo de Diretora de Infraestruturas, Território e Meio Ambiente do Governo Valenciano o de Presidente do Conselho de Administração de “Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana”, conforme disposto no artigo 5º do Estatuto especial anteriormente mencionado.



Maria Cibeles González Pellizzari Alonso  
Tradutora Pública  
Intérprete Comercial Espanhol / PT  
JUCESP nº 1282





## **Maria Cibele González Pellizzari Alonso**

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123  
E-mail: cibele.alonso@outlook.com

**IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS**

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha.:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.449	20	3/23

- Do conteúdo do artigo 7º de tal Estatuto especial, fragmento este que parcialmente lavrado diz o seguinte:

“Artigo sétimo.

Correspondem ao Presidente as seguintes faculdades:

3. Manter a representação do Conselho de Administração e de “Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana”.

Tal declaração é resultado do texto do mencionado Estatuto especial da instituição “Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana” publicado no D.O.G.V., número 481, de 5 de dezembro de 1.986, garantindo eu, o tabelião, que no texto omitido não consta nada que modifica, restrinja ou condicione o que foi mencionado.

- E por encontrar-se especial e expressamente facultada pelos acordos que esta escritura formaliza e que constam registrados nas certificações que se mencionará a seguir.

Eu, o Tabelião, faço constar expressamente que cumpro com a obrigação de identificar o titular, de acordo com a Lei 10/2010, de 28 de abril, manifestando a representante de “FERROCARRILS DE LA GENERALITAT VALENCIANA” que não é necessária, no presente instrumento público, a identificação a que se refere o artigo 4 da mencionada Lei, por ser uma instituição de direito público dos Estados membros da União Europeia, de acordo com o disposto no artigo 9.1 da mencionada Lei.



Maria Cibele González Pellizzari Alonso  
Tradutora Pública e  
Comercial Espanhol/PT  
JUCESP nº 1282





## **Maria Cibele González Pellizzari Alonso**

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123  
E-mail: cibele.alonso@outlook.com

**IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS**

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha.:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.449	20	4/23

A instituição representada possui, a meu juízo, capacidade e sua representante está suficientemente autorizada e legitimada para outorgar esta escritura de nomeação do Diretor Gerente, procuração e designação de faculdades, e

### **OUTORGA**

Que, como representante de “FERROCARRILS DE LA GENERALITAT VALENCIANA”, formaliza publicamente os acordos estabelecidos pelo Conselho de Administração da instituição em sessão realizada no dia 30 de outubro de 2012, que estão transcritos em dois certificados emitidos pela Sra. Milagros López Sanjosé como Secretária de tal companhia, com o consentimento de sua Presidenta, a própria outorgante; certificados esses que me entrega e que, após reconhecer as firmas que a autorizam por semelhança com outras que constam em meu Protocolo, anexo-os à presente escritura da qual, para todos os efeitos, passam a formar parte integrante, dando por reproduzido aqui o seu conteúdo. Os acordos que se elevam a público por este instrumento constituem, resenhados sucintamente, em:

- Nomeação do Diretor-Gerente: Nomear o Sr. Pablo Cotino Mulet como novo Diretor-Gerente de “Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana”, com efeitos desde o dia 6 de novembro de 2012.
- Procuração: Conferir poder a favor do Diretor-Gerente da instituição, Sr. Pablo Cotino Mulet, para que, além das faculdades genéricas inerentes a seu cargo, enumeradas no artigo quinze do Estatuto da Instituição, exerça permanentemente as faculdades de administração e gestão da mesma, assim



Maria Cibele González Pellizzari Alonso  
Tradutora e Intérprete  
Comercial Espanhol/Port  
JUCESP nº 1282





## **Maria Cibele González Pellizzari Alonso**

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123  
E-mail: cibele.alonso@outlook.com

### **IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS**

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha.:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.449	20	5/23

como as executivas correspondentes, conferindo-lhe e delegando-lhe as faculdades que se mencionam na certificação citada e que, da mesma forma, são consideradas aqui reproduzidas de forma breve.

- Autorização de assinatura conjunta: Autorizar o Vice-presidente, Sr. Victoriano Sánchez-Barcaíztegui Moltó, e o Conselheiro, Sr. Gaspar Peral Ribelles, a assinarem, conjuntamente, com o Sr. Diretor-Gerente, Sr. Pablo Cotino Mulet, as operações comerciais da instituição, com as limitações e particularidades que constam no segundo acordo do certificado que está anexado a esta matriz e a cujo conteúdo o senhor outorgante se remete.

Assim o declara e outorga.

Em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica 15/1999 de 13 de dezembro, de Proteção de Dados de caráter pessoal, a outorgante é informada da inclusão de seus dados pessoais, que constam nesta escritura, nos arquivos automatizados, existentes em meu Tabelionato, onde serão mantidos em caráter confidencial, sem prejuízo às novas emissões que venham a ser solicitadas.

A outorgante –previamente autorizada por mim para essa finalidade- declara ter lido por conta própria esta escritura, a qual teve à disposição um prévio rascunho, e concorda em sua totalidade, após nova leitura que lhe fiz da mesma, orientando-a sobre seu conteúdo, efeitos e consequências de seus atos; manifesta, por sua parte, que está devidamente orientada e informada por mim do conteúdo deste instrumento ao que presta seu livre consentimento.



Maria Cibele González Pellizzari Alonso  
Tradutora Pública  
Comercial Espanhol/Port  
JUCESP nº 1282





## **Maria Cibele González Pellizzari Alonso**

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123  
E-mail: cibele.alonso@outlook.com

**IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS**

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha.:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.449	20	6/23

De tudo isso, e principalmente de que esta outorga se adequa à legalidade e à vontade devidamente manifestada pela outorgante, e em geral do conteúdo deste instrumento público emitido em três folhas de papel exclusivo para documentos notariais, série BB, números 2411681 e seus dois seguintes em ordem correlata, eu, o Tabelião, dou fé.

A seguir, a assinatura da outorgante. Assinatura: O Tabelião Autorizante. Rubricados. Carimbo do Tabelionato.

### **DOCUMENTOS ANEXOS**

BC2941120

“Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana”

MILAGROS LÓPEZ SANJOSÉ, secretária do Conselho de Administração da Companhia “Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana”, CERTIFICO:

Que a partir do rascunho da Ata da Sessão do Conselho de Administração realizada no dia 30 de outubro de 2012, consta que, entre outros, adotou-se, no item 2 da ordem do dia, o acordo que a seguir se transcreve, com voto favorável dos 10 membros do Conselho de Administração participantes, presentes ou representados, que são todos os que de fato e de direito o integram. Este acordo foi lido e aprovado na mesma sessão, nos termos em que foi redigido:

### **“2. SITUACIÓN DA GERÊNCIA FGV.**

A Sra. Presidenta do Conselho de Administração, de acordo com o disposto no Estatuto da Companhia, PROPÕE a nomeação do Sr. PABLO COTINO MULET como Diretor Gerente de FGV.



Maria Cibele González Pellizzari Alonso  
Tradutora Pública  
JUCESP nº 1282





## Maria Cibele González Pellizzari Alonso

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123  
E-mail: cibele.alonso@outlook.com

### IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha.:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.449	20	7/23

Visto o Estatuto da Companhia, cujo artigo sexto, item 14, atribui ao Conselho de Administração a faculdade de nomear e demitir o Diretor-Gerente, o Conselho, por unanimidade, ACEITA:

“A proposta da Sra. Presidenta do Conselho de nomear o Sr. Pablo Cotino Mulet, maior de idade, com documento de identidade número 29172675-G, Diretor Gerente de “Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana”, delegando à Sra. Presidenta do Conselho de Administração e facultando-lhe para isso tão amplamente como se requer a formalização da oportuna relação contratual entre FGV e o Sr. Cotino, que surtirá efeitos a partir do dia 6 de novembro de 2012”.

Uma vez lido o precedente acordo nos termos em que foi redigido, é aprovado por unanimidade pelos membros do Conselho de Administração”.

E PARA QUE CONSTE E SURTA OS EFEITOS NECESSÁRIOS, EMITO A PRESENTE COM O CONSENTIMENTO DA SRA. PRESIDENTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE FGV. EM VALÊNCIA, TRINTA DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DOZE.

De acordo.

A Presidenta do Conselho de Administração de FGV.

[Consta assinatura ilegível]. Ass.: Isabel Boring Trigueros.

[Consta assinatura ilegível]. A Secretária do Conselho

[Consta carimbo do Tabelião Fernando Pascual de Miguel].

Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana



Maria Cibele González Pellizzari Alonso  
Tradutora Pública e  
Intérprete Comercial / Intérprete  
JUCESP nº 1282





## **Maria Cibele González Pellizzari Alonso**

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP

CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123

E-mail: cibele.alonso@outlook.com

**IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS**

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha.:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.449	20	8/23

MILAGROS LÓPEZ SANJOSÉ, Secretária do Conselho de Administração da Companhia Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana, CERTIFICO:

Que a partir do rascunho da Ata da Sessão do Conselho de Administração realizada no dia 30 de outubro de 2012, consta que, entre outros, adotou-se, no item 2 da ordem do dia, o acordo que a seguir se transcreve, com voto favorável dos 10 membros do Conselho de Administração participantes, presentes ou representados, que são todos os que de fato e de direito o integram. Esse acordo foi lido e aprovado na mesma sessão, nos termos em que foi redigido:

### **“2. SITUAÇÃO DA GERÊNCIA FGV.**

De acordo com o disposto nos artigos sexto, item 16, sétimo e quinze, item 9, o Conselho, por unanimidade, DECIDE conferir ao Diretor Gerente de “Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana”, Sr. Pablo Cotino Mulet, os seguintes poderes e faculdades:

PRIMEIRO – Para o devido exercício por parte do Sr. Pablo Cotino Mulet como Diretor Gerente de FGV, além das faculdades gerais, inerentes ao cargo, enumeradas no artigo quinze do Estatuto da Companhia, também lhe foi designado o exercício permanente das faculdades de administração e gestão da mesma, assim como as atividades correspondentes, conferindo-lhe poderes com as seguintes faculdades:

- A) Delegar no(a) Diretor(a) Gerente as faculdades que, de acordo com o Estatuto da Companhia, correspondem ao próprio Conselho de Administração ou ao seu Presidente, de acordo com os seguintes termos:



Maria Cibele González Pellizzari Alonso  
Tradutor Público e Intérprete Comercial  
JUCESP nº. 1282





## **Maria Cibele González Pellizzari Alonso**

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
 CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123  
 E-mail: cibele.alonso@outlook.com

### **IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS**

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha.:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.449	20	9/23

I. As previstas no artigo sexto do Estatuto da Companhia “Autorização de Aquisições e Contratos” sob os seguintes termos:

1. Intervir em nome de FGV em todas as operações e negócios jurídicos que estejam relacionados com a administração e gestão de seus bens móveis e imóveis, com sua atividade de transporte ou com as atividades complementares ou auxiliares, compreendendo, sem caráter limitativo, entre outras, às seguintes faculdades: Decidir e subscrever, em nome de FGV, contratos, convênios e qualquer negócio jurídico necessário para a realização e prestação dos serviços de transportes ou de qualquer atividade auxiliar ou complementar da mesma, incluindo o arrendamento de material, instalações, terrenos, etc.; sempre que o preço unitário de cada um deles seja inferior a SEISCENTOS MIL EUROS (600.000,00 €) e tenha a devida aprovação orçamentária, a qual deverá ser comprovada pela Direção Econômica Financeira da Companhia.
2. Registro dos contratos que afetem os bens da Companhia no Registro de Propriedade, assinando, para isso, todos os documentos públicos ou privados que forem necessários e solicitando os trâmites notariais e/ou de registros que sejam exigidos.

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTARIAS  
 Av. Dr. Carlos de Mello, 185 - Tel. 3753-5100  
 AUTENTICAÇÃO - entrada pela parte, cancelada  
 original apresentada do/le  
 S. Paulo  
 05 FEV. 2015



Maria Cibele González Pellizzari Alonso  
 Tradutora Pública  
 JUCESP nº 1282





## **Maria Cibele González Pellizzari Alonso**

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP

CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123

E-mail: cibele.alonso@outlook.com

**IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS**

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha.:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.449	20	10/23

3. Iniciar e tramitar qualquer procedimento de licitação para a contratação de obras, serviços e fornecimentos relacionados com o objeto de FGV, sempre que a Direção Econômica Financeira comprove previamente a existência de fundos orçamentários e a necessidade de tal contratação pela Direção correspondente, formalizando, neste caso, os editais que deverão reger tais licitações, assim como o documento contratual pertinente.

Quando o orçamento da licitação for superior a CENTO E CINQUENTA MIL EUROS (150.000,00 €), a autorização para iniciar o procedimento de licitação e a realização da mesma corresponderá ao Presidente da Companhia, perante o qual se deverá comprovar a existência de fundo orçamentário suficiente e a necessidade de tal contratação.

Assinar os certificados de entrega das obras, o recibo provisório e/o definitivo das obras e suprimentos e todos os documentos que forem necessários para finalizar cada contratação.

4. Apresentar ofertas, licitações ou propostas orçamentárias para a realização de obras e/ou prestação de serviços a serem designadas a terceiros. Aceitar a execução provisória ou definitiva com a possibilidade de ceder a terceiros: emprestar, pagar ou sacar fianças ou depósitos. Definir as normas, direitos, obrigações e condições em geral com outras pessoas ou associados, pessoas



Maria Cibele González Pellizzari Alonso  
Tradutora Pública  
Intérprete Comercial Espanhol/Português  
JUCESP nº 1282



## **Maria Cibele González Pellizzari Alonso**

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123  
E-mail: cibele.alonso@outlook.com

**IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS**

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha.:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.449	20	11/23

físicas ou jurídicas para poder assumir conjuntamente a realização de contratos assumidos por terceiros, com responsabilidade conjunta ou solidária, utilizando para isso qualquer das formas associativas aceitas em direito, podendo assim subscrever qualquer tipo de documento que sejam necessários para a constituição de tais associações empresariais. Subscrever contratos que finalmente sejam designados à companhia ou à associação da qual forme parte no processo de execução contratual.

5. Realizar a assinatura social e controlar a correspondência, assinar pedidos, recibos e todo tipo de contratos referentes às mercadorias que sejam adquiridas pela companhia. Administrar e assinar os documentos que forem necessários administrativamente nos casos de compra, venda ou transferência de veículos e máquinas ou equipamentos móveis relacionados com a Direção de Tráfego ou qualquer outro organismo da Administração Pública.

II. As previstas no item sexto do artigo sexto anteriormente mencionado “Realizar a gestão da Tesouraria com a adequada previsão, pedido e escala de pagamentos e cobranças, conforme as normas comerciais”, da seguinte forma:



Maria Cibele González Pellizzari Alonso  
Tradutora Pública nº 1282  
JUCESP nº 1282





## **Maria Cíbele González Pellizzari Alonso**

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP

CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123

E-mail: cibele.alonso@outlook.com

**IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS**

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha.:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.449	20	12/23

1. Emitir, endossar, aceitar, avalizar, intervir, negociar, descontar, cobrar, pagar e protestar letras de câmbio (comerciais ou financeiras), pagarés, cheques e qualquer outro documento de giro comercial que afete o movimento da empresa, até um valor de CENTO E CINQUENTA MIL EUROS (150.000,00 €).

O procurador poderá autorizar o exercício das faculdades de emissão de cheques e outros documentos de giro comercial através da assinatura conjunta, de dois membros da equipe diretiva da companhia, ou que tenham cargos de elevada responsabilidade na mesma, quando o valor unitário daqueles documentos não supere a soma de TRINTA MIL EUROS (30.000,00 €), estabelecendo as limitações e fiscalização que considere oportunas para tal autorização.

2. Constituir, modificar ou extinguir, abrir ou fechar qualquer tipo de conta corrente, conta de crédito ou caderneta de poupança em qualquer estabelecimento bancário, tanto na Espanha como no exterior; retirar e transferir fundos das referidas contas ou cadernetas, constituir depósitos bancários, realizar avais, controlar a correspondência bancária, aprovando os saldos e extratos ou solicitando conexões e realizando reclamações quando for procedente e, em geral, realizar nos bancos públicos ou privados todo tipo de operações próprias dos mesmos e do



Maria Cíbele González Pellizzari Alonso  
Tradutora Pública  
JUCESP nº 1282





## **Maria Cibeles González Pellizzari Alonso**

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP

CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123

E-mail: cibeles.alonso@outlook.com

### **IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS**

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:

Livro:

Folha.:

Traducción:

Libro:

Hoja:

1.449

20

13/23

movimento de valores, fundos de bancos e demais estabelecimentos de crédito, podendo autorizar à equipe diretiva da companhia a exercer essas faculdades. A retirada e transferência de fundos das referidas contas ou cadernetas bancárias só poderão ser realizadas até um valor de CENTO E CINQUENTA MIL EUROS (150.000,00 €).

A fim de concretizar os termos do Convênio de Colaboração subscrito em 4 de maio de 2011 entre o Governo Valenciano e “Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana (FGV)”, cujo objeto é estabelecer a forma de apoio do Governo Valenciano à FGV através da amortização da dívida por investimentos que FGV teve que assumir e que se encontram pendentes de pagamento no final do exercício de 2010, para atender à exploração das linhas de metrô e trem e, de outro, o “Documento de implementação do Acordo do “Consell de la Generalitat Valenciana” pelo qual se aprova o Convênio de Colaboração entre o Governo Valenciano e FGV para amortizar a dívida por contratos de investimento subscritos por esta entidade com credores comerciais”. DELEGAM-SE ao Diretor Gerente as faculdades necessárias para formalizar contratos de prorrogação de pagamento, *factoring*, cessão e *confirming*, referidos aos contratos subscritos por FGV para a aquisição de material móvel e ou outros



Maria Cibeles González Pellizzari Alonso  
Tradutora Pública  
Intérprete Comercial (Espanhol/Português)  
JUCESP nº 1282





**Maria Cibeles González Pellizzari Alonso**

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123  
E-mail: cibeale.alonso@outlook.com

IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:

Traducción:

1.449

Livro:

Libro:

20

Folha.:

Hoja:

14/23

investimentos, podendo, para isso, realizar a assinatura e subscrição de todos os documentos que sejam necessários ou convenientes para tais fins.

3. Para o exercício das faculdades de emitir, endossar, aceitar, avalizar, intervir, negociar, descontar, cobrar, pagar e protestar letras de câmbio (comerciais ou financeiras), pagarés, cheques ou qualquer outro documento de giro comercial que afete o movimento da empresa, e para retirar e transferir fundos das mencionadas contas ou cadernetas bancárias em quantias superiores à indicada de CENTO E CINQUENTA MIL EUROS (150.000,00 €), necessitará a assinatura conjunta de outro procurador de "Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana" ou do Presidente(a) do Conselho de Administração, exceto nos seguintes casos, nos quais não surtirá efeito a indicada limitação:

- Pagamento de salários e encargos sociais correspondentes aos trabalhadores da companhia.
- Pagamento de tributos ao Ministério Público, qualquer que seja a forma dos mesmos (impostos, taxas, etc.).
- Pagamento dos valores estabelecidos nos contratos subscritos pela companhia, conforme estabelecido no item 3 da cláusula 1 das presentes procurações.



Maria Cibele Gonçalves  
Tradutora Pública e  
Comercial Especial / Pr  
JUCESP nº 1282





## **Maria Cibele González Pellizzari Alonso**

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123  
E-mail: cibele.alonso@outlook.com

### **IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS**

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha.:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.449	20	15/23

4. Constituir ou realizar, aceitar, reconhecer, modificar, ratificar, extinguir ou cancelar todo tipo de empréstimo, qualquer que seja o credor (Estado, Comunidades Autônomas, Municípios, Províncias, Instituições Públicas ou Entidades Privadas, Bancos ou particulares, inclusive o Banco da Espanha ou outros), sempre que previamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A abertura de contas de crédito, contempladas no item 2 anterior, não necessitará da prévia aprovação do Conselho de Administração.

III. As estabelecidas no item décimo terceiro do referido artigo sexto “Estabelecer o exercício de ações e recursos que correspondam a “Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana” em defesa de seus direitos”, sob as seguintes formas:

1. Reclamar, pagar e cobrar todas as quantias ou valores que sejam devidos à companhia, por particulares ou organismos públicos ou privados, que possam corresponder a FGV por qualquer conceito, incluindo a avaliação nos processos de expropriação forçosa, com plenas faculdades para realizar cobranças, aceitar pagamentos parciais, assinar atas de entrega, aceitar prorrogações e renovar as obrigações com novação ou sem ela, podendo assinar recibos, quitações ou cancelamentos.
2. Requerer a intervenção notarial em atos de todos os tipos.



Maria Cibele González Pellizzari Alonso  
Tradutor Público e Intérprete Comercial  
JUCESP nº 1282





## **Maria Cibele González Pellizzari Alonso**

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123  
E-mail: cibele.alonso@outlook.com

**IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS**

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:

Traducción:

1.449

Livro:

Libro:

20

Folha.:

Hoja:

16/23

3. Conferir poderes a advogados e procuradores para que, ativa ou passivamente, intervenham e atuem em todo tipo de fatos, atos e negócios jurídicos processuais ou prejudiciais (inclusive em atos de conciliação com ou sem acordo) exercitando, desistindo, transigindo, extinguindo ou esgotando direitos, ações ou exceções, em todas suas incidências e recursos, ordinários ou extraordinários, incluindo os de reclamação, responsabilidade civil, cassação e revisão perante os juizados, tribunais, magistratura, órgãos, corporações, autoridades e funcionários de qualquer área, grau ou jurisdição, compreendendo a civil, contenciosa e voluntária, penal, por denúncia ou querela ou como parte civil, administrativa, econômica, social ou trabalhista, ou qualquer outra, comum ou especial, já criada ou que se estabeleça, com quantas faculdades sejam previstas, desenvolvimento, complemento ou consequência de sua atuação processual plena até obter resolução favorável, definitiva, firme e executória e seu cumprimento.

IV. As estabelecidas no item décimo quinto do citado artigo sexto, referentes à nomeação e demissão da equipe diretiva da companhia, assim como a contratação e demissão do quadro de funcionários fixo. Do exercício desta faculdade, e no que se refere à contratação ou demissão da equipe diretiva ou demissões do resto da equipe, o(a)



Maria Cibele González Pellizzari Alonso  
Tradutor Público e Intérprete Comercial  
JUCESP nº 1282





## **Maria Cibele González Pellizzari Alonso**

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123  
E-mail: cibele.alonso@outlook.com

### **IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS**

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha.:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.449	20	17/23

Sr.(a) Diretor(a) Gerente prestará contas ao Conselho na próxima reunião a ser realizada.

V. Ao amparo do estabelecido no item décimo sexto do Estatuto, são delegadas as seguintes faculdades:

1. Tomar conhecimento e tramitar os Recursos de Alçada previstos no Regulamento de Falhas e Sanções que estão no Texto Reformulado da Formação Trabalhista de FGV.
2. Tomar conhecimento e tramitar as solicitações de reabilitação profissional que os trabalhadores apresentam.

Em ambos casos, e considerando as circunstâncias correspondentes, a Gerência poderá decidir, de forma excepcional, pela sua inclusão, como proposta, para a ordem do dia do Conselho.

VI. Com base no estabelecido nos itens décimo quinto e décimo sexto do artigo sexto, são delegadas as seguintes faculdades:

- Com relação aos terrenos das imediações da ferrovia (bens de domínio público, serventia e impacto) realizar todos os atos ou contratos que tenham como objeto a utilização e defesa dos mesmos, de acordo com a normativa vigente em cada caso, estabelecendo as cláusulas e condições convenientes para os interesses de FGV.
- Executar despejo de inquilinos que ocupem imóveis de propriedade da companhia ou adscritos a mesma e, principalmente, quando se refira a moradias utilizadas pelos trabalhadores da companhia.



Maria Cibele González Pellizzari Alonso  
Tradutora Pública  
JUCESP nº 1282





## **Maria Cibele González Pellizzari Alonso**

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123  
E-mail: cibele.alonso@outlook.com

**IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS**

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha.:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.449	20	18/23

- Garantir e afiançar em nome de FGV, conforme estabelecido no artigo 25 de seu Estatuto, todo tipo de obrigações e responsabilidades pecuniárias próprias, qualquer que seja sua origem e natureza, através de declarações de impacto das quantias correspondentes no caixa da companhia, a disposição dos órgãos ou da autoridade que tenha ordenado a constituição da garantia. A mesma faculdade será mantida em caso de responsabilidade assumida pela equipe da companhia em acidentes involuntários ocorridos em horário de trabalho.

- Solicitar no Registro de Propriedade Industrial a obtenção de marcas e nomes comerciais, e a este efeito, subscrever a documentação necessária para apresentação nos escritórios correspondentes; receber e responder comunicações; pagar os direitos e receber restituições; interpor recursos em qualquer instância e, em geral, exercer os direitos e ações e cumprir as obrigações que derivem das leis especiais vigentes nessa matéria.

VII. Delegar ou revogar as anteriores atribuições, total ou parciais, em qualquer outra(s) pessoa(s) da Companhia com faculdades solidárias ou conjuntas, bastando, para isso, carta subscrita de quem designa a procuração notarial, se fosse necessário, indicando expressamente nos documentos citados as faculdades delegadas em cada caso.



Maria Cibele González Pellizzari Alonso  
Tradutora Pública e Intérprete Comercial Espanhol/Português  
JUCESP nº 1282





## **Maria Cibele González Pellizzari Alonso**

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123  
E-mail: cibele.alonso@outlook.com

### **IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS**

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.449	20	19/23

VIII. Sejam delegadas ao(à) Diretor(a) Gerente as seguintes faculdades do Presidente(a) do Conselho de Administração, previstas no artigo sétimo do Estatuto da companhia, de cujo exercício o(a) Diretor(a) Gerente informará periodicamente ao(à) Presidente(a) do Conselho de Administração:

a) Em seu item 3, “manter a representação de “Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana” nos termos previstos no inciso I, item 1 e 3, inciso VI, item 5 e nos seguintes termos:

- Representar FGV e intervir em nome da companhia, no que for necessário, perante qualquer tipo de escritório ou entidade, seja comunitário ou da Administração Pública Central, Autônomo, Local ou Institucional, em qualquer dos serviços das mesmas ou do tema correspondente, inclusive do Ministério Público ou Institutos ou Corporações em regime e vida própria, autorizada ou centralizada.

Realizar e controlar seus trâmites ou abandoná-los, com faculdades amplas para desistir, renunciar ou transigir sobre os mesmos e recorrer a acordos, esgotando a via administrativa e, em seu caso, o processo administrativo, compreendendo a via econômica-administrativa do Ministério Público e outras jurisdições ordinárias ou especiais da Administração, podendo

CARTÃO DO 15º TIRULEÃO DE  
AV. Dr. Carlos de Mello, 1455 - Jd. Santa Chelita  
AUTENTICAÇÃO original apresentada, não  
S. Paulo



*Maria Cibele González Pellizzari Alonso*  
Tradutor Público e Intérprete  
Comercial Espanhol/Português  
JUCESP nº 1282





## **Maria Cibeles González Pellizzari Alonso**

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123  
E-mail: cibeles.alonso@outlook.com

**IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS**

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.449	20	20/23

autorizar a equipe diretiva da companhia ao exercício desta faculdade.

- b) No item 4, “assinar por “Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana” nos termos estabelecidos no inciso I, itens 1, 3 e 5, inciso II, inciso III, item 1 e inciso IV, item 5 dos poderes que neste mesmo acordo são conferidos ao(à) Diretor(a) Gerente.
- c) No item 7, “comparecer aos Tribunais de Justiça e onde for necessário” nos seguintes termos:
1. Comparecer como representante legal de FGV no âmbito judiciário, perante qualquer Tribunal ou Juizado, exercendo as ações e recursos que correspondam a FGV em defesa de seus direitos e interesses com a maior amplitude.
  2. Comparecer como representante legal de FGV, todas as vezes que forem necessárias, em todos os processos contra a companhia ou a pedido da mesma, perante qualquer juizado ou tribunal, devendo considerar, para tal efeito, o presente como poder especial, amplo e tão bastante como se considere necessário.
- B) Autorizar o Vice-presidente, Sr. VICTORIANO SÁNCHEZ-BARCAÍZTEGUI MOLTÓ, e o Conselheiro Sr. GASPAR PERAL RIBELLES, para assinar, conjuntamente com o Diretor Gerente, Sr. Pablo Cotino Mulet, as operações que exigam o exercício das faculdades de emitir,



Maria Cibeles González Pellizzari Alonso  
Tradutora Pública e  
Comercial Espanhol/Portug  
JUCESP nº 1282





**Maria Cibeles González Pellizzari Alonso**  
Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123  
E-mail: cibeles.alonso@outlook.com

**IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS**

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05  
RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha.:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.449	20	21/23

endossar, aceitar, avalizar, intervir, negociar, descontar, cobrar, pagar e protestar letras de câmbio (comerciais ou financeiras), pagarés, cheques e qualquer outro documento de giro comercial que afete o movimento da empresa, e para retirar e transferir fundos das contas ou cadernetas, em quantias superiores a CENTO E CINQUENTA MIL EUROS (150.000,00 €), exceto nos seguintes casos em que não surtirá efeito a limitação indicada:

- Pagamento de salários e encargos sociais correspondentes aos trabalhadores da companhia.
- Pagamento de tributos ao Ministério Público, qualquer que seja a forma dos mesmos (impostos, taxas, etc.).
- Pagamento dos valores estabelecidos nos contratos subscritos pela companhia, conforme estabelecido no item 3 da cláusula 1 das presentes procurações.

O Vice-presidente, Sr. Victoriano Sánchez-Barcaíztegui Moltó, e o Conselheiro, Sr. Gaspar Peral Ribelles, terão a estes únicos efeitos, a condição de “procurador” a que se refere o inciso II, item 3, dos poderes conferidos ao Diretor Gerente, Sr. Pablo Cotino Mulet.

A presente autorização poderá ser formalizada a qualquer momento, através de escritura pública, se for necessário, pela Sra. Presidente do Conselho de Administração a quem se delega esta faculdade.



CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS  
Av. Dr. Carlos de Mello, 1855 Tel.: 3058.0000  
AUTENTICAÇÃO - Atendida a presente cópia  
transcrita - Autenticada pela parte, conforme  
original apresentado, doravante  
S. Paulo

05-FEV-2015

CARTÃO SQUEAK  
CARTÃO SQUEAK  
CARTÃO SQUEAK

ROSA DA SILVA  
AUTORIZADO  
R\$ 275

Maria Cibeles González Pellizzari Alonso  
Tradutor Público e Intérprete Comercial  
JUCESP nº 1282





**Maria Cibele González Pellizzari Alonso**  
Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123  
E-mail: cibele.alonso@outlook.com

**IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS**

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05  
RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha.:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.449	20	22/23

Lido o precedente acordo nos termos em que foi redigido, é aprovado por unanimidade pelos membros do Conselho de Administração”.

E PARA QUE CONSTE E SURTA OS EFEITOS NECESSÁRIOS, EMITO A PRESENTE POR ORDEM E CONSENTIMENTO DA SRA. PRESIDENTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE FGV. EM VALÊNCIA, SEIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DOZE.

De acordo.

A Presidenta do Conselho de Administração de FGV.

[Consta assinatura ilegível]. Ass.: Isabel Boring Trigueros.

[Consta assinatura ilegível]. A Secretária do Conselho.

\* [Consta declaração de emissão da primeira cópia do documento à companhia outorgante, em papel notarial, série BC, números 2941043 e os sete seguintes, em 16 de novembro de 2012, por Fernando Pascual de Miguel, tabelião].

\* [Consta declaração de emissão da terceira cópia do documento à companhia outorgante, em papel notarial, em 19 de novembro de 2012, por Fernando Pascual de Miguel, tabelião].



Maria Cibele González Pellizzari Alonso  
Tradutor Público e Intérprete Comercial / Pr  
JUCESP nº 1282



## Maria Cibele González Pellizzari Alonso

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123  
E-mail: cibele.alonso@outlook.com

### IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05  
RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha.:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.449	20	23/23

\* [Consta declaração do Sr. Fernando Pascual de Miguel, tabelião do Ilustre Colégio de Valência, de que se trata de cópia literal e fiel de seu original, em Valência, 28 de janeiro de 2015].

**NADA MAIS** constava do documento acima que devolvo com esta tradução, segundo o meu melhor entender, lavrada em VINTE E CINCO laudas a qual conferi, achei conforme e assino. **DOU FÉ.**

São Paulo, 05 de fevereiro de 2015.

Emolumentos: R\$ 1.409,75

Recibo nº. 611 – Talonário nº. 07



*Maria Cibele González Pellizzari Alonso*

Maria Cibele González Pellizzari Alonso  
Tradutora Pública e  
Intérprete Comercial Espanhol / Português  
JUCESP nº. 1282

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS  
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 Tel. 3088-5100  
AUTENTICAÇÃO - Extrada pela parte, conforme  
original apresentado, dou fé.



1059AV61833  
JEAN FERRE ROSA DA SILVA  
ESCREVENTE AUTORIZADO  
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R\$ 2,75



Mediante la presente certifico que Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana ha transportado durante el último año un promedio diario de 47.775 viajeros en sus líneas tranviarias (VLT).

Los datos corresponden a las Líneas tranviarias (VLT) que explota Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana, FGV, en Valencia y Alicante:

- en Valencia, Líneas 4 y 6
- en Alicante, Líneas 1, 2, 3 y 4

El cálculo de los viajeros anuales transportados en estas Líneas, se ha obtenido con los viajeros del último dato interanual, es decir, desde octubre del 2013 hasta septiembre del 2014, ambos inclusive.

	<b>Total viajeros anual</b>	<b>Promedio diario</b>
Líneas de Valencia	8.282.244	22.691
Líneas de Alicante	9.155.783	25.084
<b>TOTAL FGV</b>	<b>17.438.027</b>	<b>47.775</b>

Para el promedio diario, se ha dividido el total en 365 días. Se ha considerado una demanda plana para todos los días del año, sin embargo ésta disminuye notablemente en períodos vacacionales, sábados y festivos, por lo que los viajeros transportados en un día laborable supera el promedio reseñado.

Valencia, 13 de enero de 2015

  
Jaime Pallarol Simón

Subdirector General de  
Planificación, Logística y Seguridad





## Maria Cibele González Pellizzari Alonso

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 - Celular: 98111 5123  
E-mail: cibele.alonso@outlook.com

### IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:	Livro:	Folha.:
Traducción:	Libro:	Hoja:
1.448	20	1/2

**Certifico e dou fé** para os devidos fins, que nesta data me foi apresentado um documento –CERTIFICADO– em idioma castelhano o qual traduzo para o vernáculo no seguinte teor:

### GOVERNO VALENCIANO

Departamento de Infraestruturas, Território e Meio Ambiente

Direção Geral de Transportes e Logística

*[Consta endereço da instituição].*

Por meio da presente, certifico que “Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana” transportou, durante o último ano, uma média diária de 47.775 passageiros em suas linhas transviárias (VLT *[Veículo Leve sobre Trilhos]*).

Os dados correspondem às linhas transviárias (VLT) que são exploradas por “Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana”, FGV, em Valência e Alicante:

- em Valência, linhas 4 e 6
- em Alicante, linhas 1, 2, 3 e 4

O cálculo anual de passageiros transportados nessas linhas foi obtido por meio do último levantamento interanual de passageiros, ou seja, desde outubro de 2013 até setembro de 2014, ambos inclusive.

	Total de passageiros anual	Média diária
Linhas de Valência	8.282.244	22.691
Linhas de Alicante	9.155.783	25.084
<b>TOTAL FGV</b>	<b>17.438.027</b>	<b>47.775</b>



Maria Cibele González Pellizzari Alonso  
Tradutora Pública e  
Comercial Espanhol/Português  
JUCESP nº 1282





**Maria Cibeles González Pellizzari Alonso**  
Tradutor Público e Intérprete Comercial / Tradutor Público e Intérprete Comercial

Tradutor Público e Intérprete Comercial / Traductor Público e Intérprete Comercial

R. Francisco Preto, 46/154 – Quinta do Toledo – Morumbi – São Paulo/SP  
CEP 05623-010 – Brasil – Tel.: (11) 3743 5321 – Celular: 98111 5123  
E-mail: cibele.alonso@outlook.com

**IDIOMA ESPANHOL/PORTUGUÊS**

Matric. JUCESP nº. 1282 – CPF-MF Nº. 103.594.538-05

RG: 16.832.124-5 – CCM: 2.456.494-0

Tradução:

Traducción:

1.448

Livro:

Libro:

20

Folha.:

Hoja:

2/2

Para obter a média diária, o total foi dividido em 365 dias. Considerou-se uma demanda total para todos os dias do ano; no entanto, como há uma diminuição considerável nos períodos de férias, sábados e feriados, os passageiros transportados em um dia útil superam a média indicada.

Valência, 13 de janeiro de 2015.

[Consta assinatura ilegível].

[Consta carimbo da instituição].

Jaime Pallarol Simón. Subdiretor Geral de Planejamento, Logística e Segurança.

\* [Legalização da assinatura do Sr. Jaime Pallarol Simón, Subdiretor Geral de Planejamento, Logística e Segurança, pelo Sr. Fernando Pascual de Miguel, tabelião desta Capital, em Valência, 28 de janeiro de 2015].

NADA MAIS constava do documento acima que devolvo com esta tradução, segundo o meu melhor entender, lavrada em DUAS laudas a qual conferi, achei conforme e assino. **DOU FÉ.**

São Paulo, 05 de fevereiro de 2015.

Emolumentos: R\$ 112,78

Recibo n.º. 611 – Talonário n.º. 07

